

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

-  
2013



## ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO .....	5
Nota Prévia.....	5
Enquadramento Macroeconómico .....	5
Principais Resultados .....	6
II – PRIORIDADES.....	11
Coesão Social.....	11
Regeneração Urbana.....	16
Competitividade .....	18
Relacionamento com o município e funcionamento interno .....	24
III – RELATÓRIO FINANCEIRO.....	29
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	29
1. Principais destaques .....	29
2. Equilíbrio Orçamental.....	30
3. Análise da Despesa .....	33
4. Análise da Receita .....	49
5. Movimentos de Tesouraria .....	59
SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	62
6. Análise do Balanço .....	62
7. Análise da Demonstração de Resultados.....	66
8. Dívida.....	68
9. Proposta de aplicação de resultados.....	71
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	77
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	95
ANEXOS.....	101



CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

-  
**2013**

INTRODUÇÃO

---





## I – INTRODUÇÃO

### Nota Prévia

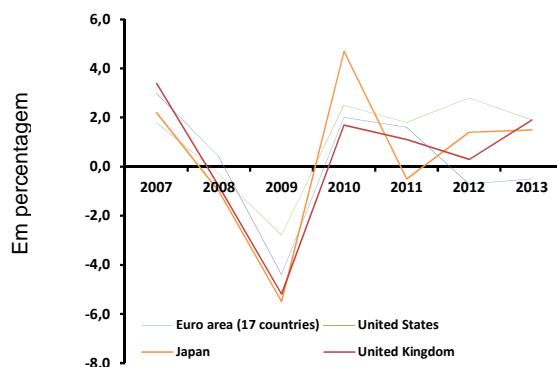
Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2013, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município do Porto, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Com o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os documentos de prestação de contas consolidadas passam a poder ser aprovados em momento diferente das contas individuais do município, isto é, até junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

### Enquadramento Macroeconómico

No ano em análise o enquadramento externo da economia portuguesa foi marcado por uma recuperação moderada da economia da área do euro. Em termos médios anuais, a economia da zona euro contraiu 0,4% em 2013, o que compara com uma queda de 0,6% em 2012<sup>1</sup>.

F.1 – PIB: Taxa de variação homóloga<sup>2</sup>



Num contexto de diminuição da inflação, em novembro de 2013, o BCE reduziu em 25 p.b, as taxas de juro de referência. Assim, neste ano, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento fixou-se num mínimo histórico de 0,25%.

<sup>1</sup> Banco de Portugal, Indicadores de conjuntura, fevereiro 2014.

<sup>2</sup> Eurostat e Thomson Reuters, citado por Banco de Portugal, Indicadores de conjuntura, fevereiro de 2014.

Em Portugal, 2013 continuou a ser marcado pelo processo de ajustamento da economia, mantendo-se a alteração na estrutura produtiva portuguesa, mais focada nos bens transacionáveis dirigidos às exportações. Determinado por este contributo bem como pelo comportamento do consumo privado, o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu 1,4% no ano de 2013, o que compara com a redução de 3,2% em 2012<sup>3</sup>.

A taxa de desemprego para o quarto trimestre de 2013 fixou-se em 15,3%, o que representa uma diminuição de 1,6 p.p. face ao trimestre homólogo<sup>4</sup>.

A taxa de inflação média anual foi de 0,3%, registando uma descida face a 2012, ano em que se fixou em 2,8%<sup>5</sup>, e o défice orçamental situou-se em 4,9% do PIB<sup>6</sup>.

### **Principais Resultados**

Apesar do contexto desfavorável verificado em 2013, o Município do Porto apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos, apesar da grave crise financeira que o País atravessa.

Em termos sintéticos destaca-se:

- Uma taxa de execução, em termos de cobrança, do orçamento da receita de 98,2%;
- O acréscimo da receita corrente de 0,7%, cerca de 1 milhão de euros, face ao ano de 2012. As receitas fiscais aumentaram 4,4%, (4,1 milhões de euros), por força do aumento verificado sobretudo nos impostos diretos, nomeadamente na derrama;
- A receita de capital (sem reposições e saldo de gerência), superior em 198,9% relativamente a 2012, ou seja, cerca de 23 milhões de euros, fundamentalmente pela variação positiva da venda de bens de investimento e dos ativos e passivos financeiros;
- A redução das despesas realizadas com pessoal e com aquisições de bens e serviços face ao previsto em orçamento e que no conjunto é superior a 8,8 milhões de euros;
- A redução da dívida de médio e longo prazo, incluindo o *leasing*, em 5% (5,1 milhões de euros);
- A manutenção de um prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF) inferior a 30 dias, pelo sexto ano consecutivo, superando assim o objetivo de manter um prazo médio de pagamento a fornecedores, inferior a 40 dias;
- A manutenção de capacidade de endividamento face à lei em vigor;

---

<sup>3</sup> INE, Síntese Económica de Conjuntura, janeiro de 2014.

<sup>4</sup> Banco de Portugal, Indicadores de conjuntura, fevereiro 2014.

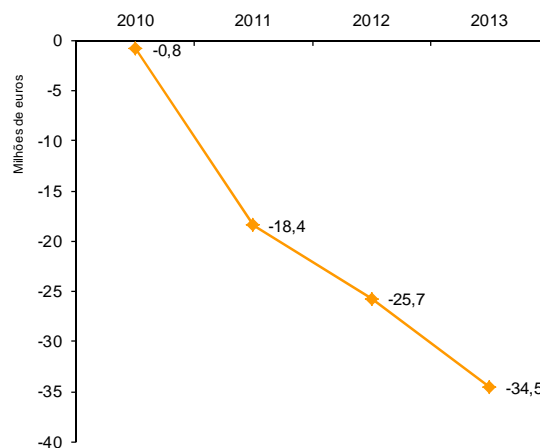
<sup>5</sup> INE, Síntese Económica de Conjuntura, janeiro de 2014.

<sup>6</sup> INE, Procedimento dos défices excessivos (1ª notificação de 2014).



- O facto do endividamento líquido a curto prazo apresentar um valor negativo. Verifica-se, mais uma vez, que o valor das receitas por cobrar, acrescido das disponibilidades de tesouraria, é superior ao que o Município deve aos seus fornecedores, em cerca de 34,5 milhões euros.

F.2 – Dívida líquida de curto prazo



- Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 1,9 milhões de euros.
- Por fim, uma nota para os recursos humanos que mantendo a trajetória descendente, em consequência do forte controlo de novas admissões, superou a meta de 2% de redução de pessoal, imposta pela Lei do Orçamento de Estado. Em 31 de dezembro de 2013 o número de colaboradores do Município do Porto fixava-se em 2.513, menos 57 do que em igual período do ano anterior.



CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

-  
**2013**

PRIORIDADES

---





## II – PRIORIDADES

Em 2013, as prioridades do Município do Porto mantiveram-se fiéis às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, cujos objetivos estratégicos assentaram no programa autárquico cujo ciclo político terminou em setembro de 2013. Agregam-se em 4 grandes objetivos que se passam a analisar, na ótica da despesa realizada: coesão social; regeneração urbana; competitividade; e, relacionamento com o munícipe e funcionamento interno.

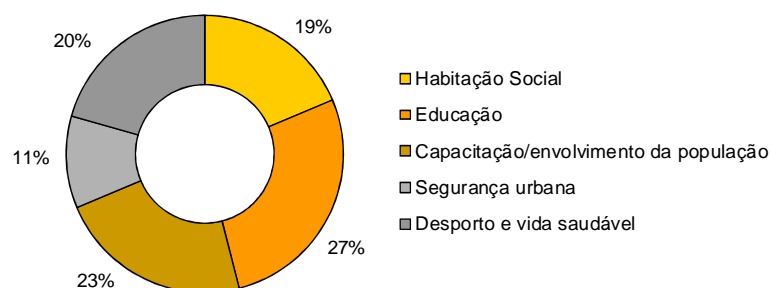
### Q.1 – Despesas por objetivos

Objetivo	Orçamento	Realizado	Pago		Taxa de Execução		
	€ (1)	€ (2)	€ (3)	%	(2)/(1)	(3)/(1)	(3)/(2)
Coesão social	26.696.612	24.638.672	24.583.968	13,5%	92,3%	92,1%	99,8%
Regeneração urbana	2.425.573	2.060.988	2.055.084	1,1%	85,0%	84,7%	99,7%
Competitividade	74.209.186	68.939.472	67.166.300	36,8%	92,9%	90,5%	97,4%
Relacionamento com o munícipe e funcionamento interno	106.497.958	88.810.512	88.546.986	48,6%	83,4%	83,1%	99,7%
<b>Total</b>	<b>209.829.329</b>	<b>184.449.645</b>	<b>182.352.337</b>	<b>100,0%</b>	<b>87,9%</b>	<b>86,9%</b>	<b>98,9%</b>

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

## Coesão Social

### F.3 - Coesão Social



A **Coesão social** foi um dos vetores estratégicos mais importantes, tendo sido aplicados 4,6 milhões de euros na Habitação social. O remanescente (20 milhões de euros) destinou-se à Educação (6,7 milhões de euros), Capacitação/envolvimento da população (5,6 milhões de

euros), Segurança urbana (2,6 milhões de euros) e Desporto e vida saudável (5,1 milhões de euros).

A ausência de apoio financeiro por parte do Estado às intervenções de grande reabilitação do edificado, que em anos anteriores vinha sendo garantido pelo IHRU, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, no âmbito do Prohabita, determinou uma menor capacidade de investimento nas ações de reabilitação exterior dos bairros sociais da cidade. Em 2013, no entanto, e neste processo de requalificação estrutural dos bairros sociais mais degradados, regista-se a grande reabilitação exterior dos bairros de S. Roque da Lameira (blocos 13 a 17 e 19) e Fonte da Moura (blocos 4 a 6 e 17 a 26), a continuidade da reabilitação do bairro do Lagarteiro (bloco 9) e a conclusão da vasta ação de requalificação do Bairro D. Leonor (habitações bifamiliares).

Em complemento deste processo de requalificação estrutural do edificado, continuou-se, com o Programa Casa Como Nova, a envolver os inquilinos municipais no esforço de recuperação do interior das habitações que lhes estão concessionadas. Neste ano, e através das habituais ações de manutenção de edifícios e infraestruturas municipais, efetuaram-se 10.500 intervenções de manutenção corrente do parque habitacional social e reabilitou-se o interior de 365 casas que ficaram devolutas.

No domínio da gestão do parque habitacional manteve-se o esforço de garantir a equidade e a justiça na utilização do património municipal, definindo procedimentos que levaram à aprovação, pelos órgãos autárquicos, do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional. Continuou a ser dado especial acompanhamento à taxa de incumprimento no pagamento de rendas que se situou em 5,11% para o número de incumpridores e em 4,53% para o valor em mora, o que se traduz numa redução de 0,43% face ao ano anterior.

No âmbito da **Educação** destaca-se o alargamento da Escola a Tempo Inteiro, aplicado a 22 escolas do 1º ciclo do ensino básico (CEB), e também as atividades de enriquecimento curricular com uma taxa de cobertura de 76,2%, correspondendo a 6.473 alunos do 1º CEB e JI. As atividades de coadjuvação curricular, através do programa Porto de Crianças, abrangeram, 278 turmas num total de 6.027 crianças do jardim-de-infância e 1º ciclo do ensino básico.

No ano 2013, registou-se o fornecimento de 1.135.955 refeições escolares às escolas básicas do 1º ciclo e aos jardins-de-infância da rede pública. No mesmo contexto, a iniciativa Escola Solidária, garantiu a abertura das cantinas escolares na pausa letiva da Páscoa e do Natal para proporcionar uma refeição completa a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos de idade. No âmbito do regime de fruta escolar, foi a mesma complementada com a medida municipal de fornecimento de lanche escolar diário a

todos os alunos do 1º CEB, com o fornecimento de 7.380 lanches por dia e um investimento anual de 292,2 mil euros.

Como medida de complemento à ação social escolar, o Município do Porto ofereceu, no arranque do ano letivo, 1.614 kits com materiais didáticos aos alunos do 1º ano, aliviando os encargos familiares nessa fase do ano.

Através do programa Porto de Atividades, foram distribuídos 1.180 kits de natação. No âmbito do programa O Porto a Ler, assinala-se a atribuição de fundo documental a escolas do 1º ciclo, a organização de duas oficinas de leitura e escrita criativa nas quais participaram 16 turmas com 350 crianças. De destacar a apresentação pública do livro “O Museu e Eu...” que envolveu 318 alunos do 3º ano do 1º CEB, escritores e ilustradores. Com o programa Porto de Futuro, que abrangeu todos os agrupamentos de escolas do ensino público e todos os ciclos de ensino, num total de 10.456 pessoas desde colaboradores de empresas a voluntários, alunos e professores, deu-se continuidade à partilha de boas práticas e à transferência de conhecimento do mundo empresarial para as escolas.

Através do concurso Descobre Outra Cidade, foram premiadas 3 equipas com uma visita de estudo a Lisboa e, sobre a temática Porto Património Mundial, foram proporcionadas atividades a cerca de 42 alunos do 2º ciclo.

Ao nível das instalações e através do programa Escola Viva, decorre a requalificação física dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. Em 2013 foi integralmente requalificada, pela GOP, EM, a EB do Paulo da Gama, adaptado o espaço na EB da Fontinha, e intervencionadas/beneficiadas as escolas básicas da Constituição, Fernão Magalhães, Lagarteiro, S. João da Foz, Augusto Lessa e Fonte da Moura. No início do ano letivo 2013/2014 abriram-se 2 novas salas de jardim-de-infância nas EB do Covelo e de Costa Cabral.

De registar ainda, ao nível do Projeto Prevenir para Proteger, que tem como principal objetivo sensibilizar em contexto escolar para a prevenção de riscos de incêndio, a realização de 47 simulacros de incêndio em 45 EB.

No âmbito da **Capacitação e envolvimento da população** destacam-se as transferências para as Juntas de Freguesia com 3 milhões de euros, e na intervenção social salientam-se as iniciativas e projetos desenvolvidos pela Fundação Porto Social, com especial destaque para a atividade do Centro de Inovação Social do Porto, com a iniciativa Porto Inova e o Fórum Centre of Social Innovation - from theory to practice, o Plano Municipal contra a Violência Doméstica, o Plano de Ação 2013 do Conselho Local de Ação Social do Porto, e a implementação da parte final do Plano de Desenvolvimento Social 2011-2013.

Ao nível da população idosa, reforçaram-se as atividades no âmbito do Programa

Aconchego, do Programa Porto Amigo, destinado a melhorar as condições de habitabilidade da população sénior, e do Programa de Formação Desafios para a Intervenção nos Serviços Gerontológicos.

Nas atividades dirigidas às crianças deu-se continuidade aos *ateliers* temáticos no Centro de Educação Ambiental, às ações de ocupação lúdica dos tempos livres nas pausas de verão, através das Férias na Quinta, e ao projeto Música para Todos. A Orquestra Juvenil da Bonjóia viu consolidado o seu trabalho, com inúmeras e importantes apresentações públicas.

Com a consolidação do funcionamento do Centro de Recursos Sociais do Porto, que permitiu criar sinergias de intervenção entre instituições com particular ênfase na promoção da empregabilidade através da implementação de um Gabinete de Inserção Profissional, e com mais uma edição do projeto Arca de Natal, reforçou-se a dinamização interinstitucional da cidade. Na zona oriental promoveu-se mais uma edição da Feira do Mundo Rural e dinamizou-se o espaço Animar.

Através do Programa Metropolitano de Emergência Social, foram atribuídos 304,2 mil euros de apoios financeiros excepcionais e temporários a cerca de 640 agregados familiares carenciados, em situação de emergência social grave.

Com o Projeto Cidade das Profissões desenvolveram-se e aprofundaram-se as competências pessoais para promoção da empregabilidade, e com o Programa Porto Cidade de Ciência continuou-se a promover e a divulgar a cultura científica na cidade.

Como espaços de apoio privilegiado à inclusão social releva-se o papel assumido pelo Serviço Municipal de Apoio ao Consumidor (SMAC), que contabilizou 232 processos relacionados com a problemática do direito e conflitos de consumo, a gestão do Espaço Internet do Gabinete do Município que registou 512 novos cidadãos, 20.319 horas de ligação e o acesso de 30.278 utilizadores, 280 formandos e 650 horas de formação, e o Serviço de Apoio ao Voluntariado com 32 candidaturas.

Em 2013 foi ainda criado o Serviço Municipal de Apoio à Reutilização de Livros Escolares (SMARLE) ao qual recorreram 5.310 utentes, tendo sido levantados 5.759 livros e depositados 15.115, e enviados para reciclagem 4.581,5 Kg que revertem a favor do Banco Alimentar Contra a Fome para apoio de famílias carenciadas.

Através da provedoria dos cidadãos com deficiência foram desenvolvidas, entre outras, atividades no âmbito das acessibilidades, da captação e fixação de empresas dedicadas ao emprego de pessoas com deficiência e comercialização de produtos destinados à melhoria da sua qualidade de vida, e organizado o concurso Escola para Todos. Participou-se ainda na Feira Internacional de Produtos, Serviços e Tecnologias de Apoio para Necessidades



Especiais e obteve-se a licença de utilização do ColorADD.

Ao nível da **Segurança urbana** e durante o ano de 2013 a Polícia Municipal reformulou o conceito de intervenção policial motorizada, através da utilização de viaturas de menor dimensão e mais adaptadas à cidade do Porto, permitindo uma intervenção policial mais célere, eficaz e menos onerosa. A contratualização de serviços de reboque com novos indicadores de eficácia e eficiência permitiram aumentar o grau de mobilidade, acessibilidade e rotatividade de estacionamento, contribuindo desta forma para uma melhor gestão do espaço público e para a sua livre fruição.

À semelhança do que aconteceu durante o ano 2012 incrementou-se a atribuição de serviços de atendimento e de Portaria a colaboradores do Município, devidamente formados para esse efeito, mantendo-se a tendência de redução dos gastos na prestação de serviços de atendimento e vigilância por entidades externas.

A proteção e socorro foi reforçada no equipamento individual e coletivo. Os bombeiros foram dotados com equipamento individual para os novos colaboradores e manutenção dos equipamentos de mergulho, visando a operacionalidade do emprego de meios humanos adequados às suas missões. Continuou-se com o programa de manutenção preventiva dos equipamentos de socorro e reequipamento/substituição gradual das comunicações. A Proteção Civil foi reforçada, pela primeira vez, com equipamentos de proteção individual, uma tenda insuflável e acessórios para apoio às ações de sensibilização, tendo em vista a prevenção antes do socorro.

No **Desporto e vida saudável** a cidade voltou a contar com eventos de promoção do Porto a nível nacional e internacional. Destaca-se a realização da 5.<sup>a</sup> edição do Circuito da Boavista que, com mais de 440 pilotos inscritos, de 221 mil pessoas a assistir ao evento, uma taxa de ocupação hoteleira de 90%, uma audiência na Eurosport superior a 5 milhões de pessoas e em 187 pontos do globo, se afirmou em 2013 como um evento fundamental de promoção turística e para a projeção da cidade e da marca Porto a nível nacional e internacional. Destaca-se ainda a realização, pela segunda vez no Porto, de uma etapa da 7.<sup>a</sup> edição da Extreme Sailing Series, conhecido pelo Campeonato de Fórmula 1 da Vela, que durante 4 dias colocou as margens do Douro em festa e que reuniu o top mundial de velejadores profissionais, e a realização do Campeonato de Voleibol de Praia Sénior e do Campeonato Europeu de Voleibol de Praia Universitário.

Corrida do Dia do Pai, Corrida da Mulher, Corrida de São João, Meia-Maratona e Maratona do Porto, Corrida de São Silvestre, Pedalar contra o Linfoma, Meeting Internacional de Natação, bem como algumas provas pontuáveis para os campeonatos de surf do calendário nacional, são também exemplos da oferta de eventos desportivos na cidade durante 2013.

Conquer Race, Color Run e Corrida no Parque à Noite foram algumas das iniciativas desportivas que se realizaram pela 1.<sup>a</sup> vez na cidade, e que registaram níveis de interesse e adesão relevantes.

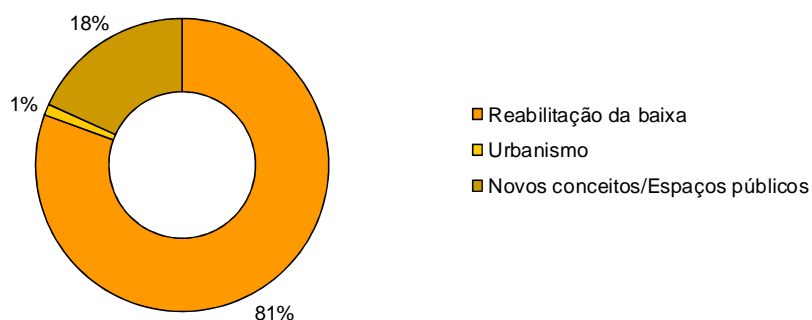
E como no Porto o desporto é para todos, destaca-se ainda o Torneio de Boccia Sénior, a realização da Taça de Portugal de Andebol em Cadeira de Rodas e o 1.º Campeonato de Natação Adaptada. Foi também mantida e reforçada a oferta dos Campos de Férias Missão Verão@Porto e dos programas direcionados para a população infantil, sénior e com necessidades especiais, Vamos Nadar, No Porto a Vida é Longa e Porto sem Barreiras, respetivamente.

O desporto informal teve enfoque especial na programação do Porto em boa forma, que levou iniciativas desportivas como Yoga, Tai Chi, Ténis de mesa, Basquetebol, Ginástica, Tiro com Arco, Caminhadas, Orientação, Corfebol, Judo, Ginástica Acrobática, Taekwondo, Andebol, Danças africanas, Kung-fu, Patinagem, Basquetebol, Ténis e Kuk Sool Won e atividades de Academia, a vários locais da cidade, como Parque da Cidade, Monte Aventino, Jardins do Palácio de Cristal, Praça da Estação de Metro da Trindade e Praça D. João I.

Ao nível dos equipamentos coletivos de desporto deu-se continuidade à oferta de desporto na rede municipal de piscinas, pavilhões e outros equipamentos, promovendo a diversificação das modalidades desportivas praticadas na cidade e prosseguiu-se com a requalificação das infraestruturas. Nas 65 infraestruturas sob a responsabilidade da Porto Lazer, EM, desenvolveram-se cerca de 40 modalidades desportivas ou atividades físicas, com cerca de 390.000 utilizações.

## Regeneração Urbana

F.4 - Regeneração Urbana



A Regeneração urbana inclui os Programas de Reabilitação da Baixa com 1,7 milhões de euros, do Urbanismo com 25,4 mil euros e os relacionados com Novos conceitos/Espaços públicos com 375,2 mil euros.

Os programas de **Reabilitação da Baixa** e Reabilitação são assegurados em articulação com a Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana, que promove a intervenção no edificado e que no período entre 2005 e 2013, permitiu um volume de investimento global de 757,7 milhões de euros, cujo efeito de alavancagem por cada euro de investimento público foi de doze euros de investimento privado.

Em 2013, a Sociedade centrou os trabalhos na Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico do Porto, com destaque para o Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé, o Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé e o Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores, no âmbito do qual, e com enquadramento na Semana da Reabilitação Urbana, se realçam o seminário Reabilitação urbana e espaço público, a reabilitação urbana do Corpo da Guarda, finalista no concurso do Prémio Nacional da Reabilitação Urbana, e o Hotel Intercontinental Palácio das Cardosas que venceu o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana na categoria de Melhor Intervenção na Cidade do Porto.

De realçar, em termos de intervenção física no terreno, o incremento de 21% do total de parcelas reabilitadas, quando comparado com o ano de 2012, e o aumento de 69% do número total de parcelas em projeto, e, no plano das ações imateriais, a operação 1ª Avenida – Dinamização económica e social da Baixa do Porto, em estreita colaboração com a Porto Lazer, EM, e com real efeito de alavancagem nas operações físicas no terreno.

No âmbito do **Urbanismo** e no domínio do planeamento territorial deu-se continuidade à elaboração dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente Planos de Pormenor de Contumil, Ranha e Av. D. Pedro IV, com destaque para a deliberação de abertura de período de discussão pública das propostas de alteração ao Plano de Pormenor das Antas e elaboração do Plano de Pormenor do Dallas. Desenvolveram-se estudos em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, com conclusão da proposta de alteração a alvará de loteamento na UOPG4 (Requesende), a proposta de loteamento na UOPG14 (Campo da Cruz) e o estudo de enquadramento de quarteirão, na UOPG21. Foi ainda elaborada a versão preliminar do primeiro Relatório de Estado do Ordenamento do Território.

Foram também concluídos os estudos sobre o envelhecimento populacional e qualidade de vida urbana e efetuada a análise da evolução demográfica 2001/2011.

No domínio dos projetos de arquitetura, destacam-se os projetos de execução e acompanhamento das obras do eixo Mouzinho/Flores, do Lar de Aldoar e do Jardim de

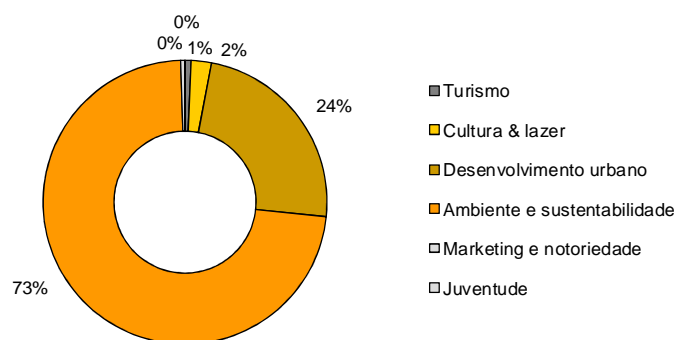
Infância da Vitória, e os projetos de execução das Ruas Tomás Ribeiro e Correia de Araújo, de reabilitação da Igreja dos Clérigos e de realocização da estátua Porto.

Ao nível dos projetos setoriais deu-se continuidade ao Plano de Promoção de Acessibilidades para Todos, elaborou-se a Rede de Circuitos Cicláveis e o estudo sobre a Movida no Porto, e no âmbito da informação geográfica, releva-se a implementação da nova cartografia digital e a continuidade ao acerto dos limites da CAOP-Carta Administrativa Oficial de Portugal bem como a conclusão do levantamento cadastral do Dallas e da Escarpa das Fontainhas.

Integrado no programa **Novos conceitos e espaços públicos** executaram-se o projeto de reabilitação do Mercado do Bolhão e os arranjos exteriores do Mercado do Bom Sucesso.

## Competitividade

F.5 – Competitividade



A Competitividade engloba os programas de Turismo com 473,3 mil euros, da Cultura e lazer com 1,6 milhões de euros, do Desenvolvimento urbano com 16,3 milhões de euros, do Ambiente e sustentabilidade com 50,2 milhões de euros, de Marketing e notoriedade com 332,8 mil euros e da Juventude com 5,5 mil euros.

O **Turismo** voltou a conhecer, em 2013, um significativo crescimento, alavancado pela continuidade do projeto Portal de Turismo do Município do Porto e pelo reforço da marca opportunity city que posicionaram o Porto na liderança do mercado turístico nacional e como destino turístico em desenvolvimento no mercado turístico global.

À semelhança dos anos anteriores, manteve-se a aposta nos produtos turísticos prioritários, focalizada no *city break* e no turismo de negócios, complementada com a aposta estratégica do turismo cultural, turismo de eventos, turismo científico e turismo náutico, bem como dos produtos complementares de *touring* cultural e paisagístico, e gastronomia & vinhos.

A tendência de crescimento do movimento turístico no Porto e, conseqüentemente, no dinamismo económico local e regional, é marcada pelo aumento da afluência aos Postos de Turismo em 15,6%, atingindo os 303.147 visitantes e abrangendo mais de 25% dos turistas alojados no Porto, pelo aumento de 23% na utilização do Portal de Turismo do Porto que atingiu os 652.059 utilizadores, pela execução dos planos de ação do Portal de Turismo, de acolhimento e promoção turística de eventos, como o S. João do Porto, o Circuito da Boavista e o Optimus Primavera Sound, e de reformulação do Porto Card para além dos aumentos da venda de *merchandising* oficial e do cartão turístico Porto Card em 74,6% e 6,7%, respetivamente.

O apoio do Município do Porto aos segmentos negócios, científico e educação, permitiu atingir 32.108 pessoas em 229 congressos, eventos ou reuniões.

Reforçou-se a promoção turística com a distribuição de 542,3 mil exemplares de material de informação turística e editaram-se 6 novos suportes de informação e divulgação turística. Apoiaram-se 77 produções de promoção da cidade nos meios de comunicação social e cinematográfica com a Porto Film Commission, e a atualização de 46 guias/publicações turísticas. Foram ainda inseridos 3.560 eventos no portal do Turismo e no portal do Município do Porto e produzidas 443 notícias relacionadas com a cidade.

Para manter esta trajetória de notoriedade, contribuíram, para além do funcionamento de 4 pontos de apoio ao turista em época baixa e 6 na época alta, o Programa Vamos Receber à Moda do Porto, a presença na Associação de Turismo do Porto (ATP) e a presidência da sua agência regional e da direção da ATC-Porto Tours.

No âmbito da **Cultura** e numa política de proximidade, que se constitui como garante de inclusão e coesão social, procurou-se enfatizar a ligação com a comunidade, garantindo a acessibilidade da cultura a um público cada vez mais diversificado. Um intenso programa de ações e atividades direcionadas a todos os públicos, realizadas tanto dentro como fora dos equipamentos culturais municipais, permitiu, pelo terceiro ano consecutivo, superar um milhão de visitantes nacionais e estrangeiros.

Com a coordenação do Conselho Metropolitano de Vereadores da Cultura, o Município do Porto continuou a desempenhar um importante papel na aproximação dos equipamentos e programação cultural dos diversos municípios.

Foram criados os Percursos Culturais em torno de diferentes espaços e monumentos da zona histórica e inaugurou-se um novo núcleo do Banco de Materiais, no Palacete dos Viscondes de Balsemão, dedicado à arte do estuque onde está patente uma boa parte do espólio da antiga Oficina Ramos Meira.

Nas Bibliotecas Municipais, inaugurou-se o novo Bibliocarro, aumentou-se a capacidade de

depósito de periódicos através da reabilitação do Atelier Barata Feyo, procedeu-se à integração do espólio do poeta Eugénio de Andrade, e foi reconhecido pela Unesco o Roteiro da primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia 1497-1499 como Memória do Mundo, à guarda da Biblioteca Pública Municipal do Porto desde 1834.

Nos Arquivos, terminou-se a conceção do Plano de Classificação para Administração Local, decorrente da Macroestrutura Funcional do Estado, para interoperabilidade semântica entre os sistemas de informação da administração central e local.

Em 2013, as atividades do Teatro do Campo Alegre passaram a integrar a Direção Municipal da Cultura. Na prossecução dos seus objetivos, mantiveram-se as Quintas de Leitura e foram levados a palco, entre outros, espetáculos de Dança Contemporânea. Realizaram-se concertos musicais integrados no ciclo O Som das Estrelas, Recitais em poesia e canto e promoveu-se o lançamento de livros. Tiveram ainda lugar no TCA, seminários, entre os quais, um promovido pela Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência, Espaço Público para Todos. O Serviço Educativo do Teatro continuou a oferecer apresentações às faixas etárias infanto-juvenis.

O Rivoli Teatro Municipal, no seguimento do trabalho anteriormente desenvolvido, continuou a sua gestão pragmática no aluguer pontual e na partilha percentual nos eventos de carreira.

Com a posse do novo executivo municipal foram definidos planos de execução para os principais compromissos eleitorais, procedeu-se ao mapeamento e (re)interpretação de recursos humanos, materiais e imateriais e criaram-se espaços de diálogo em torno de propostas culturais com interlocutores de projetos e organizações da cidade e de âmbito nacional. Iniciou-se a atividade cultural através da exposição O que é o Natal?, nos Paços do Concelho, visitada por mais de 1.500 pessoas, que simboliza a política cultural para a cidade e o seu ethos de abertura, diálogo e participação. Foram recebidas inúmeras companhias de teatro, dança, projetos de cinema e arquitetura, entre outros agentes locais ligados ao design e ao setor editorial, e visitados diversos espaços e agentes culturais incluindo museus e fundações de âmbito nacional e local, na prossecução de uma política de compreensão substancial das diferentes camadas do tecido cultural da cidade.

A animação da cidade continuou a contar com eventos de promoção do Porto a nível nacional e internacional, com destaque para a Festa de S. João do Porto que viu consolidada a sua afirmação como evento âncora da oferta de animação da cidade, e a 2ª edição do Optimus Primavera Sound, alavancando a notoriedade da localização privilegiada do Parque Ocidental da cidade.

2013 foi também o ano da consolidação do sucesso e da visibilidade de eventos que já

fazem parte da agenda da cidade e que já contam com um público fiel e interessado, como as Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda, os concertos Porto Sounds, Festa da Criança, Dia Mundial da Dança, Cinema Fora do Sítio, Festival Varandas, Porto Sunday Sessions, D´Bandada, Natal e Passagem de ano, este ano com programação reforçada e mais de 100.000 pessoas entre os quais muitos turistas.

As iniciativas que integraram o projeto 1.<sup>a</sup> Avenida, com os Aliados e a envolvente próxima como território de intervenção, deram corpo à imagem da cidade como uma cidade criativa, pioneira e inovadora, e tiveram no Edifício AXA o seu espaço âncora, por onde passaram mais de 270 eventos artísticos.

Manteve-se o envolvimento do Município do Porto em diversos projetos de animação da cidade como são exemplo a Semana Europeia da Mobilidade, a WWF/Hora do Planeta 2013 que desligou, durante 1 hora, 30 instalações de iluminação cénica/decorativa da cidade, e o Dia Mundial da Consciencialização do Autismo, iluminando de azul o edifício dos Paços do Concelho.

Integrado no **Desenvolvimento urbano**, fizeram-se obras de requalificação, reparação e beneficiação de pavimentos e acessibilidade pedonal, numa área superior a 28 mil m<sup>2</sup>, de que são exemplo a requalificação do Largo da Maternidade, rua da Alegria e rua do Lima, efetuaram-se cerca de 141 rebaixamentos de passadeiras e implementou-se um sistema de gestão de avenças em parques de estacionamento.

Tendo em vista a melhoria da mobilidade e o aumento da segurança rodoviária foram elaborados projetos de beneficiação de pavimento e de requalificação de diversas ruas e avenidas cujas empreitadas foram concretizadas através da GOP,EM, projetos de instalação de infraestruturas e superestruturas semaforicas na Praça Almeida Garrett, na avenida de França com a praça Mouzinho de Albuquerque, e foi ainda efetuada a obra de semaforização da rua da Constituição com a rua de Pedro Hispano. Acompanharam-se os projetos de execução e respetivas obras de arranjos exteriores do espaço envolvente ao mercado do Bom Sucesso, requalificação das ruas de Agramonte e da Meditação.

Através da empresa municipal GOP, EM, destacam-se as empreitadas de reabilitação urbana do eixo viário Mouzinho da Silveira/Flores, da requalificação da avenida da Boavista (troço nascente) e áreas adjacentes, do arranjo urbanístico junto à Sé do Porto, ruas das Oliveiras, Chã, S. João e S. Tomé, novo acesso ao Queimódromo, avenida AEP, alameda do Prof. Hernâni Monteiro, entre outras, e viadutos de Tânger, de Domingos Sequeira, de Pedro Hispano e de Paula Vicente.

Com a preocupação da eficiência energética e da redução dos níveis de consumo, foram submetidas as candidaturas Eficiência energética na iluminação pública da cidade do Porto,

ao POVT, e VIRGO - Virtual Registry of the (under – on – above) Ground Infrastructures - para referência de infraestruturas de energia para conhecimento e utilização comum na Europa.

Com o objetivo de reforçar a segurança rodoviária, executaram-se 1.787 pequenas intervenções no pavimento, mais de 26 mil m<sup>2</sup> de pintura de marcas rodoviárias e foi realizada a manutenção em 2.474 sinais de trânsito.

Numa perspetiva de melhoria da circulação rodoviária na cidade deu-se continuidade à implementação do Plano de Reformulação de Sinalização Direcional, foram instaladas 132 caixas de sinalização direcional com indicação de equipamentos turísticos e culturais, de parques de estacionamento e de unidades hoteleiras, entre outras, e realocados interfaces de transporte público.

No âmbito do projeto Gestão da mobilidade participou-se no projeto europeu Enter.Hub de definição de sistemas territoriais de infraestruturas e de transportes.

Em termos do **Ambiente e sustentabilidade**, e no âmbito dos espaços públicos, verificou-se uma forte aposta na limpeza de graffiti, para além da manutenção permanente no sentido de se manter o estado de excelência do Parque da Cidade, onde foi construído um reservatório de água, reformulada a rede de drenagem de águas residuais domésticas, executado um poço de drenagem no Núcleo Rural e colocadas placas informativas. Valorizaram-se e requalificaram-se espaços verdes urbanos, com destaque para os jardins da Praça Nove de Abril, do Conhecimento, do Carregal, Parque Infantil da Cordoaria, e do Largo da Maternidade Júlio Dinis e manteve-se o investimento na manutenção dos espaços verdes dos bairros municipais. Nos cemitérios foram alienados 23 jazigos, construída uma área para inumação de cinzas no Cemitério de Agramonte e um edifício para as arcas frigoríficas no cemitério do Prado de Repouso, que registou um aumento de 38% no número de cremações, comparativamente a 2012, e realizadas visitas guiadas.

Ao longo do ano de 2013 e no âmbito do programa municipal de Educação para a Sustentabilidade do Município, que registou no último ano letivo 52.197 participantes de várias faixas etárias, foi dada continuidade à estratégia de promoção da mudança de comportamentos com a preocupação de promover e transformar os mais jovens em adultos ambientalmente responsáveis e solidários.

No que respeita à gestão do ruído urbano, o Município do Porto viu novamente reconhecido o seu Laboratório de Ruído segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025:2005 - Laboratórios de Acústica, em cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regulamento Geral do Ruído, reconhecendo-se a competência e boas práticas da equipa, assim como o cumprimento de um exigente quadro de procedimentos para determinação laboratorial da



incomodidade sonora. Foi contratualizada a revisão e atualização da proposta técnica dos Planos Municipais de Redução de Ruído para apurar se as medidas de austeridade económica, e a conseqüente alteração dos hábitos de utilização do transporte individual, bem como se algumas intervenções ao nível da gestão de tráfego, são suscetíveis de alterar o ambiente sonoro e por conseguinte a configuração das áreas de sobre-exposição e o investimento municipal nas medidas programáticas de redução de ruído, e está em curso a generalização da aplicação dos limitadores de potência sonora na zona da Baixa portuense.

Em 2013 o Município do Porto instalou 31 equipamentos enterrados no âmbito do plano de contentorização da cidade. Os resíduos indiferenciados e banais recolhidos atingiram 107.253 toneladas, com um decréscimo de 3,3 % face a 2012. Contabilizaram-se ainda 11.768 toneladas de resíduos seletivos, passíveis de valorização e reciclagem, que representam um rácio de 49,5 Kg/habitante/ano, muito próximo do valor exigido para o ano de 2020 (PERSU 2020), ou seja, 50 Kg/habitante/ano.

No domínio das águas, a empresa municipal Águas do Porto, EM registou progressos significativos nos projetos estratégicos de gestão integrada do ciclo urbano da água com base nos princípios da eficiência operacional e do equilíbrio económico-financeiro.

No âmbito do projeto Porto sem Perdas, a empresa manteve a tendência de redução progressiva da água não faturada cujo índice se fixou em 23,5%, menos 2,5% do que em 2012. Para este resultado contribuíram as atividades de controlo ativo de perdas e de rápida intervenção na reparação de roturas e avarias, assim como os investimentos realizados na remodelação da rede de abastecimento de água e na renovação do parque de contadores.

O ano de 2013 ficou marcado pela melhoria dos indicadores relativos ao saneamento de águas residuais. O projeto Porto Saneamento que permitiu expandir a rede de drenagem de águas residuais através da instalação de coletores e de ramais, atingiu uma taxa de cobertura da população por infraestruturas de saneamento de 99,4% e ligou à rede pública de águas residuais mais 937 prédios, elevando para 97,9% a taxa de adesão ao serviço de drenagem e tratamento de águas residuais. Este projeto tem sido determinante para a despoluição e requalificação dos cursos de água do Porto e das suas águas balneares, tendo-se concluído as obras da terceira fase de reabilitação da ribeira da Granja, nos troços de Requesende, Ramalde do Meio e Pinheiro Torres e realizado intervenções de reforço estrutural de troços entubados na ribeira da Granja e no rio da Vila.

No que respeita à frente marítima, manteve-se a Bandeira Azul nas zonas balneares do Homem do Leme, de Gondarém e da Foz, e a classificação de Praia com Qualidade de Ouro, na Zona Balnear da Foz. Salienta-se, ainda, o reconhecimento do Pavilhão da Água

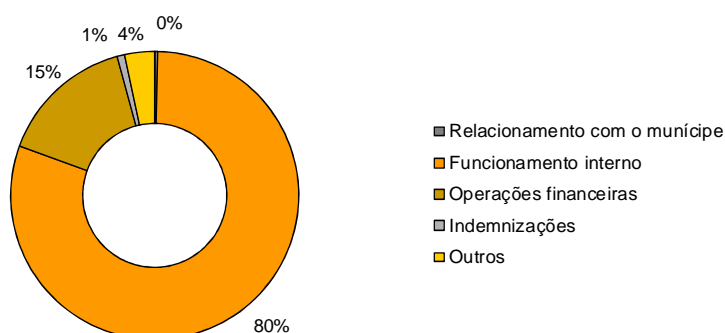
como Centro Azul, pelo segundo ano consecutivo, funcionando como pólo dinamizador de ações de sensibilização e educação ambiental durante a época balnear.

No domínio da Competitividade e relativamente aos objetivos **Marketing e notoriedade**, destacam-se, no âmbito do projeto comunitário Europe Direct Porto, 39 ações de divulgação de temáticas europeias com iniciativas viradas para a sociedade civil, promovendo e divulgando, entre outras, as comemorações do Dia da Europa, as ações enquadradas no Ano Europeu dos Cidadãos 2013, a coorganização do Fórum 2013 no Porto: o Voluntariado em tempos de crise, a iniciativa A thousand wishes for Europe, a participação no programa Sociedade Civil da RTP2, com um espaço sobre a Iniciativa de Cidadania Europeia e 100 sessões informativas A Europa vai à Escola!.

Na área da **Juventude**, deu-se continuidade às atividades do Plano Municipal de Juventude, ao programa Porto Acolhe, à newsletter Porto Ways e ao cartão Jovem Municipal do Porto, e implementou-se o projeto Openwindows, de dinamização de sessões de cidadania europeia e integração de estudantes estrangeiros em lares de acolhimento de crianças e jovens em risco, onde desempenharam ações de solidariedade social. Prosseguiu-se com apoio infraestrutural às Associações de Jovens, a colaboração no Portal do Turismo, através da manutenção de pontos de interesse no âmbito da juventude, e o Prémio Porto Jovem e organizou-se o Encontro Nacional da Juventude, em parceria com o Conselho Nacional da Juventude e a Fundação da Juventude.

## Relacionamento com o município e funcionamento interno

F.6 - Relacionamento com o município e funcionamento interno



O Relacionamento com o município e funcionamento interno integra os programas de Relacionamento com o município com 291,3 mil euros, Funcionamento interno com 71,3

milhões de euros, Operações financeiras com 13,5 milhões de euros, Indemnizações com 754,5 mil euros e Outros com 3 milhões de euros.

No domínio do **Relacionamento com o município**, evidencia-se o reforço do modelo de atendimento multicanal integrado, o acesso a internet gratuita Wi-Fi, a disponibilização de um serviço de consulta de processos em suporte digital, a criação dos procedimentos no âmbito do Licenciamento Zero, a realização de 153.165 atendimentos presenciais, 50.934 telefónicos, e atendimentos online com 184 formulários tratados e 423 adesões ao serviço.

Com o enfoque em elevar a eficiência e qualidade de atuação dos serviços municipais, implementou-se o Portal da Assembleia Municipal, com desmaterialização de todo o processo e disponibilização para consulta da documentação associada às sessões da Assembleia Municipal, e, para além da assunção dos procedimentos que estavam dependentes do Governo Civil, extinto em 2011 e cujas competências passaram para a Autarquia, geriu-se o procedimento eleitoral Autárquicas 2013.

Neste ano e no âmbito das auditorias internas e externas, continuaram a cumprir-se as normas internacionais de auditoria. As auditorias internas tiveram o seu enfoque nas execuções fiscais, Associação Porto Digital, Viveiro Municipal e contratação pública. Neste domínio procedeu-se ainda ao acompanhamento de auditorias externas e à coordenação de contraditórios a relatórios, para além do follow-up dos trabalhos de auditoria interna e externas, com vista a aferir a efetiva implementação das recomendações emanadas. Acresce a monitorização da execução do Mapa de Ações do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da CMP.

Tendo em vista dar a conhecer ao Município a atividade do Município, foram editados os três últimos números da revista municipal Porto Sempre, distribuída gratuitamente a todas as moradas do concelho do Porto, atualizou-se diariamente o Site Institucional que contou com 1,2 milhões de visitas e a TVPorto manteve-se on-line até final de setembro.

No âmbito do **Funcionamento interno** dos serviços e numa perspetiva de otimização da fiscalização com ganhos a nível de eficiência e eficácia, para além das ações de fiscalização despoletadas pelos municípios, continuou-se a privilegiar a função fiscalizadora na vertente preventiva, realizando-se ações de fiscalização sistemática na área da ocupação do espaço público e publicidade a 157 arruamentos e a fiscalização aleatória noutras áreas, designadamente, a ambiental e urbanística.

Mantiveram-se as ações de fiscalização integrada aos estabelecimentos de restauração e bebidas da baixa portuense, procurando-se também soluções para a compatibilização do dinamismo económico desta zona da cidade com o direito ao descanso dos residentes.

No processo de melhoria e otimização do parque informático as intervenções resultaram numa taxa de abrangência de 23%, sendo que no sistema de monitorização automático e na área das infraestruturas de servidores, passou a contemplar novas integrações permitindo assim uma monitorização mais eficiente. No seguimento do processo de melhoria da qualidade de gestão dos sistemas de informação, complementou-se o respetivo repositório do sistema GeSI (Gestão de Sistemas de Informação) suportando assim novas áreas, mantendo a abordagem ao referencial ITIL - Information Technology Infrastructure Library e permitindo ainda uma nova redução do tempo de resolução de 34,8%.

Na área das comunicações, de voz e de dados, o processo contínuo de otimização e redução de custos permitiu uma taxa de 53,9%. Deu-se início a dois projetos estruturantes, com base em duas candidaturas com financiamento comunitário, Cap@CIDADE e CID@ta, que visam reestruturar os sistemas informáticos de forma alinhada com a estratégia da organização. Esta transformação irá permitir uma colaboração mais estreita entre os serviços, de forma a obter uma visão transversal dos processos e da informação, para melhor adequação dos Sistemas de Informação com vista, por um lado, a melhor servir o cidadão e a cidade e, por outro lado, ter mais e melhor informação de gestão tendo em conta os desafios e tendências existentes como, por exemplo, as Smart Cities.

Em 2013 a Autarquia prosseguiu com as políticas e medidas centradas na racionalização e otimização dos recursos humanos, em termos de mobilidade, controlo e acompanhamento do absentismo e limitação das admissões, que resultaram na superação da meta de 2% de redução de pessoal, imposta pela Lei do Orçamento de Estado, redução esta que se centrou em 2,2% dos trabalhadores em relação a 2012. Destaca-se, também, a redução do absentismo, mantendo-se a tendência dos anos anteriores, dado que neste ano a Autarquia atingiu novamente uma taxa inferior a 6%.

Não obstante a prossecução de todas as medidas de otimização, privilegiaram-se igualmente as medidas relacionadas com a melhoria contínua e, neste ano, o Município viu validada a sua certificação nas Normas ISO 9001:2008 – Sistema de Gestão da Qualidade e NP 4427:2004 – Gestão de Recursos Humanos. Neste contexto, foi ainda desenvolvido um estudo de satisfação de colaboradores, que determinou o nível de satisfação global dos trabalhadores da Autarquia de 6,7, numa escala de 1 a 10, valor que se posiciona ao mesmo nível do setor privado e superior ao setor público.

No ano de 2013, e no âmbito do plano bienal de formação, envolvendo os anos de 2012 e 2013, registou-se uma taxa de realização acumulada na ordem dos 98%.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

-  
2013

RELATÓRIO  
FINANCEIRO





### III – RELATÓRIO FINANCEIRO

#### ANÁLISE ORÇAMENTAL

##### 1. Principais destaques

###### Q.2 – Indicadores

Indicador	2010	2011	2012	2013
<b>Receita</b>				
Crescimento da receita total	-5,5%	-2,0%	-11,0%	20,4%
Receitas correntes / Receitas totais	87,5%	85,3%	89,4%	74,7%
Crescimento das receitas correntes	2,9%	-4,4%	-6,8%	0,7%
Receitas fiscais / Receitas correntes	62,4%	63,2%	61,3%	63,6%
Receitas correntes cobradas / Receitas correntes orçadas	98,4%	97,2%	96,2%	97,6%
<b>Despesa</b>				
Crescimento da despesa total	-5,1%	-4,6%	-16,8%	17,9%
Despesas correntes / Despesa total	64,1%	69,8%	76,2%	66,7%
Crescimento das despesas correntes	-4,9%	3,9%	-9,2%	3,2%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	48,8%	44,9%	42,9%	46,9%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	88,4%	88,8%	83,7%	91,4%
<b>Equilíbrio orçamental e Dívida</b>				
Saldo corrente / Receitas correntes	27,2%	20,9%	22,9%	21,0%
Serviço da dívida / Receitas correntes	8,7%	9,7%	8,7%	8,8%

Os rácios orçamentais registam, em 2013, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do orçamento.

Depois de 3 anos consecutivos em que as receitas totais diminuíram, em resultado da quebra da generalidade das receitas, verifica-se em 2013 uma recuperação da receita cobrada. Este crescimento resulta, fundamentalmente, do aumento significativo da receita de capital associado à venda de bens de investimento, aos ativos e passivos financeiros, bem como, à incorporação do saldo de gerência que aumentou 10,2 milhões de euros relativamente ao ano de 2012. Assim, a receita total regista, em 2013, um acréscimo de 34,9 milhões de euros que decorre do aumento das receitas correntes e das receitas de capital, incluindo as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo da gerência anterior, de 1 milhão de euros e de 33,9 milhões de euros, respetivamente.

As receitas fiscais, que continuam a ser as receitas com peso mais significativo nas receitas correntes do Município do Porto, revelam-se as receitas que mais contribuíram para o aumento das receitas correntes, quando comparadas com o ano de 2012.

Ao nível das despesas totais do Município do Porto verifica-se, no ano em apreço, um aumento de 17,9%, por força do aumento de 3,8 milhões de euros das despesas correntes e de 23,9 milhões de euros nas despesas de capital.

Contrariamente aos dois últimos anos, os encargos com pessoal registam um aumento. Apesar da manutenção das medidas extraordinárias impostas pela Lei do Orçamento do Estado para 2013 e da redução do número de efetivos, este aumento resulta do pagamento dos subsídios de férias e de Natal e do acréscimo dos encargos com a segurança social.

Pese embora o aumento das despesas correntes, em resultado do atrás assinalado, o seu peso relativamente às despesas totais reduziu-se para níveis inferiores ao verificado no ano de 2011.

A taxa de execução da receita corrente do Município, bem como a taxa de execução da despesa corrente, são demonstrativas do princípio de rigor e prudência nos pressupostos enunciados na preparação do orçamento.

O decréscimo do saldo corrente em 2013, associado a um aumento não proporcional das receitas correntes, faz com que o rácio que lhe está associado diminua face ao ano anterior.

Apesar da redução dos juros, o serviço da dívida tem um ligeiro aumento que, associado ao aumento também pouco significativo das receitas correntes faz com que o rácio permaneça praticamente inalterado.

## 2. Equilíbrio Orçamental

### 2.1. Equilíbrio Corrente

#### Q.3 – Poupança corrente do exercício

Designação	2013	2012	Varição
	€	€	12-13
Receita corrente cobrada	153.872.163	152.856.999	0,7%
Despesa corrente executada	121.626.846	117.863.102	3,2%
<b>Poupança corrente executada</b>	<b>32.245.316</b>	<b>34.993.897</b>	<b>-7,9%</b>
Dívida corrente transitada da gerência anterior	1.903.244	3.502.164	-45,7%
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	(1.765.886)	(1.903.244)	-7,2%
Receita corrente liquidada e não cobrada do exercício	1.523.516	3.042.969	-49,9%
<b>Poupança corrente do exercício</b>	<b>33.906.190</b>	<b>39.635.787</b>	<b>-14,5%</b>

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda

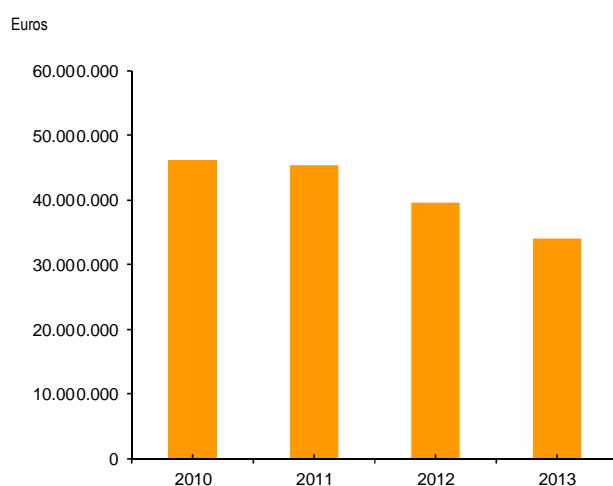


que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município do Porto cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

O orçamento do Município do Porto previa uma poupança corrente bruta de cerca de 21,9 milhões de euros. A poupança corrente executada foi de 32,2 milhões de euros, superior em 10,3 milhões de euros relativamente ao previsto. Esta poupança suporta 53,1% da despesa de capital.

A poupança corrente acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos obter a poupança corrente do exercício que, em 2013, é de 33,9 milhões de euros.

F.7 – Evolução da poupança corrente do exercício



A evolução da poupança corrente do exercício ao longo do último quadriénio permite verificar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida. Pese embora o aumento da receita corrente, as despesas correntes crescem de forma mais acentuada, essencialmente pelo efeito dos encargos com os subsídios de férias e de Natal e com as contribuições para os subsistemas de segurança social, influenciando desta forma o valor da poupança corrente.

## 2.2. Equilíbrio Efetivo

Na elaboração do orçamento de 2013 procurou-se respeitar o equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por

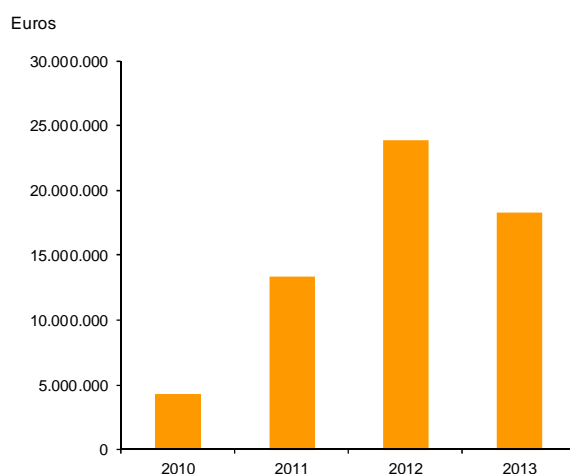
receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros), em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

#### Q.4 – Saldo global efetivo

Designação	2013	2012	Variação
	€	€	12-13
Receitas correntes	153.872.163	152.856.999	0,7%
Receitas de capital (efetivas)	36.558.095	15.982.324	128,7%
<b>Receita efetiva</b>	<b>190.430.257</b>	<b>168.839.323</b>	<b>12,8%</b>
Despesas correntes	121.626.846	117.863.102	3,2%
Despesas de capital (efetivas)	50.581.375	27.159.970	86,2%
<b>Despesa efetiva</b>	<b>172.208.222</b>	<b>145.023.073</b>	<b>18,7%</b>
Saldo corrente	32.245.316	34.993.897	-7,9%
Saldo de capital	(14.023.280)	(11.177.647)	25,5%
<b>Saldo global efetivo</b>	<b>18.222.036</b>	<b>23.816.251</b>	<b>-23,5%</b>

Ao apresentar-se no início do ano económico de 2013 uma previsão de receita efetiva de 171,1 milhões de euros e uma despesa efetiva de 165,4 milhões de euros estava a estimar-se um saldo global efetivo de 5,7 milhões de euros. No final do ano o saldo global efetivo foi de 18,2 milhões de euros.

#### F.8 - Evolução do saldo global efetivo



A evolução do saldo global efetivo ao longo dos últimos quatro anos, evidencia a capacidade de poupança do Município, com grande esforço de contenção das despesas, que tem permitido, de forma sustentada, equilibrar as finanças municipais.

### 3. Análise da Despesa

#### 3.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

##### Q.5 – Alterações e revisões orçamentais segundo a natureza económica

Designação	Dotação Inicial	Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor €	Reforços €	Deduções €	Valor €	Peso %	€	%
Despesas com pessoal	62.581.487	974.800	3.497.859	60.058.428	28,6%	-2.523.059	-4,0%
Aquisição de bens e serviços	54.338.465	6.718.008	6.002.007	55.054.466	26,2%	716.001	1,3%
Juros e outros encargos	3.948.100	78.500	666.322	3.360.278	1,6%	-587.822	-14,9%
Transferências correntes	7.132.701	591.395	1.234.801	6.489.295	3,1%	-643.406	-9,0%
Subsídios	2.691.725	3.845.630	2.599.646	3.937.709	1,9%	1.245.984	46,3%
Outras despesas correntes	2.566.995	2.603.991	988.341	4.182.645	2,0%	1.615.650	62,9%
<b>Despesas correntes</b>	<b>133.259.473</b>	<b>14.812.324</b>	<b>14.988.977</b>	<b>133.082.821</b>	<b>63,4%</b>	<b>-176.652</b>	<b>-0,1%</b>
Aquisição de bens de capital	29.742.317	32.561.102	11.313.498	50.989.921	24,3%	21.247.604	71,4%
Transferências de capital	2.160.010	19.001	1.000	2.178.011	1,0%	18.001	0,8%
Ativos financeiros	200	0	200	0	0,0%	-200	-100,0%
Passivos financeiros	13.138.000	4.000	485.325	12.656.675	6,0%	-481.325	-3,7%
Outras despesas de capital	200.000	18.154.422	7.432.520	10.921.902	5,2%	10.721.902	5361,0%
<b>Despesas de capital</b>	<b>45.240.527</b>	<b>50.738.525</b>	<b>19.232.544</b>	<b>76.746.509</b>	<b>36,6%</b>	<b>31.505.982</b>	<b>69,6%</b>
<b>Total</b>	<b>178.500.000</b>	<b>65.550.849</b>	<b>34.221.520</b>	<b>209.829.329</b>	<b>100,0%</b>	<b>31.329.329</b>	<b>17,6%</b>

No decurso do ano de 2013, registaram-se seis modificações orçamentais, sendo três alterações e três revisões, que, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de 31,3 milhões de euros.

A variação líquida do orçamento da despesa resultou do efeito conjugado da 2ª e da 3ª revisão ao orçamento de 2013, com a inscrição, entre outras, de dotação para pagamento do Acordo do Parque da Cidade – 2ª fase e de reforços de dotações, com destaque para a reabilitação de imóveis e indemnizações, possibilitados pela incorporação do saldo de gerência de 2012 e do reforço de rubricas da receita nomeadamente dos ativos financeiros.

As modificações ao orçamento não alteraram a sua estrutura, pese embora a redução de 11,3 % do peso das despesas correntes por aumento das despesas de capital no orçamento final face ao inicial.

De entre as rubricas cujas dotações foram reduzidas destacam-se, nas despesas correntes, as despesas com pessoal pela redução de pessoal associada à manutenção das reduções remuneratórias nos vencimentos, e as transferências correntes pela redução das transferências para as Juntas de Freguesia no âmbito da gestão partilhada do JI's, por efeito da integração do pré-escolar em centros escolares.

Os reforços mais significativos verificam-se nas despesas de capital nomeadamente nas rubricas de Aquisição de bens de capital, pela inscrição do encargo de 24,5 milhões de

euros com o pagamento do Acordo do Parque da Cidade – 2ª fase, e em Outras despesas de capital, fundamentalmente pela necessidade de inscrição, em termos orçamentais, da indemnização no âmbito do processo judicial com a Soares da Costa que deu origem a um acordo extrajudicial que, embora previsto, não foi possível concretizar-se em 2013.

Q.6 – Alterações e revisões orçamentais por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Inicial Valor	Alterações / Revisões		Orçamento Final		Variação	
		Reforços	Deduções	Valor	Peso	€	%
	€	€	€	€	%	€	%
Assembleia municipal	96.012	40	40	96.012	0,0%	0	0,0%
EM	4.864.173	225.684	955.305	4.134.552	2,0%	-729.621	-15,0%
DMP	1.660.678	80.938	221.102	1.520.514	0,7%	-140.164	-8,4%
DMFP	41.288.782	32.976.445	22.957.787	51.307.440	24,5%	10.018.658	24,3%
DMRH	63.190.258	1.013.327	3.704.786	60.498.799	28,8%	-2.691.459	-4,3%
DMC	2.261.569	493.231	270.332	2.484.468	1,2%	222.899	9,9%
DMPCASU	24.667.997	28.090.290	1.315.341	51.442.946	24,5%	26.774.949	108,5%
DMGVP	8.190.927	659.413	1.089.668	7.760.672	3,7%	-430.255	-5,3%
DMU	555.078	72.114	204.614	422.578	0,2%	-132.500	-23,9%
DMSI	3.648.480	974.115	1.361.581	3.261.014	1,6%	-387.466	-10,6%
PM	3.073.100	279.463	565.079	2.787.484	1,3%	-285.616	-9,3%
BSB	457.110	285.706	122.855	619.961	0,3%	162.851	35,6%
DMJC	422.291	45.806	45.806	422.291	0,2%	0	0,0%
DME	6.212.549	162.998	158.092	6.217.455	3,0%	4.906	0,1%
DMT	533.446	83.707	72.212	544.942	0,3%	11.496	2,2%
DMF	291.250	25.073	25.073	291.250	0,1%	0	0,0%
Operações financeiras	17.086.300	82.500	1.151.848	16.016.952	7,6%	-1.069.348	-6,3%
<b>Total</b>	<b>178.500.000</b>	<b>65.550.849</b>	<b>34.221.520</b>	<b>209.829.329</b>	<b>100,0%</b>	<b>31.329.329</b>	<b>17,6%</b>

Com exceção da Assembleia Municipal, do Departamento Municipal Jurídico e de Contencioso e do Departamento Municipal de Fiscalização que mantiveram o orçamento ao longo do ano, todos os outros Serviços Responsáveis tiveram variações, verificando-se que os decréscimos ocorridos na generalidade dos Serviços, conjugados com os acréscimos de elevado montante, levaram a um aumento do valor global do orçamento.

A Direção Municipal de Recursos Humanos teve uma redução líquida de 2,7 milhões de euros, pela manutenção das reduções remuneratórias nos vencimentos conjugada com a redução de pessoal.

Em termos de reforços orçamentais, assinalam-se a Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, com 26,8 milhões de euros, para acomodar, fundamentalmente, o encargo com o pagamento do Acordo do Parque da Cidade – 2ª fase e a Direção Municipal de Finanças e Património, com 10 milhões de euros, afetos sobretudo a indemnizações, nomeadamente ao processo judicial com a Soares da Costa.

### 3.2. Execução Orçamental da Despesa

#### Q.7 – Despesa por classificação económica

Designação	Despesa Orçada	Despesa Comprometida	Despesa Realizada	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução	Despesa realizada e não paga
	€	€	€	€	€	€	€
	1	2	3	4	5=4-1	6=4/1	7=3-4
Despesas com pessoal	60.058.428	57.838.676	56.995.382	56.993.588	-3.064.840	94,9%	1.794
Aquisição de bens e serviços	55.054.466	50.633.402	49.243.877	47.549.064	-7.505.402	86,4%	1.694.812
Juros e outros encargos	3.360.278	3.351.357	3.351.356	3.351.356	-8.922	99,7%	0
Transferências correntes	6.489.295	6.206.420	6.110.096	6.092.146	-397.149	93,9%	17.950
Subsídios	3.937.709	3.937.709	3.937.709	3.937.709	0	100,0%	0
Outras despesas correntes	4.182.645	3.857.095	3.754.313	3.702.984	-479.662	88,5%	51.330
<b>Despesas correntes</b>	<b>133.082.821</b>	<b>125.824.659</b>	<b>123.392.733</b>	<b>121.626.846</b>	<b>-11.455.974</b>	<b>91,4%</b>	<b>1.765.886</b>
Aquisição de bens de capital	50.989.921	47.498.289	46.837.672	46.653.378	-4.336.543	91,5%	184.294
Transferências de capital	2.178.011	1.991.330	1.991.330	1.844.202	-333.809	84,7%	147.128
Ativos financeiros	0	0	0	0	0		0
Passivos financeiros	12.656.675	10.144.116	10.144.116	10.144.116	-2.512.559	80,1%	0
Outras despesas de capital	10.921.902	2.104.573	2.083.795	2.083.795	-8.838.108	19,1%	0
<b>Despesas de capital</b>	<b>76.746.509</b>	<b>61.738.308</b>	<b>61.056.912</b>	<b>60.725.491</b>	<b>-16.021.018</b>	<b>79,1%</b>	<b>331.422</b>
<b>Total</b>	<b>209.829.329</b>	<b>187.562.967</b>	<b>184.449.645</b>	<b>182.352.337</b>	<b>-27.476.992</b>	<b>86,9%</b>	<b>2.097.308</b>

O orçamento de 2013, superior ao do ano transato<sup>7</sup> em 14 milhões de euros, teve compromissos que representaram 89,4% do orçamento e uma realização de 87,9%.

Por sua vez, as despesas correntes pagas representaram 66,7% do total executado e as despesas de capital 33,3%.

Nas despesas correntes são as despesas com pessoal que têm maior peso e as aquisições de bens e serviços as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Em aquisição de bens e serviços, o desvio negativo de 4,4 milhões de euros no que respeita aos compromissos assumidos face ao previsto espelha o esforço de contenção das despesas ao longo do ano, em resultado nomeadamente das economias de escala fruto da maior eficiência quer pela utilização da Plataforma de Compras Eletrónica, quer pelo papel mais ativo desta área na reorganização do processo aquisitivo. A despesa realizada inclui a dívida transitada de 2012 que, neste agrupamento económico, foi de 1,9 milhões de euros. Em contrapartida, a dívida a transitar para 2014 é de 1,7 milhões de euros e corresponde, genericamente, a faturas de novembro e dezembro cujo prazo de pagamento não se tinha vencido em 31 de dezembro.

As despesas de capital comprometidas que ascendem a 80,4% do orçamento respetivo, registam uma realização de 79,6%. Em termos de execução, os desvios mais significativos

<sup>7</sup> Total expurgado da despesa prevista suportar com a receita extraordinária no montante de 24,5 milhões de euros

são registados nas rubricas de Outras despesas de capital e Aquisição de bens de capital, no montante de 8,8 milhões de euros e 4,3 milhões de euros e, dentro destas, nas rubricas de indemnizações e viadutos, arruamentos e obras complementares e equipamento básico, respetivamente.

O investimento global do Município do Porto, inicialmente previsto com 29,7 milhões de euros na rubrica de aquisição de bens de capital, teve um aumento significativo em sede de modificações orçamentais e uma taxa de execução de 91,5.

Q.8 – Despesa por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Final		Despesa Realizada			Despesa Paga		
	€	%	€	%	Taxa de Execução	€	%	Taxa de Execução
	(1)		(2)		(3) = (2)/(1)	(4)		(5) = (4)/(2)
Assembleia municipal	96.012	0,0%	58.167	0,0%	60,6%	58.167	0,0%	100,0%
EM	4.134.552	2,0%	4.006.336	2,2%	96,9%	4.005.803	2,2%	100,0%
DMP	1.520.514	0,7%	1.081.938	0,6%	71,2%	1.075.358	0,6%	99,4%
DMFP	51.307.440	24,5%	39.200.222	21,3%	76,4%	39.132.120	21,5%	99,8%
DMRH	60.498.799	28,8%	57.295.305	31,1%	94,7%	57.287.047	31,4%	100,0%
DMC	2.484.468	1,2%	2.086.878	1,1%	84,0%	2.031.013	1,1%	97,3%
DMPCASU	51.442.946	24,5%	50.446.987	27,4%	98,1%	48.904.814	26,8%	96,9%
DMGVP	7.760.672	3,7%	5.875.254	3,2%	75,7%	5.703.307	3,1%	97,1%
DMU	422.578	0,2%	91.724	0,0%	21,7%	81.909	0,0%	89,3%
DMSI	3.261.014	1,6%	1.919.064	1,0%	58,8%	1.804.227	1,0%	94,0%
PM	2.787.484	1,3%	2.396.244	1,3%	86,0%	2.342.846	1,3%	97,8%
BSB	619.961	0,3%	477.273	0,3%	77,0%	455.758	0,2%	95,5%
DMJC	422.291	0,2%	358.479	0,2%	84,9%	354.483	0,2%	98,9%
DME	6.217.455	3,0%	4.909.182	2,7%	79,0%	4.891.530	2,7%	99,6%
DMT	544.942	0,3%	473.345	0,3%	86,9%	465.586	0,3%	98,4%
DMF	291.250	0,1%	277.776	0,2%	95,4%	262.898	0,1%	94,6%
Operações financeiras	16.016.952	7,6%	13.495.472	7,3%	84,3%	13.495.472	7,4%	100,0%
<b>Total</b>	<b>209.829.329</b>	<b>100,0%</b>	<b>184.449.645</b>	<b>100,0%</b>	<b>87,9%</b>	<b>182.352.337</b>	<b>100,0%</b>	<b>98,9%</b>

Quanto à despesa por Serviço Responsável verifica-se que em 2013 a Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos (DMPCASU) é a direção com o segundo maior peso, tanto em termos previsionais como em sede de realização de despesas, pelo efeito do pagamento do Acordo do Parque da Cidade – 2ª fase, para além das despesas com a manutenção e construção de parques e jardins, a recolha de resíduos sólidos e a gestão da frota do Município.

Por outro lado, todas as despesas com pessoal estão concentradas na Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), sendo este serviço municipal o que apresenta o maior peso no orçamento.

A Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) tem um orçamento significativo, ao agregar as transferências para as Empresas Municipais e outras entidades participadas bem como algumas despesas de funcionamento transversais, de que se destacam os seguros, logo seguida da Direção Municipal de Gestão da Via Pública (DMGVP) que gere a rede viária, o estacionamento e o tráfego urbanos.

As taxas de execução dos pagamentos face aos valores realizados são superiores a 89% em todas as direções municipais. Em termos absolutos a DMPCASU é a que finaliza o ano com maior volume de encargos por pagar (1,5 milhões de euros), logo seguida da DMGVP (171,9 mil euros). Na DMPCASU respeita aos encargos com a recolha de resíduos sólidos e limpeza pública que, nos termos do contrato, se encontram dentro do prazo de pagamento, e na DMGVP o valor corresponde essencialmente a faturas relativas à manutenção e expansão do sistema de gestão de tráfego.

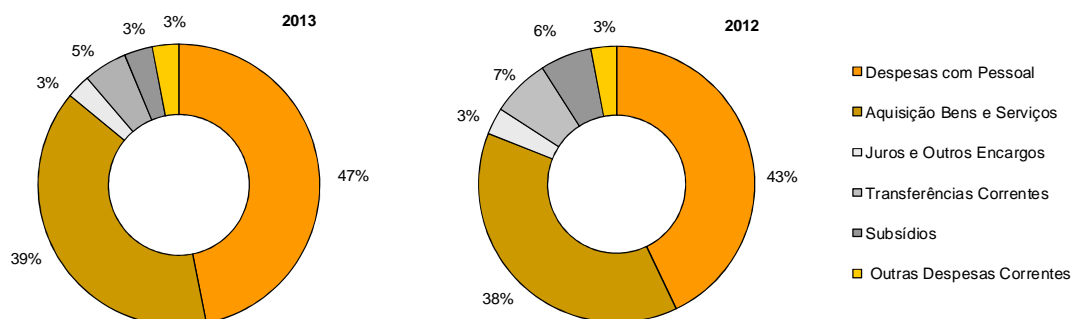
### 3.3. Evolução da Despesa

Q.9 – Evolução da despesa global realizada e paga

Designação	Pago 2013		Realizado 2013		Pago 2012				Realizado 2012		Variação 12-13
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Variação	Valor	Peso		
	€	%	€	%	€	%	12-13	€	%	12-13	
Despesas com pessoal	56.993.588	31,3%	56.995.382	30,9%	50.567.299	32,7%	12,7%	50.572.153	31,8%	12,7%	
Aquisição de bens e serviços	47.549.064	26,1%	49.243.877	26,7%	44.892.315	29,0%	5,9%	46.769.753	29,4%	5,3%	
Juros e outros encargos	3.351.356	1,8%	3.351.356	1,8%	3.714.976	2,4%	-9,8%	3.714.976	2,3%	-9,8%	
Transferências correntes	6.092.146	3,3%	6.110.096	3,3%	8.033.602	5,2%	-24,2%	8.054.552	5,1%	-24,1%	
Subsídios	3.937.709	2,2%	3.937.709	2,1%	7.126.307	4,6%	-44,7%	7.126.307	4,5%	-44,7%	
Outras despesas correntes	3.702.984	2,0%	3.754.313	2,0%	3.528.603	2,3%	4,9%	3.528.605	2,2%	6,4%	
<b>Despesas correntes</b>	<b>121.626.846</b>	<b>66,7%</b>	<b>123.392.733</b>	<b>66,9%</b>	<b>117.863.102</b>	<b>76,2%</b>	<b>3,2%</b>	<b>119.766.346</b>	<b>75,3%</b>	<b>3,0%</b>	
Aquisição de bens de capital	46.653.378	25,6%	46.837.672	25,4%	6.383.423	4,1%	630,9%	6.397.422	4,0%	632,1%	
Transferências de capital	1.844.202	1,0%	1.991.330	1,1%	19.345.796	12,5%	-90,5%	21.781.215	13,7%	-90,9%	
Ativos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	106.951	0,1%	-100,0%	106.951	0,1%	-100,0%	
Passivos financeiros	10.144.116	5,6%	10.144.116	5,5%	9.542.841	6,2%	6,3%	9.542.841	6,0%	6,3%	
Outras despesas de capital	2.083.795	1,1%	2.083.795	1,1%	1.430.752	0,9%	45,6%	1.430.752	0,9%	45,6%	
<b>Despesas de capital</b>	<b>60.725.491</b>	<b>33,3%</b>	<b>61.056.912</b>	<b>33,1%</b>	<b>36.809.762</b>	<b>23,8%</b>	<b>65,0%</b>	<b>39.259.180</b>	<b>24,7%</b>	<b>55,5%</b>	
<b>Total</b>	<b>182.352.337</b>	<b>100,0%</b>	<b>184.449.645</b>	<b>100,0%</b>	<b>154.672.864</b>	<b>100,0%</b>	<b>17,9%</b>	<b>159.025.526</b>	<b>100,0%</b>	<b>16,0%</b>	

Em 2013 a despesa faturada cresceu 25,4 milhões de euros e a despesa paga aumentou 27,7 milhões de euros face ao ano anterior. Da diferença entre a despesa realizada e a despesa paga em 2013 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2014 de 2,1 milhões de euros.

### F.9 - Evolução da estrutura da despesa corrente



As despesas correntes orçamentadas para 2013 (133,1 milhões de euros) foram inferiores às de 2012 (140,9 milhões de euros) em cerca de 5,5%. Por sua vez, os valores realizados e os valores pagos aumentaram 3% e 3,2%, respetivamente.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal, que representam 45,1% na despesa orçada e 46,9% na despesa paga, com uma taxa de execução de pagamentos muito próxima dos 100% da despesa comprometida e da realizada. Este agrupamento, em conjunto com o das aquisições de bens e serviços, representam 86% da despesa corrente paga.

No que respeita às despesas correntes é ainda de referir que nos juros e outros encargos, estão incluídos juros das despesas com os empréstimos de médio e longo prazo, bem como os encargos financeiros com contratos de aquisição em *leasing*, cuja variação, de -9,8%, para além da redução do capital em dívida e das taxas de juros, se deve, no ano económico em apreço, também à não contratualização do empréstimo de curto prazo.

Assinala-se ainda, neste ano, a diminuição do peso do agrupamento dos subsídios que decorre, por um lado, da falta de aprovação das contas de 2012 da Porto Vivo, SRU e a consequente impossibilidade de cobertura de 40% dos prejuízos da responsabilidade do Município, e por outro, da alteração de classificação das verbas previstas para a Porto Lazer, EM, uma vez que se manteve nesta rubrica apenas o valor do contrato programa, registando-se o contrato de aquisição de serviços na rubrica inerente a aquisição de serviços.



Q.10 – Evolução das despesas com pessoal

Despesas com Pessoal	2013		2012		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	12-13	
	€	%	€	%	€	%
<b>Remunerações certas e permanentes:</b>	<b>41.140.384</b>	<b>72,2%</b>	<b>37.146.246</b>	<b>73,5%</b>	<b>3.994.138</b>	<b>10,8%</b>
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	278.508	0,5%	230.322	0,5%	48.186	20,9%
Pessoal dos quadros-Reg. cont. indivi. de trabalho	28.792.851	50,5%	28.897.258	57,1%	-104.407	-0,4%
Pessoal contratado a termo	32.859	0,1%	151.132	0,3%	-118.273	-78,3%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	132.107	0,2%	65.607	0,1%	66.500	101,4%
Pessoal aguardando aposentação	190.791	0,3%	180.824	0,4%	9.966	5,5%
Pessoal em qualquer outra situação	2.600.167	4,6%	2.354.672	4,7%	245.495	10,4%
Representação	286.813	0,5%	285.776	0,6%	1.037	0,4%
Suplementos e prémios	325.455	0,6%	332.115	0,7%	-6.660	-2,0%
Subsídio de refeição	2.377.703	4,2%	2.372.672	4,7%	5.031	0,2%
Subsídio de férias e de Natal	5.558.471	9,8%	1.407.060	2,8%	4.151.411	295,0%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	564.660	1,0%	868.807	1,7%	-304.147	-35,0%
<b>Abonos variáveis ou eventuais:</b>	<b>2.009.825</b>	<b>3,5%</b>	<b>2.021.320</b>	<b>4,0%</b>	<b>-11.495</b>	<b>-0,6%</b>
Gratificações variáveis ou eventuais	212.455	0,4%	233.776	0,5%	-21.322	-9,1%
Horas extraordinárias	213.728	0,4%	173.438	0,3%	40.290	23,2%
Ajudas de custo	14.439	0,0%	22.250	0,0%	-7.811	-35,1%
Abono para falhas	19.226	0,0%	15.048	0,0%	4.178	27,8%
Formação	18.559	0,0%	13.913	0,0%	4.646	33,4%
Subsídio de trabalho noturno	226.083	0,4%	242.744	0,5%	-16.661	-6,9%
Subsídio de turno	1.039.127	1,8%	1.026.687	2,0%	12.440	1,2%
Indemnizações por cessação de funções	26.564	0,0%	57.108	0,1%	-30.543	-53,5%
Outros suplementos e prémios	92.293	0,2%	95.446	0,2%	-3.153	-3,3%
Outros abonos em numerário ou espécie	147.349	0,3%	140.908	0,3%	6.441	4,6%
<b>Segurança social:</b>	<b>13.843.379</b>	<b>24,3%</b>	<b>11.399.733</b>	<b>22,5%</b>	<b>2.443.646</b>	<b>21,4%</b>
Encargos com a saúde	2.253.850	4,0%	2.039.777	4,0%	214.073	10,5%
Outros encargos com a saúde	420.103	0,7%	467.543	0,9%	-47.440	-10,1%
Subsídio familiar a criança e jovens	266.020	0,5%	275.998	0,5%	-9.978	-3,6%
Outras prestações familiares	170.887	0,3%	174.195	0,3%	-3.308	-1,9%
Contribuições para a segurança social	8.011.673	14,1%	5.685.398	11,2%	2.326.275	40,9%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	12.839	0,0%	53.936	0,1%	-41.098	-76,2%
Outras pensões	2.200.936	3,9%	2.254.819	4,5%	-53.883	-2,4%
Seguros	357.298	0,6%	284.424	0,6%	72.874	25,6%
Outras despesas de segurança social	149.774	0,3%	163.643	0,3%	-13.869	-8,5%
<b>Total</b>	<b>56.993.588</b>	<b>100,0%</b>	<b>50.567.299</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.426.289</b>	<b>12,7%</b>

As despesas com pessoal apresentam, em 2013, uma variação positiva de 6,4 milhões de euros relativamente ao ano anterior. À semelhança dos dois últimos anos, o ano de 2013 continuou a ser marcado por profundas alterações legislativas com repercussões em matéria de recursos humanos, designadamente a Lei do Orçamento do Estado que

manteve, entre outras, as reduções de vencimentos das pessoas com remunerações totais ilíquidas mensais superiores a 1.500 euros, e a suspensão das valorizações remuneratórias e dos prémios de desempenho. Acrescem ainda as alterações ao nível da atribuição das ajudas de custo, de trabalho extraordinário e descanso obrigatório, bem como as alterações em matéria de prestações sociais e a obrigatoriedade de redução do número de trabalhadores. Neste ano, o subsídio de Natal voltou a ser pago, embora que mensalmente, por duodécimos. O subsídio de férias, que inicialmente se manteve suspenso para rendimentos superiores a 1.100 euros e com uma redução progressiva para os rendimentos entre 600 euros e 1.100 euros, foi igualmente pago em face de declaração de inconstitucionalidade da medida por parte do Tribunal Constitucional.

O aumento dos encargos com pessoal fica a dever-se ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal e ao enorme aumento das contribuições para os subsistemas de segurança social, que representaram, face ao ano de 2012, um acréscimo de 4,2 milhões de euros e 2,3 milhões de euros, respetivamente. Em 2013, os encargos para a Caixa Geral de Aposentações passaram para uma contribuição de 20%, com um acréscimo de 5 p.p relativamente ao ano anterior, e os encargos para a Segurança Social, passaram para uma taxa de 23,75% para todos os colaboradores, também com um acréscimo de 1,5 p.p face ao ano transato.

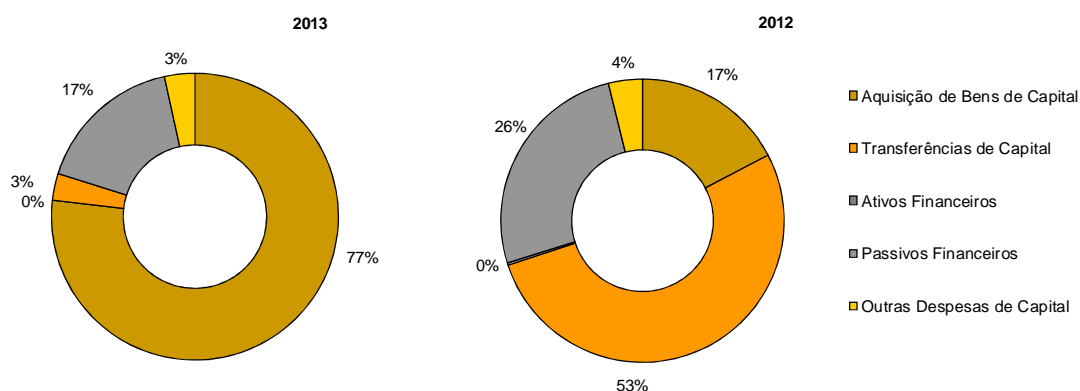
À semelhança do ano anterior, verifica-se uma diminuição do número de efetivos que no final de 2013 era de 2.513, o que compara com 2.570 em 31 de dezembro de 2012, ou seja uma redução de 57 efetivos ao serviço do Município.

De entre as remunerações certas e permanentes, sobressai a despesa com pessoal dos quadros – regime de contrato individual de trabalho, com um peso de 50,5% nas despesas com pessoal e que reduz 104,4 mil euros face a 2012. Destacam-se ainda as despesas com pessoal contratado a termo e as remunerações por doença e maternidade/paternidade que reduzem, 78,3% e 35%, respetivamente. O acréscimo do pessoal em regime de tarefa ou avença resulta da integração do Teatro do Campo Alegre no Município e da necessidade de serem asseguradas funções específicas no âmbito da sua atividade.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, que reduzem relativamente a 2012, salientam-se as diminuições nas gratificações variáveis ou eventuais, ajudas de custos e indemnizações por cessação de funções de 9,1%, 35,1% e 53,5%, respetivamente.

No que respeita ao subagrupamento segurança social, verifica-se um aumento dos encargos com a saúde e com as contribuições para a Segurança Social, neste caso por força do aumento quer das contribuições quer do pagamento dos subsídios de férias e de Natal.

### F.10 - Evolução da estrutura da despesa de capital



As despesas de capital, orçadas para 2013 (76,7 milhões de euros) foram inferiores às de 2012 (79,5 milhões de euros) em 3,5%. Para este decréscimo concorreu, a redução do investimento previsto realizar pelas empresas municipais, essencialmente pela ausência de apoio financeiro por parte do Estado às intervenções de grande reabilitação do edificado, que em anos anteriores vinha sendo participado pelo IHRU, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, no âmbito do Prohabita, e que, por esse facto, determinou um menor investimento nas ações de reabilitação dos bairros sociais da cidade.

A variação negativa ocorrida na rubrica de transferências de capital deve-se à alteração de classificação do investimento executado pelas empresas municipais que, por efeito do contrato de prestação de serviços, passou a integrar o agrupamento das despesas com aquisição de bens de capital.

Já no tocante às despesas pagas a variação foi de 65% para o que contribuiu o pagamento de 24,5 milhões de euros no âmbito do Acordo do Parque da Cidade – 2ª fase.

No que respeita ao investimento releva-se que os investimentos indiretos constituídos pelos bens imóveis construídos ou recuperados pelas empresas municipais por delegação do Município fazem parte do seu imobilizado e estão refletidos no Balanço do Município.

Q.11 – Evolução das despesas de investimento total

Rubricas	2013				2012		
	CMP	Empresas Municipais		Total	Valor	Variação	
	€	DomusSocial	GOP	€	€	12-13	%
	€	€	€	€	€	€	%
Terrenos (expropriações)	26.810.227			26.810.227	3.035.981	23.774.246	783,1%
<b>Total por domínio</b>	<b>26.810.227</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>26.810.227</b>	<b>3.035.981</b>	<b>23.774.246</b>	<b>783,1%</b>
Habitação							
Aquisição	116.395			116.395	164.410	-48.015	-29,2%
Reparação e beneficiação:							
Bairros municipais	1.622.115	4.499.980		6.122.095	10.273.677	-4.151.582	-40,4%
Outros					214.965	-214.965	-100,0%
<b>Total por domínio</b>	<b>1.738.510</b>	<b>4.499.980</b>	<b>0</b>	<b>6.238.490</b>	<b>10.653.053</b>	<b>-4.414.563</b>	<b>-41,4%</b>
Edifícios							
Instalação de serviços	575.496	892.803	542.984	2.011.283	1.859.035	152.248	8,2%
Instalações desp. e recreativas					49.919	-49.919	-100,0%
Escolas		775.857	956.381	1.732.238	2.931.747	-1.199.509	-40,9%
Mercados			375.195	375.195	59.149	316.046	534,3%
Outros					176.654	-176.654	-100,0%
<b>Total por domínio</b>	<b>575.496</b>	<b>1.668.660</b>	<b>1.874.560</b>	<b>4.118.716</b>	<b>5.076.505</b>	<b>-957.788</b>	<b>-18,9%</b>
Construções diversas							
Viadutos, arruamentos e obras compl.	42.676		6.282.738	6.325.413	3.933.884	2.391.530	60,8%
Parques e jardins	276.120			276.120		276.120	
Sinalização e trânsito			899.812	899.812		899.812	
Cemitérios					280.438	-280.438	-100,0%
Outros					382.837	-382.837	-100,0%
<b>Total por domínio</b>	<b>318.796</b>	<b>0</b>	<b>7.182.550</b>	<b>7.501.346</b>	<b>4.597.158</b>	<b>2.904.188</b>	<b>63,2%</b>
Material de transporte	5.434			5.434		5.434	
<b>Total por domínio</b>	<b>5.434</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.434</b>		<b>5.434</b>	
Maquinaria e equipamento	24.968			24.968	18.050	6.918	38,3%
<b>Total por domínio</b>	<b>24.968</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24.968</b>	<b>18.050</b>	<b>6.918</b>	<b>38,3%</b>
Outros investimentos	2.138.490			2.138.490	2.156.744	-18.254	-0,8%
<b>Total por domínio</b>	<b>2.138.490</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.138.490</b>	<b>2.156.744</b>	<b>-18.254</b>	<b>-0,8%</b>
<b>Total</b>	<b>31.611.921</b>	<b>6.168.640</b>	<b>9.057.110</b>	<b>46.837.672</b>	<b>25.537.490</b>	<b>21.300.182</b>	<b>83,4%</b>

Nota: valores realizados

Em termos do investimento global, o valor realizado atingiu o montante de 46,8 milhões de euros, que representa um acréscimo de 21,3 milhões de euros face a 2012, e resulta, entre outros, do pagamento de 24,5 milhões de euros no âmbito do Acordo do Parque da Cidade – 2ª fase, conjugado com a redução do valor dos contratos outorgados com as empresas municipais em 2013, que por força do atraso do visto do Tribunal de Contas obrigou ao arranque tardio das obras, nomeadamente na Avenida da Boavista e ruas adjacentes.

As ações desenvolvidas pelas empresas municipais GOP, EM e DomusSocial, EM que estão refletidas no orçamento do Município do Porto, encontram-se em anexo ao relatório.

Q.12 – Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto

Designação	2013		2012	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>5.569.972</b>	<b>11,9%</b>	<b>1.735.432</b>	<b>7,5%</b>
<b>Transferências de capital</b>	<b>6.749.546</b>	<b>14,5%</b>	<b>6.279.668</b>	<b>27,0%</b>
- Fundos comunitários	6.473.223	13,9%	4.837.264	20,8%
- Contratos de comparticipação / Protocolos	276.323	0,6%	1.442.403	6,2%
<b>Receitas próprias</b>	<b>34.333.860</b>	<b>73,6%</b>	<b>15.219.805</b>	<b>65,5%</b>
<b>Total</b>	<b>46.653.378</b>	<b>100%</b>	<b>23.234.904</b>	<b>100%</b>

A principal fonte de financiamento do investimento autárquico é a receita própria (73,6%) resultante da poupança corrente. Em 2013 recorreu-se ainda à utilização de dois empréstimos bancários destinados a investimentos. Neste âmbito, foram utilizados 3,3 milhões de euros relativos ao empréstimo de 6 milhões de euros, destinado à reabilitação da habitação social, e cujo contrato foi visado pelo Tribunal de Contas em 2012, e 2,3 milhões de euros de um novo empréstimo, no valor de 3 milhões de euros, contratualizado em 2013, para financiamento de investimentos realizados pela GOP,EM, na EB Paulo da Gama, Consolidação das Fontainhas e Requalificação da Avenida da Boavista – Fases I e II.

No que respeita aos contratos de comparticipação, o decréscimo relativamente a 2012 decorre da inexistência de novos contratos de comparticipação no âmbito do Prohabita, sendo que o valor transferido no ano em análise resulta de parte do valor remanescente do contrato assinado em 2011.

Q.13 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

Objetivo	Orçado	Realizado		Pago	
	Valor € (1)	Valor € (2)	Taxa de execução % (3)=(2)/(1)	Valor € (4)	Taxa de execução % (5)=(4)/(2)
Coesão social	6.575.995	6.392.352	97,2%	6.387.826	99,9%
Regeneração urbana	892.799	866.577	97,1%	866.577	100,0%
Competitividade	38.947.927	36.019.052	92,5%	35.939.417	99,8%
Relacionamento com o munícipe e funcionamento interno	4.573.199	3.559.690	77,8%	3.459.557	97,2%
<b>Total</b>	<b>50.989.921</b>	<b>46.837.672</b>	<b>91,9%</b>	<b>46.653.378</b>	<b>99,6%</b>

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelos serviços do Município do Porto e empresas municipais GOP, EM e Domus, EM.

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que a competitividade e a coesão social, no seu conjunto, absorveram 42,4 milhões de euros, equivalente a 90,5% do investimento total. Dos 36 milhões de euros aplicados na competitividade, 25,6 milhões de euros foram para o programa ambiente e sustentabilidade que inclui 24,5 milhões de euros referentes ao pagamento do Acordo do Parque da Cidade – 2ª fase.

Na coesão social, para a qual se mobilizaram cerca de 6,4 milhões de euros, destacam-se 4,5 milhões de euros e 1,7 milhões de euros, faturados pelas empresas municipais para alavancarem o investimento em habitação social e na educação, respetivamente.

Dos 3,6 milhões de euros investidos no relacionamento com o município e funcionamento interno, relevam-se as obras efetuadas, quer pela DomusSocial, EM quer pela GOP, EM, no património municipal, as despesas com a aquisição de hardware e software informático no âmbito das redes e equipamento informático e da manutenção de sistemas de informação, bem como as rendas do edifício do Gabinete do Município adquirido por *leasing* financeiro.

No que respeita à regeneração urbana a despesa efetuada em 2013 insere-se no âmbito da reabilitação da baixa e dos espaços públicos.

### 3.4. Evolução da Despesa com Transferências, Subsídios e Outras formas de apoio concedidos pelo Município do Porto

Q.14 – Estrutura das transferências

Transferências	2013		Pago	2012		
	Realizado			Realizado		
	€	%	€	%	€	%
<b>Transferências correntes</b>	<b>10.047.805</b>	<b>83,5%</b>	<b>10.029.855</b>	<b>84,5%</b>	<b>15.180.859</b>	<b>41,1%</b>
Freguesias	3.444.058	28,6%	3.444.058	29,0%	3.939.201	10,7%
Empresas municipais	3.937.709	32,7%	3.937.709	33,2%	5.412.487	14,6%
Outros	2.666.038	22,1%	2.648.088	22,3%	5.829.172	15,8%
<b>Transferências capital</b>	<b>1.991.330</b>	<b>16,5%</b>	<b>1.844.202</b>	<b>15,5%</b>	<b>21.781.215</b>	<b>58,9%</b>
Empresas municipais	0	0,0%	0	0,0%	19.140.068	51,8%
Outros	1.991.330	16,5%	1.844.202	15,5%	2.641.147	7,1%
<b>Total</b>	<b>12.039.135</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.874.057</b>	<b>100,0%</b>	<b>36.962.074</b>	<b>100,0%</b>

As transferências apresentam, relativamente aos valores realizados do ano anterior, um decréscimo de 24,9 milhões de euros, que decorre da alteração de classificação das dotações afetas às empresas municipais, GOP, EM, DomusSocial, EM e Porto Lazer, EM, e à Fundação Porto Social. Na sequência da publicação do diploma que estabelece o novo regime da atividade empresarial local, as intervenções realizadas pelas empresas

municipais, GOP, EM e DomusSocial, EM, passaram a ser classificadas nas rubricas de aquisição de bens de capital ou aquisição de serviços. Esta alteração legislativa determina a inexistência de transferências de capital para as empresas municipais no ano de 2013 e, em consequência, a redução dos encargos neste agrupamento económico.

As transferências correntes para as empresas municipais, respeitantes a fluxos não reembolsáveis que, em termos orçamentais, são classificados como subsídios, decrescem igualmente, pelo efeito da alteração de classificação das verbas previstas para a Porto Lazer, EM, que passam a contemplar apenas a dotação correspondente ao valor do subsídio à exploração, registando-se o contrato de aquisição de serviços na rubrica inerente a aquisição de serviços.

Verifica-se ainda neste ano idêntica alteração de contabilização das verbas afetas à Fundação Porto Social, que em 2012 eram classificadas como transferências correntes e em 2013 passam a integrar rubricas de aquisição de serviços. Para além desta variação negativa, as transferências correntes reduzem ainda por, neste ano, não ter ocorrido o pagamento da cobertura de prejuízos de 2012 à Porto Vivo, SRU, por falta de aprovação das contas.

As transferências para as Juntas de Freguesia decorrem da delegação de competências municipais (3 milhões de euros), de contratos programa no domínio da educação pré-escolar (124,3 mil euros) e de outras situações (391,9 mil euros), no âmbito dos protocolos relativos à gestão de balneários públicos, das Festas e Romarias da Cidade e prémio cascata de S. João.

Q.15 – Outras transferências (excluindo Freguesias e Empresas Municipais)

Finalidade	2013		2012		Variação 12-13	
	€	%	€	%	€	%
Ações de interesse cultural e turístico	620.520	13,8%	627.771	9,5%	-7.251	-1,2%
Ação científica e educativa	578.614	12,9%	1.488.522	22,6%	-909.907	-61,1%
Ação social	165.000	3,7%	1.450.996	22,0%	-1.285.996	-88,6%
Proteção civil e luta contra incêndios	0	0,0%	425	0,0%	-425	-100,0%
Ação na área ambiental	1.809.644	40,3%	1.932.038	29,3%	-122.394	-6,3%
Outros	1.318.512	29,4%	1.088.964	16,5%	229.547	21,1%
<b>Total</b>	<b>4.492.290</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.588.716</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2.096.426</b>	<b>-31,8%</b>

Através das ações de interesse cultural e turístico continuaram a apoiar-se, a Casa da Música, a Associação do Turismo do Porto e a Fundação de Serralves, entre outros. Em 2013 estas transferências registam um decréscimo de 1,2%.

No âmbito científico e educativo, verifica-se uma redução de 61,1% comparativamente ao ano de 2012. Para além da inexistência de protocolo com a Associação Porto Digital, a Fundação Ciência e Desenvolvimento está em processo de liquidação, tendo por este motivo sido transferidos os encargos para o Município e reduzidas as transferências.

Para a área social, e por força da alteração de classificação dos pagamentos à Fundação Porto Social, apenas foi concedido apoio ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto (CCD).

Na área do ambiente destacam-se as transferências para a LIPOR, relativas à comparticipação para o investimento no âmbito do tratamento dos resíduos sólidos.

Em Outros evidenciam-se designadamente as transferências para os agrupamentos escolares, as realizadas no âmbito da ação social escolar e o apoio financeiro excecional e temporário a agregados familiares carenciados, em situação de emergência social grave, no âmbito do Programa Metropolitano de Emergência Social da Área Metropolitana do Porto (PMES-AMP), para além das indemnizações a particulares.

No âmbito das transferências, acima descritas por finalidade, destacam-se as transferências efetuadas para as entidades participadas pelo Município ao abrigo de protocolos.

#### Q.16 – Transferências por entidades

Entidades	2013	2012	Variação 12-13	
	€	€	€	%
Fundações:				
Fundação Porto Social	0	1.285.996	-1.285.996	-100,0%
Fundação Ciência e Desenvolvimento	578.614	810.310	-231.696	-28,6%
Fundação de Serralves	150.000	150.000	0	0,0%
Fundação Casa da Música	220.000	220.000	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>948.614</b>	<b>2.466.306</b>	<b>-1.517.691</b>	<b>-61,5%</b>
Associações:				
Associação Porto Digital	0	678.212	-678.212	-100,0%
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>678.212</b>	<b>-678.212</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>948.614</b>	<b>3.144.517</b>	<b>-2.195.903</b>	<b>-69,8%</b>

Por força da alteração ao contrato celebrado com a Fundação Porto Social pelos serviços de interesse geral prestados à população do Porto, na área da educação, ação social, cultura e desporto, de modo a garantir a sua promoção e desenvolvimento, no ano de 2013 os pagamentos a esta entidade não ocorreram pelo agrupamento de transferências correntes.



Com as transferências para a Fundação Ciência e Desenvolvimento, em fase de liquidação, apoiou-se o Teatro do Campo Alegre e suportaram-se as despesas de funcionamento da Fundação até assunção das responsabilidades diretamente pelo Município do Porto.

No sentido de fomentar e difundir as atividades culturais e formativas na área das artes, nomeadamente a nível educativo e de integração social e animação da cidade e as atividades culturais e formativas no domínio da música, procedeu-se à transferência de verbas para as Fundações de Serralves e da Casa da Música, respetivamente.

### 3.5. Classificação Funcional da Despesa

As atividades desenvolvidas pelas direções municipais são imputadas às áreas de intervenção, de acordo com a classificação funcional da despesa.

Q.17 – Classificação funcional da despesa

	PPI	Ações Relevantes	Total	%
	€	€	€	
<b>1 Funções Gerais</b>	<b>3.447.037</b>	<b>39.969.043</b>	<b>43.416.081</b>	<b>23,8%</b>
<b>1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública</b>	<b>3.412.177</b>	<b>25.998.129</b>	<b>29.410.306</b>	<b>16,1%</b>
1.1.1 Administração geral	3.412.177	25.998.129	29.410.306	16,1%
<b>1.2.0 Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>34.860</b>	<b>13.970.915</b>	<b>14.005.775</b>	<b>7,7%</b>
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	28.990	6.654.664	6.683.655	3,7%
1.2.2 Polícia Municipal	5.870	7.316.251	7.322.120	4,0%
<b>2 Funções Sociais</b>	<b>34.042.866</b>	<b>62.300.284</b>	<b>96.343.151</b>	<b>52,8%</b>
<b>2.1.0 Educação</b>	<b>1.853.517</b>	<b>8.406.466</b>	<b>10.259.983</b>	<b>5,6%</b>
2.1.1 Ensino não superior	1.853.517	8.406.466	10.259.983	5,6%
<b>2.3.0 Segurança e Acção Sociais</b>	<b>0</b>	<b>2.356.360</b>	<b>2.356.360</b>	<b>1,3%</b>
2.3.2 Ação social	0	2.356.360	2.356.360	1,3%
<b>2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos</b>	<b>32.135.432</b>	<b>37.548.156</b>	<b>69.683.588</b>	<b>38,2%</b>
2.4.1 Habitação	6.122.095	1.843.170	7.965.265	4,4%
2.4.2 Ordenamento do território	0	1.712.320	1.712.320	0,9%
2.4.5 Resíduos sólidos	223.117	20.130.062	20.353.180	11,2%
2.4.6 Proteção do meio ambiente	25.790.219	13.862.603	39.652.823	21,7%
<b>2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>53.917</b>	<b>13.989.303</b>	<b>14.043.220</b>	<b>7,7%</b>
2.5.1 Cultura	53.917	8.491.299	8.545.216	4,7%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	0	5.498.004	5.498.004	3,0%
<b>3 Funções Económicas</b>	<b>9.163.474</b>	<b>12.125.619</b>	<b>21.289.093</b>	<b>11,7%</b>
<b>3.3.0 Transportes e Comunicações</b>	<b>8.756.786</b>	<b>10.993.739</b>	<b>19.750.524</b>	<b>10,8%</b>
3.3.1 Transportes rodoviários	8.756.786	10.993.739	19.750.524	10,8%
<b>3.4.0 Comércio e Turismo</b>	<b>406.689</b>	<b>1.131.880</b>	<b>1.538.569</b>	<b>0,8%</b>
3.4.1 Mercados e feiras	406.689	93.978	500.667	0,3%
3.4.2 Turismo	0	1.037.902	1.037.902	0,6%
<b>4 Outras Funções</b>	<b>0</b>	<b>21.304.013</b>	<b>21.304.013</b>	<b>11,7%</b>
<b>4.1.0 Operações da dívida autárquica</b>	<b>0</b>	<b>13.495.472</b>	<b>13.495.472</b>	<b>7,4%</b>
<b>4.2.0 Transferências entre administrações</b>	<b>0</b>	<b>4.771.689</b>	<b>4.771.689</b>	<b>2,6%</b>
<b>4.3.0 Diversas não especificadas</b>	<b>0</b>	<b>3.036.852</b>	<b>3.036.852</b>	<b>1,7%</b>
<b>Total</b>	<b>46.653.378</b>	<b>135.698.959</b>	<b>182.352.337</b>	<b>100,0%</b>

Nesta ótica de classificação funcional, as despesas de funcionamento dos órgãos municipais e dos serviços transversais, nomeadamente, os Órgãos da Autarquia, as Direções Municipais da Presidência, de Finanças e Património, de Recursos Humanos, do Urbanismo e de Sistemas de Informação, e os Departamentos Municipais de Jurídico e Contencioso e de Fiscalização, foram imputadas à subfunção Administração Geral.

As atividades desenvolvidas pelas restantes direções foram imputadas às respetivas subfunções de acordo com a finalidade da despesa. De igual forma, as despesas com pessoal de cada serviço responsável são imputadas às respetivas subfunções afetas às diversas atividades desenvolvidas por cada um destes serviços.

As transferências para as empresas municipais foram distribuídas pelas diferentes subfunções conforme a execução do seu plano de investimento.

A aplicação dos recursos financeiros do Município do Porto, agrupados de acordo com a classificação funcional, permite concluir que:

1 - A Função Social, ao absorver 96,3 milhões de euros e 52,8% do orçamento global surge como a função prioritária no Município do Porto. Nela destacam-se as áreas de intervenção em serviços que atendem à satisfação de necessidades no âmbito da habitação com 8 milhões de euros, dos resíduos sólidos e proteção do meio ambiente, onde, em conjunto, se aplicaram 32,9% do orçamento com um valor global de 60 milhões de euros e da cultura com uma execução de 8,5 milhões de euros, correspondente a 4,7% do orçamento.

As áreas de intervenção da Educação e do Desporto absorveram, respetivamente, 10,3 milhões de euros e 5,5 milhões de euros.

2 - As Funções Gerais, com um peso de 23,8% no orçamento, abrangem as atividades de âmbito geral da administração do Município do Porto integrando as despesas inerentes ao funcionamento, modernização e equipamento dos serviços bem como o investimento em aplicativos informáticos inerentes à gestão financeira, modernização de processos administrativos, organização interna de fluxos de informação, entre outros de igual relevo.

3 - A Função Económica representa 11,7% da despesa global, e absorveu 21,3 milhões de euros. Compreende, entre outras, as despesas com transportes e comunicações com um valor de 19,8 milhões de euros, correspondentes a 10,8% do total executado pelo Município.

4 – O serviço da dívida, incluindo os juros e as amortizações dos empréstimos bancários, absorveu cerca de 13,5 milhões de euros, refletidos em Operações da dívida autárquica.

## 4. Análise da Receita

### 4.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

Q.18 – Alteração e origem do acréscimo da dotação

Designação	Orçamento Inicial	Modificações	Orçamento Final
	€	€	€
Receitas correntes	155.162.935	2.556.186	157.719.121
Receitas de capital	23.337.065	12.387.000	35.724.065
Saldo da gerência anterior		16.386.143	16.386.143
<b>Total</b>	<b>178.500.000</b>	<b>31.329.329</b>	<b>209.829.329</b>

A incorporação do saldo de gerência, o reforço dos ativos financeiros por força da operação de redução do capital social das Águas do Porto, reforço de dotações das rubricas de venda e permutas de terrenos e a inscrição do Programa Metropolitano de Emergência Social da Área Metropolitana do Porto, determinaram o reforço ao orçamento inicial.

Assinala-se que o saldo da gerência anterior é acrescido às receitas de capital.

### 4.2. Execução Orçamental da Receita

Q.19 – Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica

Designação	Orçada	Liquidada	Cobrada	Desvio	Taxa de Execução
	€	€	€	€	
	(1)	(2)	(3)	(4) = (3) - (1)	(5) = (3) / (1)
Impostos diretos	80.846.709	84.694.841	84.694.841	3.848.132	104,8%
Impostos indiretos	10.666.540	11.038.892	7.177.980	-3.488.560	67,3%
Taxas, multas e outras penalidades	5.177.854	6.256.383	5.997.741	819.887	115,8%
Rendimentos de propriedade	7.047.627	8.666.616	7.768.359	720.732	110,2%
Transferências correntes	30.109.236	29.303.194	29.194.450	-914.786	97,0%
Venda de bens e serviços correntes	20.659.864	22.301.981	15.490.779	-5.169.085	75,0%
Outras receitas correntes	3.211.291	3.835.073	3.548.012	336.721	110,5%
<b>Receitas correntes</b>	<b>157.719.121</b>	<b>166.096.979</b>	<b>153.872.163</b>	<b>-3.846.959</b>	<b>97,6%</b>
Venda de bens de investimento	8.029.671	10.045.368	11.609.308	3.579.637	144,6%
Transferências de capital	9.878.239	7.303.340	7.243.822	-2.634.417	73,3%
Ativos financeiros	10.000.030	10.000.000	10.000.000	-30	100,0%
Passivos financeiros	7.375.468	5.569.972	5.569.972	-1.805.496	75,5%
Outras receitas de capital	20	159.436	159.436	159.416	797179,0%
<b>Receitas de capital</b>	<b>35.283.428</b>	<b>33.078.116</b>	<b>34.582.538</b>	<b>-700.890</b>	<b>98,0%</b>
<b>Reposições n/abatidas nos pagamentos</b>	<b>440.637</b>	<b>1.176.084</b>	<b>1.159.386</b>	<b>718.749</b>	<b>263,1%</b>
<b>Saldo da gerência anterior</b>	<b>16.386.143</b>	<b>16.386.143</b>	<b>16.386.143</b>	<b>0</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>209.829.329</b>	<b>216.737.321</b>	<b>206.000.230</b>	<b>-3.829.100</b>	<b>98,2%</b>

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas ultrapassaram as previsões em 8,4 milhões de euros. Com exceção das transferências correntes, todas as restantes rubricas tiveram comportamento idêntico, com especial destaque para os impostos diretos e para a venda de bens e serviços correntes, essencialmente, em resultado do aumento da receita da derrama e dos resíduos sólidos, respetivamente.

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 97,6%. O desvio resulta, entre outros, da diminuição da receita cobrada em impostos indiretos, pela redução da receita relacionada com as taxas com loteamentos e obras e ocupação da via pública. Estas receitas continuam a revelar-se as receitas municipais próprias com maior expressão nos impostos indiretos, representando, no final do ano de 2013, 62,1% da receita total destes impostos.

Nas taxas, multas e outras penalidades o valor cobrado em infraestruturas urbanísticas contribuiu para que a taxa de execução fosse superior a 100%, e compensasse o decréscimo verificado na generalidade das restantes rubricas deste agregado.

Nos rendimentos de propriedade, o acréscimo face ao valor orçado resulta da receita proveniente dos dividendos das Águas do Douro e Paiva e da renda da concessão à EDP pela cedência de infraestruturas para distribuição da energia elétrica em baixa tensão.

As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) para apoio aos programas de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares e de Atividades de Enriquecimento Curricular. Contribuíram para desvio negativo de 914,8 mil euros, as transferências da DGEstE no âmbito do Acordo de Cooperação da Educação Pré Escolar e as transferências com origem em projetos cofinanciados, fundamentalmente as provenientes do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

O desvio da venda de bens e serviços correntes, face ao valor orçado, resulta do decréscimo dos serviços prestados pela Autarquia, nomeadamente no âmbito do aluguer de espaços, cemitérios e parques de estacionamento, e fundamentalmente da consolidação do reconhecimento das rendas dos bairros sociais como receitas próprias da empresa municipal DomusSocial, EM, afetas à manutenção e gestão dos bairros sociais.

Nas outras receitas correntes, a variação positiva decorre, entre outras, do acionamento de garantias prestadas ao Município.

As receitas de capital, aquém do previsto em 700,9 mil euros, resultam do efeito conjugado do acréscimo da venda de bens de investimento e das outras receitas de capital, com o decréscimo das restantes rubricas de capital. Para o aumento significativo da venda de bens de investimento contribuíram as hastas públicas de diversos ativos municipais, bem como a contabilização da permuta de terrenos com outras entidades, e que deram origem a um fluxo financeiro.

A redução do Fundo de Equilíbrio Financeiro e o atraso na execução de obras objeto de financiamento, bem como a redução do investimento inicialmente previsto, fundamentalmente no âmbito das candidaturas ao Eixo 3 – Valorização e Qualificação Ambiental Territorial e ao Eixo 4 – Qualificação do Sistema Urbano, do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), justificam a variação negativa da rubrica transferências de capital.

Já para os passivos financeiros, a execução inferior à prevista em sede de orçamento decorre, por um lado da não contratualização do empréstimo de curto prazo, e por outro, da utilização do empréstimo celebrado com o IHRU, no âmbito do Prohabita, por valores inferiores ao inicialmente previsto, para além da utilização do empréstimo contratualizado para financiamento dos investimentos na EB Paulo da Gama, Consolidação das Fontainhas e Requalificação da Avenida da Boavista – fase I e II.

#### Q.20 – Receita liquidada e não cobrada

Descrição	Valor Milhões de €
Receita orçada	209,8
Receita liquidada *	218,9
Receita cobrada	206,0
<b>Receita liquidada e não cobrada</b>	<b>12,9</b>

\* considerando os adiantamentos de vendas

A receita liquidada a terceiros e não cobrada ascende a 12,9 milhões de euros<sup>8</sup>. Nestas receitas estão refletidos, entre outros, os montantes liquidados no ano e a aguardar cobrança, os montantes em execução fiscal com destaque para as receitas com loteamentos e obras e ocupação da via pública relativas a licenças de construção e obras, de resíduos sólidos, de rendas das habitações sociais e outras, bem como os pedidos de pagamento dos projetos cofinanciados.

<sup>8</sup> No quadro 19 deste relatório e no mapa “Posição do Orçamento da Receita 2013”, da prestação de contas, a receita liquidada e não cobrada é de 10,7 milhões de euros, considerando que os valores dos adiantamentos das vendas de imóveis em hastas públicas e por escriturar no final do ano, em termos orçamentais, apenas são cobrados, ocorrendo a liquidação quando da realização da escritura.

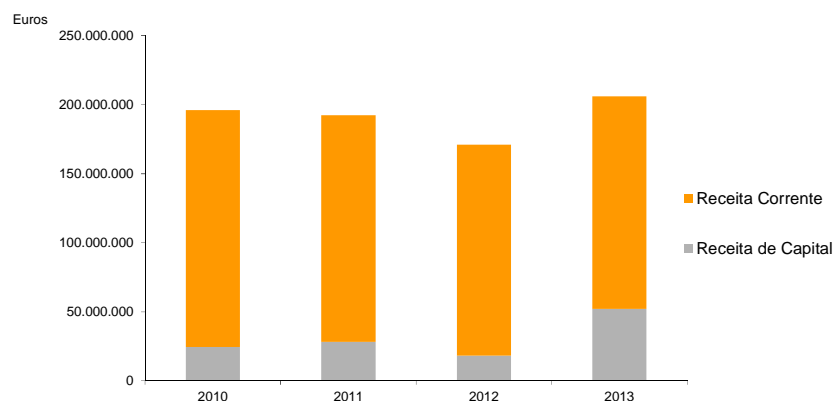
### 4.3. Evolução da Receita

#### Q.21 – Evolução da receita global cobrada

Designação	2013	Peso	2012	Variação
	€	%	€	12-13
Impostos diretos	84.694.841	41,1%	79.111.733	7,1%
Impostos indiretos	7.177.980	3,5%	9.826.053	-26,9%
Taxas, multas e outras penalidades	5.997.741	2,9%	4.835.584	24,0%
Rendimentos de propriedade	7.768.359	3,8%	7.127.936	9,0%
Transferências correntes	29.194.450	14,2%	29.252.054	-0,2%
Venda de bens e serviços correntes	15.490.779	7,5%	19.119.505	-19,0%
Outras receitas correntes	3.548.012	1,7%	3.584.135	-1,0%
<b>Receitas correntes</b>	<b>153.872.163</b>	<b>74,7%</b>	<b>152.856.999</b>	<b>0,7%</b>
Venda de bens de investimento	11.609.308	5,6%	2.083.564	457,2%
Transferências de capital	7.243.822	3,5%	7.268.220	-0,3%
Ativos financeiros	10.000.000	4,9%	484.253	1965,0%
Passivos financeiros	5.569.972	2,7%	1.735.432	221,0%
Outras receitas de capital	159.436	0,1%	0	100,0%
<b>Receitas de capital</b>	<b>34.582.538</b>	<b>16,8%</b>	<b>11.571.467</b>	<b>198,9%</b>
<b>Total das receitas s/ reposições</b>	<b>188.454.700</b>	<b>91,5%</b>	<b>164.428.467</b>	<b>14,6%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.159.386	0,6%	445.238	160,4%
<b>Total das receitas com reposições</b>	<b>189.614.087</b>	<b>92,0%</b>	<b>164.873.705</b>	<b>15,0%</b>
Saldo da gerência anterior incorporado	16.386.143	8,0%	6.185.303	164,9%
<b>Total</b>	<b>206.000.230</b>	<b>100,0%</b>	<b>171.059.007</b>	<b>20,4%</b>

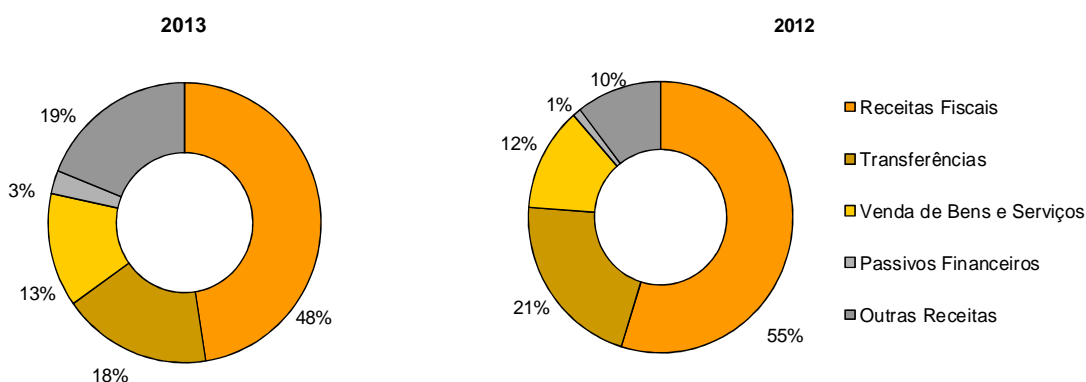
No ano de 2013 a receita cobrada aumentou 34,9 milhões de euros, face ao ano de 2012. Este aumento, verificado em termos globais, decorre, quer das receitas correntes, quer das receitas de capital, essencialmente, pelo acréscimo dos impostos diretos, das taxas, multas e outras penalidades, da venda de bens de investimento, dos ativos e dos passivos financeiros. Contribuiu ainda, para o acréscimo da receita, a incorporação do saldo de gerência de 2012, superior em 10,2 milhões de euros, ao verificado em 2011.

F.11 - Evolução das receitas executadas



Em termos globais e ao longo dos anos 2010, 2011 e 2012 as receitas municipais apresentaram uma tendência decrescente, que no ano de 2013 se inverte, tendo-se verificado um acréscimo de 34,9 milhões de euros face a 2012 e de 10 milhões de euros quando comparado com o ano de 2010.

F.12 - Distribuição das principais receitas



Neste ano as receitas correntes crescem 1 milhão de euros, e as receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) aumentam 23 milhões de euros.

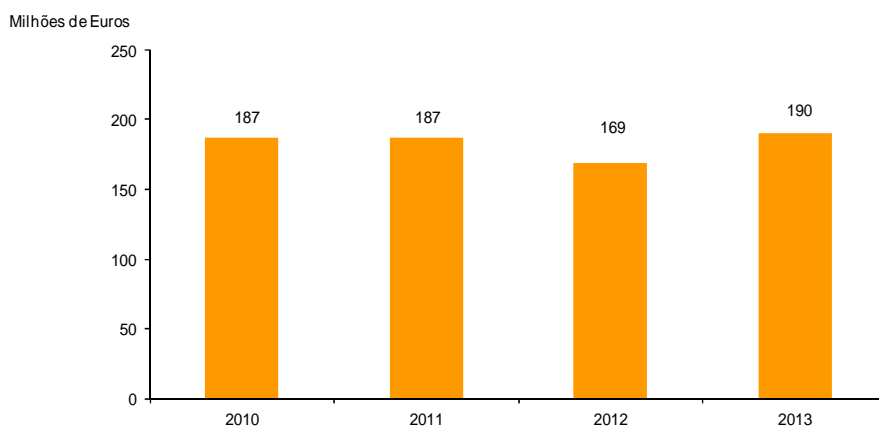
As receitas fiscais mantêm-se como a principal fonte de receita. Apesar do seu peso no total da receita diminuir face ao ano anterior, em valor absoluto aumentam.

Por sua vez, as transferências registam um decréscimo, ainda que ligeiro, relativamente ao ano de 2012, tanto nas transferências correntes como nas de capital, com destaque para a diminuição das transferências do Estado, no âmbito das comparticipações da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e do IHRU.

Para a variação positiva de 5,9 milhões de euros da venda de bens e serviços contribuiu o acréscimo significativo da receita com a venda de bens de investimento a par da redução das receitas provenientes das rendas dos bairros sociais que foram afetadas a receitas próprias da DomusSocial, EM.

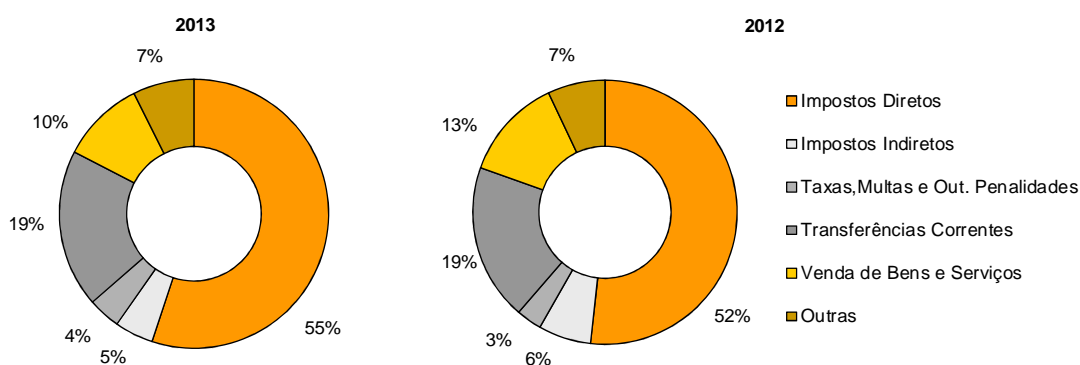
Para a variação dos passivos concorrem as utilizações dos empréstimos contratualizados, um no âmbito do Prohabita 2011/2012 e outro para fazer face aos investimentos na EB Paulo da Gama, Consolidação das Fontainhas e Requalificação da Avenida da Boavista – fase I e II.

### F.13 - Evolução da receita efetiva



Com uma subida de 12,8%, a receita efetiva, ou seja, a receita expurgada dos ativos e passivos financeiros, é superior à verificada no ano de 2012 em 21,6 milhões de euros.

### F.14 - Evolução da receita corrente



As receitas fiscais merecem um destaque especial pelo seu peso relativo (63,6%) neste agregado.

Os impostos diretos continuam a ser a principal receita do município. Neste ano, com um aumento do peso relativo sobre a receita corrente, que passou de 51,8% em 2012 para 55% em 2013, têm um acréscimo de 5,6 milhões de euros em termos absolutos. Com comportamento contrário estão os impostos indiretos, que continuam em queda, e a venda de bens e serviços correntes que regista um acentuado decréscimo, reduzindo o peso relativo sobre a receita corrente que, relativamente ao ano anterior, passaram de 6,4% para 4,7%, e de 12,5% para 10,1%, respetivamente, os primeiros como reflexo conjuntural e a segunda como reflexo estrutural da atividade do universo municipal.



Q.22 – Evolução da estrutura da receita fiscal

Designação	2013				2012	
	Orçada €	Cobrada €	Desvio	Taxa de execução €	Cobrada €	Varição 12-13
Imp.mun.sobre imóveis (IMI) / Contribuição autárquica	43.681.572	42.070.264	-1.611.308	96,3%	45.308.025	-7,1%
Imposto único de circulação (IUC) / IMV	4.559.341	6.489.216	1.929.875	142,3%	5.023.923	29,2%
Imp.mun.sobre transm. onerosas imóveis (IMT)/ SISA	22.019.647	19.450.048	-2.569.599	88,3%	18.384.329	5,8%
Derrama	10.586.129	16.654.349	6.068.220	157,3%	10.346.662	61,0%
Impostos abolidos	10	0	-10	0,0%	0	0,0%
Impostos diretos diversos	10	30.963	30.953	309631,8%	48.793	-36,5%
<b>Impostos diretos</b>	<b>80.846.709</b>	<b>84.694.841</b>	<b>3.848.132</b>	<b>104,8%</b>	<b>79.111.733</b>	<b>7,1%</b>
Mercados e feiras	32.708	18.742	-13.966	57,3%	22.783	-17,7%
Loteamentos e obras	4.745.157	1.594.822	-3.150.335	33,6%	3.809.347	-58,1%
Ocupação da via pública	3.635.955	2.866.148	-769.807	78,8%	2.992.308	-4,2%
Publicidade	1.351.478	1.893.066	541.588	140,1%	2.122.387	-10,8%
Outros	901.242	805.200	-96.042	89,3%	879.227	-8,4%
<b>Impostos indiretos</b>	<b>10.666.540</b>	<b>7.177.980</b>	<b>-3.488.560</b>	<b>67,3%</b>	<b>9.826.053</b>	<b>-26,9%</b>
Mercados e feiras	382.130	279.936	-102.194	73,3%	331.690	-15,6%
Loteamentos e obras	1.071.571	1.995.960	924.389	186,3%	658.473	203,1%
Ocupação da via pública	593.425	619.449	26.024	104,4%	605.997	2,2%
Outras	341.142	407.165	66.023	119,4%	336.282	21,1%
Multas e outras penalidades	2.789.586	2.695.231	-94.355	96,6%	2.903.142	-7,2%
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>5.177.854</b>	<b>5.997.741</b>	<b>819.887</b>	<b>115,8%</b>	<b>4.835.584</b>	<b>24,0%</b>
<b>Total</b>	<b>96.691.103</b>	<b>97.870.562</b>	<b>1.179.459</b>	<b>101,2%</b>	<b>93.773.370</b>	<b>4,4%</b>

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a parcela mais representativa da receita corrente e da receita total cobrada ao longo dos anos, tendo crescido 4,4% em 2013 face ao ano anterior.

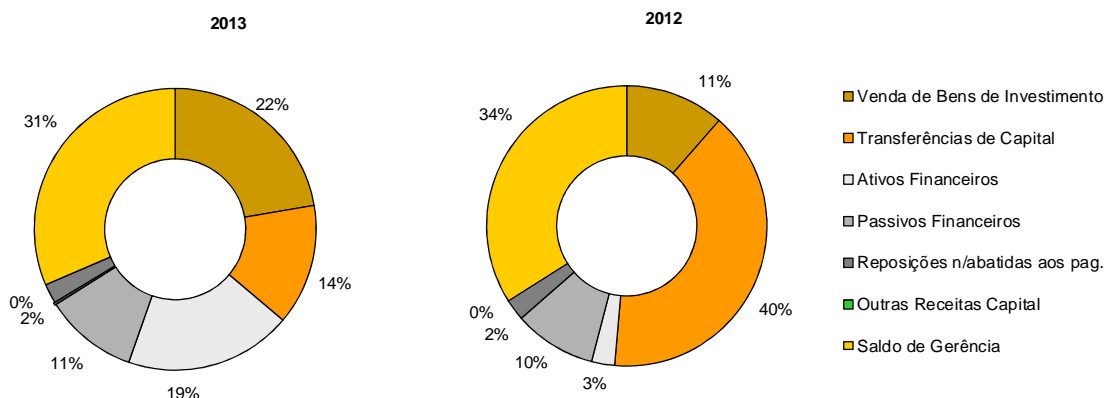
Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos cujo valor arrecadado foi superior ao orçado e que, em 2013, tiveram uma evolução positiva de 5,6 milhões de euros relativamente ao ano transato.

Nos impostos diretos, com uma execução acima do valor previsto, em 3,8 milhões de euros, releva-se a derrama que, em termos comparativos, teve uma execução superior à orçada em 6,1 milhões de euros, e um aumento de 6,3 milhões de euros (61%) face a 2012. Dos restantes impostos diretos, destaca-se a redução do IMI essencialmente por efeito da avaliação geral dos imóveis que, contrariamente ao previsto pela administração central teve um impacto negativo na receita do Município, de -4,5 milhões de euros.

Os impostos indiretos são influenciados, em grande medida, pelo comportamento das receitas relacionadas com a ocupação da via pública e com os loteamentos e obras de urbanização que, em 2013, decresceram 2,3 milhões de euros relativamente a 2012.

As taxas, multas e outras penalidades, com uma execução superior ao orçado, em cerca de 819,9 mil euros, crescem 24% face a 2012.

F.15 - Evolução da receita de capital



As receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) registaram, em 2013, um acréscimo de 198,9% relativamente a 2012, ou seja, mais 23 milhões de euros, em resultado do aumento da generalidade das rubricas com a redução, pouco significativa, das transferências de capital.

A variação significativa da venda de bens de investimento resultou, entre outros, da venda de prédios sítos no Muro dos Bacalhoeiros e rua Fonte Taurina, na rua Gomes Freire, Largo Padre Baltazar Guedes e Avenida Paiva Couceiro, e de um imóvel sito entre a rua Diogo Botelho, rua de Fernão Lopes e rua dos Prazeres, para além da contabilização da permuta de terrenos com outras entidades, e que deram origem a um fluxo financeiro.

Nas transferências de capital, para além da transferência do Estado no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro, que reduziu por contrapartida das transferências correntes, são contabilizadas as receitas provenientes das participações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários e de contratos com fundos autónomos. No âmbito das participações comunitárias a projetos cofinanciados, a variação positiva resulta das transferências ao nível do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), nomeadamente do Eixo 3 – Valorização e Qualificação Ambiental Territorial, pela requalificação e ampliação do parque escolar e dinamização e qualificação de museus, e do Eixo 4 - Qualificação do Sistema Urbano, pelas obras de reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores. Nos contratos com fundos autónomos e por não terem sido assinados novos contratos de participação ao abrigo do acordo de colaboração

celebrado com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), no âmbito Prohabita 2011/2012, foram recebidos apenas 276,3 mil euros deste Instituto.

Por força da redução de 10 milhões de euros do capital social da empresa municipal Águas do Porto, EM, os ativos financeiros têm uma variação de 9,5 milhões de euros.

No que respeita aos passivos financeiros foram utilizados 2,3 milhões de euros de um empréstimo de 3 milhões de euros, contratualizado em 2013, para financiar os empreendimentos EB Paulo da Gama, Consolidação das Fontainhas e Requalificação da Avenida da Boavista-fase I e II. Acrescem ainda as utilizações de 3,3 milhões euros relativas ao empréstimo, de 6 milhões de euros, celebrado com o IHRU, no âmbito do Prohabita 2011/2012.

Q.23 – Estrutura e execução das receitas de capital

Designação	Orçada		Cobrada		Desvio	Taxa de execução
	Valor	Peso	Valor	Peso		
	€	%	€	%	€	
Terrenos	5.398.820	10,4%	9.993.825	19,2%	4.595.005	185,1%
Edifícios e outras construções	2.625.831	5,0%	1.613.905	3,1%	-1.011.926	61,5%
Outros bens de investimento	5.020	0,0%	1.578	0,0%	-3.442	31,4%
<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>8.029.671</b>	<b>15,4%</b>	<b>11.609.308</b>	<b>22,3%</b>	<b>3.579.637</b>	<b>144,6%</b>
Fundo de equilíbrio financeiro	494.276	0,9%	494.276	0,9%	0	100,0%
Contratos programa	200.030	0,4%	0	0,0%	-200.030	0,0%
IHRU	40	0,0%	276.323	0,5%	276.283	690806,5%
FEDER	9.183.803	17,6%	6.473.223	12,4%	-2.710.580	70,5%
Outras	90	0,0%	0	0,0%	-90	0,0%
<b>Transferências de capital</b>	<b>9.878.239</b>	<b>19,0%</b>	<b>7.243.822</b>	<b>13,9%</b>	<b>-2.634.417</b>	<b>73,3%</b>
<b>Ativos financeiros</b>	<b>10.000.030</b>	<b>19,2%</b>	<b>10.000.000</b>	<b>19,2%</b>	<b>-30</b>	<b>100,0%</b>
Empréstimos a curto prazo	2.500.000	4,8%	0	0,0%	-2.500.000	0,0%
Empréstimos a médio e longo prazos	4.875.468	9,4%	5.569.972	10,7%	694.504	114,2%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>7.375.468</b>	<b>14,2%</b>	<b>5.569.972</b>	<b>10,7%</b>	<b>-1.805.496</b>	<b>75,5%</b>
<b>Outras receitas de capital</b>	<b>20</b>	<b>0,0%</b>	<b>159.436</b>	<b>0,3%</b>	<b>159.416</b>	<b>797179,0%</b>
<b>Reposições n/abatidas aos pagamentos</b>	<b>440.637</b>	<b>0,8%</b>	<b>1.159.386</b>	<b>2,2%</b>	<b>718.749</b>	<b>263,1%</b>
<b>Saldo da gerência anterior</b>	<b>16.386.143</b>	<b>31,4%</b>	<b>16.386.143</b>	<b>31,4%</b>	<b>0</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>52.110.208</b>	<b>100,0%</b>	<b>52.128.067</b>	<b>100,0%</b>	<b>17.859</b>	<b>100,0%</b>

Com um desvio positivo de 3,6 milhões de euros relativamente ao valor orçado, a venda de bens de investimento foi em 2013 a componente com maior peso no total da receita de capital.

No que se reporta às transferências de capital que englobam, entre outras, as transferências do Estado (FEF), as comparticipações dos fundos comunitários e do IHRU, apresentam uma variação negativa de 2,6 milhões de euros face ao valor orçado. Para este desvio concorreram as transferências comunitárias devido, fundamentalmente, à diminuição no investimento inicialmente previsto e ao atraso na execução das obras objeto de financiamento das candidaturas Eixo 3 – Valorização e Qualificação Ambiental Territorial e Eixo 4 – Qualificação do Sistema Urbano.

No recurso ao endividamento regista-se que o Município utilizou 5,6 milhões de euros dos empréstimos contratualizados em 2012 e 2013 e, mais uma vez, não recorreu à contratualização do empréstimo de curto prazo previsto em orçamento.

#### 4.4. Passivos Financeiros – Evolução das Receitas Creditícias

Q.24 – Evolução das receitas creditícias

Designação	2013 €	2012 €	Varição 12-13
Empréstimos internos	5.569.972	1.735.432	221,0%
Empréstimos externos	0	0	0,0%
<b>Total das receitas creditícias</b>	<b>5.569.972</b>	<b>1.735.432</b>	<b>221,0%</b>
<b>Receitas de capital</b>	<b>52.128.067</b>	<b>18.202.008</b>	<b>186,4%</b>
<b>Peso dos empréstimos nas receitas de capital</b>	<b>10,7%</b>	<b>9,5%</b>	

No ano em apreço a reabilitação da habitação social continuou a ser um dos programas prioritários.

Para fazer face à reabilitação da habitação social e na sequência do acordo de colaboração celebrado com o IHRU, no âmbito do Prohabita 2011/2012, o Município utilizou 3,3 milhões de euros do empréstimo bonificado de 6 milhões de euros, contratualizado com este Instituto.

Em 2013 recorreu-se ainda à utilização de 2,3 milhões de euros de um empréstimo contratualizado neste ano com o Banco Santander Totta, no valor de 3 milhões de euros, para financiamento de investimentos realizados pela GOP, EM, na EB Paulo da Gama, Consolidação das Fontainhas e Requalificação da Avenida da Boavista – Fases I e II.

#### 4.5. Transferências e Subsídios Obtidos

##### Q.25 – Receita proveniente de transferências

Transferências	2013		2012		Variação 12-13
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	
<b>FEF / FSM / Participação fixa no IRS</b>	<b>25.206.686</b>	<b>69,2%</b>	<b>25.206.686</b>	<b>69,0%</b>	<b>0,0%</b>
Correntes	24.712.410	67,8%	24.218.134	66,3%	2,0%
Capital	494.276	1,4%	988.552	2,7%	-50,0%
<b>Fundos comunitários</b>	<b>6.620.205</b>	<b>18,2%</b>	<b>5.460.952</b>	<b>15,0%</b>	<b>21,2%</b>
Correntes	146.982	0,4%	623.688	1,7%	-76,4%
Capital	6.473.223	17,8%	4.837.264	13,2%	33,8%
<b>Outros contratos programa / Protocolos</b>	<b>4.611.380</b>	<b>12,7%</b>	<b>5.852.636</b>	<b>16,0%</b>	<b>-21,2%</b>
Correntes	4.335.058	11,9%	4.410.232	12,1%	-1,7%
Capital	276.323	0,8%	1.442.403	3,9%	-80,8%
<b>Transferências</b>					
Correntes	29.194.450	80,1%	29.252.054	80,1%	-0,2%
Capital	7.243.822	19,9%	7.268.220	19,9%	-0,3%
<b>Total</b>	<b>36.438.271</b>	<b>100,0%</b>	<b>36.520.274</b>	<b>100,0%</b>	<b>-0,2%</b>

As transferências obtidas são inferiores em 82 mil euros às recebidas em 2012. Esta variação resulta do efeito conjugado do decréscimo dos contratos-programa e protocolos, de que se destaca o outorgado com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares no âmbito da Educação, com o acréscimo das transferências, nomeadamente de capital, provenientes dos fundos comunitários. Assinala-se que, nas transferências do Estado, a redução nas transferências de capital, na componente do FEF, foi compensada pelo aumento das transferências correntes, na mesma componente, sendo o valor total idêntico ao de 2012.

#### 5. Movimentos de Tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

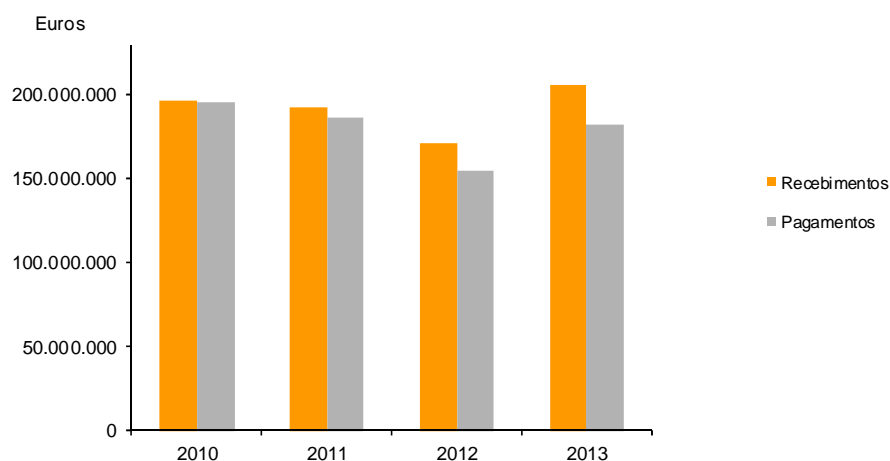
Q.26 – Resumo da conta de gerência

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2012	16.386.143	2.333.710	18.719.853
Receitas arrecadadas	189.614.087	14.601.005	204.215.091
Despesas pagas	182.352.337	14.609.457	196.961.795
<b>Saldo a transitar para 2014</b>	<b>23.647.892</b>	<b>2.325.257</b>	<b>25.973.150</b>

O saldo transitado para a gerência seguinte é de 26 milhões de euros, que se decompõe em 23,6 milhões de euros de saldo de operações orçamentais e 2,3 milhões de euros de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com os fluxos de caixa que, através de mapa constante dos documentos de Prestação de Contas, discrimina a natureza e a origem e aplicações de fundos.

F.16 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais



A evolução dos recebimentos e pagamentos, no último quadriénio, permite-nos verificar que após um decréscimo no período de 2010 a 2012, se verificou um acréscimo em 2013, ano em que os recebimentos foram de nível mais elevado, e os pagamentos, influenciados pelo pagamento do Acordo do Parque da Cidade – 2ª fase em 24,5 milhões de euros, foram

ligeiramente inferiores aos valores registados em 2011, originando um saldo de tesouraria significativo.

Q.27 – Operações de tesouraria

Designação	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
	€	€	€	€
Cobranças para o Estado	293.217	6.230.868	6.048.873	475.212
Cobranças para instituições da previd.e assistência	319.100	5.141.024	5.118.750	341.375
Cobrança para outras entidades	289.256	3.160.892	3.188.957	261.190
Cauções e depósitos de garantias	1.432.138	68.221	252.878	1.247.480
<b>Total</b>	<b>2.333.710</b>	<b>14.601.005</b>	<b>14.609.457</b>	<b>2.325.257</b>

O fluxo financeiro das operações de tesouraria evidencia as cobranças que os serviços do Município do Porto realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades.

As operações de tesouraria desenvolvidas e movimentadas em contas correntes, por entidade e por natureza, são devidamente documentadas à entrada e saída de fundos, conforme mapa que integra a Conta de Gerência.

Q.28 – Garantias e cauções

Descrição	Total
	€
Saldo inicial	48.370.275
Cauções rececionadas	7.795.909
Cauções devolvidas	(4.846.371)
Cauções acionadas	(184.247)
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>51.135.566</b>

Com a contabilidade patrimonial é dispensável a virtualização da receita, pelo que o Município do Porto não debita ao tesoureiro os documentos de cobrança, não movimentando, assim, os recibos de cobrança em contas de ordem. Estas contas refletem, para além das garantias e cauções tituladas por papel, as retenções em numerário e depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores e fornecedores de imobilizado e arquivadas por entidade de origem. Refira-se que, no ano de 2013, o valor das cauções prestadas ao Município do Porto sofreu uma redução de 2,6%, relativamente ao ano anterior.

O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas, a enviar ao Tribunal de Contas.

## SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 6. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2013.

#### Q.29 – Balanço sintético

Descrição	2013		2012		Variação 12-13	
	Valor	Peso	Valor	Peso	€	%
	€	%	€	%	€	%
Imobilizado	1.279.079.282	95,5%	1.201.957.769	96,5%	77.121.513	6,4%
Existências	13.787.592	1,0%	14.020.737	1,1%	-233.145	-1,7%
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	40.049	0,0%	40.049	0,0%	0	0,0%
Dívidas de terceiros - curto prazo	3.160.890	0,2%	4.427.049	0,4%	-1.266.159	-28,6%
Disponibilidades	25.973.150	1,9%	18.719.853	1,5%	7.253.297	38,7%
Acréscimos e diferimentos	17.694.904	1,3%	6.860.029	0,6%	10.834.875	157,9%
<b>Ativo líquido</b>	<b>1.339.735.867</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.246.025.487</b>	<b>100,0%</b>	<b>93.710.381</b>	<b>7,5%</b>
Património	834.381.862	82,5%	661.957.726	72,3%	172.424.136	26,0%
Ajustamentos em partes de capital	336.781	0,0%	336.781	0,0%	0	0,0%
Reservas	84.920.270	8,4%	84.771.761	9,3%	148.510	0,2%
Subsídios	101.456	0,0%	101.456	0,0%	0	0,0%
Doações	157.922	0,0%	141.285	0,0%	16.636	11,8%
Regularizações	60.227.112	6,0%	60.227.112	6,6%	0	0,0%
Resultados	31.007.971	3,1%	108.159.037	11,8%	-77.151.066	-71,3%
<b>Fundos próprios</b>	<b>1.011.133.374</b>	<b>100,0%</b>	<b>915.695.157</b>	<b>100,0%</b>	<b>95.438.217</b>	<b>10,4%</b>
Provisões para riscos e encargos	31.078.615	9,5%	30.982.291	9,4%	96.324	0,3%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	85.752.085	26,1%	91.054.964	27,6%	-5.302.879	-5,8%
Dívidas a terceiros - curto prazo	18.304.836	5,6%	19.994.672	6,1%	-1.689.836	-8,5%
Acréscimos e diferimentos	193.466.957	58,9%	188.298.402	57,0%	5.168.555	2,7%
<b>Passivo</b>	<b>328.602.493</b>	<b>100,0%</b>	<b>330.330.329</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1.727.836</b>	<b>-0,5%</b>

O crescimento de 7,5% do ativo líquido deve-se ao efeito conjugado do crescimento do imobilizado líquido (77,1 milhões de euros), das disponibilidades (7,3 milhões de euros) e dos acréscimos e diferimentos (10,8 milhões de euros) com a diminuição, das existências (233,1 mil euros) e das dívidas de terceiros de curto prazo (1,3 milhões de euros).



Q.30 – Origem dos aumentos do imobilizado não financeiro

Descrição	2013 €	2012 €
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>14.410.476</b>	<b>18.154.094</b>
Investimentos Executados pelas Empresas Municipais	12.119.855	17.676.311
Investimento Direto da Autarquia	2.290.621	477.783
<b>Imobilizado corpóreo e bens do domínio público</b>	<b>33.866.056</b>	<b>2.234.670</b>
Terrenos	28.023.170	152.454
Edifícios	3.329.975	89.664
Equipamentos	2.007.034	1.828.294
Bens do Domínio Público	505.877	164.258
<b>Incorporação no património por acréscimo ao balanço inicial</b>	<b>172.424.136</b>	<b>15.440.504</b>
<b>Imobilizado incorpóreo</b>	<b>76.150</b>	<b>161.063</b>
<b>Total</b>	<b>220.776.818</b>	<b>35.990.331</b>

No que respeita ao imobilizado registam-se, ao longo do ano de 2013, variações positivas ao imobilizado não financeiro, realçando-se os investimentos realizados pelas empresas municipais, GOP, EM e DomusSocial, EM, no valor de 12,1 milhões de euros.

Para além das variações do imobilizado em curso, os aumentos do imobilizado corpóreo e de bens do domínio público respeitam ainda a terrenos, com destaque para os terrenos do Parque da Cidade, edifícios, equipamento básico e administrativo e outras construções e infraestruturas.

Na incorporação no património por acréscimo ao balanço inicial destaca-se o valor de 164,2 milhões de euros resultantes da avaliação de bens do domínio público, nomeadamente de infra-estruturas viárias municipais, trabalho que vem sendo progressivamente realizado desde 2005.

A variação dos investimentos financeiros regista a redução de 10 milhões de euros do capital social da empresa municipal Águas do Porto, EM, bem como a anulação da participação financeira do Município do Porto na Fundação Ciência e Desenvolvimento.

Pelo efeito da redução dos produtos acabados e intermédios e das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, as existências decrescem face ao ano anterior.

Em termos globais as dívidas de terceiros de curto prazo diminuem 1,3 milhões de euros, destacando-se as reduções de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e de outros devedores.

Do valor bruto das dívidas de terceiros de curto prazo (13,6 milhões de euros), 12,9 milhões de euros têm reflexos em operações orçamentais e destes 9 milhões de euros respeitam a exercícios anteriores.

Realça-se o aumento das disponibilidades, em relação ao ano anterior, no montante de 7,3 milhões de euros.

Nos acréscimos de proveitos destacam-se os impostos diretos, no montante de 12,5 milhões de euros, reconhecidos em dezembro do corrente exercício, mas que só foram recebidos em 2014.

Os fundos próprios aumentam, essencialmente, em resultado da incorporação de património não registado no balanço inicial.

Conforme determinado pelo POCAL e deliberado pela Assembleia Municipal, o resultado líquido de 2012 foi transferido para resultados transitados (2,8 milhões de euros) e procedeu-se ao reforço das reservas legais (148,5 mil euros).

A redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo e de curto prazo, no montante de 5,3 milhões de euros e de 1,7 milhões de euros, respetivamente, conjuntamente com o aumento dos acréscimos e diferimentos em 5,2 milhões de euros, contribuíram para a redução do passivo em 1,7 milhões de euros.

As provisões para riscos e encargos compreendem os processos judiciais em curso a aguardar decisão dos Tribunais, tendo-se registado um acréscimo de 96,3 mil euros face ao ano anterior.

Os acréscimos de custos que incorporam os custos do exercício, a liquidar em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício, registam um acréscimo de 2,4 milhões de euros.

Q.31 – Indicadores económico-financeiros

Indicadores	2013	2012
<b>Estrutura do ativo</b>		
Ativo fixo / Ativo total	95,5%	96,5%
Ativo circulante / Ativo total	4,5%	3,5%
Ativo fixo / Ativo circulante	2110,2%	2730,1%
<b>Estrutura do passivo</b>		
Recursos permanentes / Passivo	392,7%	361,8%
Passivo longo prazo / Passivo exigível	73,8%	75,4%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	26,2%	24,6%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	35,5%	32,6%
<b>Análise do ativo fixo</b>		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1491,6%	1320,1%
Amortizações exercício / Variação imobilizado	22,3%	105,0%
<b>Análise do passivo exigível</b>		
<b>- Coeficiente de endividamento</b>		
Passivo exigível / Fundos próprios	11,5%	13,2%
<b>- Coeficiente de endividamento a curto prazo</b>		
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	3,0%	3,2%
<b>- Coeficiente de endividamento a longo prazo</b>		
Exigível a médio longo prazo / Fundos próprios	8,5%	9,9%
Exigível a médio longo prazo / Imobilizado corpóreo	10,8%	11,6%
<b>Grau de autonomia</b>		
Fundos próprios/Ativo	75,5%	73,5%
<b>Índice de liquidez imediata</b>		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	0,9	0,6
<b>Índice de solvência</b>		
Ativo/ Passivo exigível	11,5	10,3

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo do Município do Porto em 2013.

A estrutura do ativo mantém-se praticamente inalterada relativamente a 2012. A ligeira alteração, em termos globais, resulta da variação positiva do ativo fixo ser inferior à variação positiva do ativo total e do ativo circulante ter crescido significativamente, em resultado das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos, face ao crescimento positivo do ativo total.

A posição confortável da estrutura do passivo comparativamente com o ano 2012 deve-se à diminuição do passivo exigível, em resultado da redução do passivo de longo prazo, registando-se ainda uma melhoria dos recursos permanentes.

O acréscimo registado no ativo fixo, conjugado com a redução do endividamento de médio e longo prazo, reflete-se na melhoria das garantias do Município do Porto perante as entidades financiadoras.

O decréscimo verificado no indicador amortizações do exercício/variação do imobilizado deve-se ao facto do acréscimo da variação do imobilizado bruto ser mais expressivo que o aumento das amortizações.

Os indicadores relativos ao passivo exigível evidenciam uma evolução positiva da independência financeira do Município. A redução dos coeficientes de endividamento de curto e longo prazo é o resultado da diminuição das dívidas de curto, e de médio e longo prazo apesar do aumento dos fundos próprios e do imobilizado corpóreo.

O grau de autonomia, com um aumento em 2013, continua a evidenciar a capacidade do Município financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo.

O índice de liquidez imediata, que aumenta relativamente ao ano anterior, resulta do aumento mais acentuado das disponibilidades relativamente ao exigível a curto prazo, traduzido também na redução do prazo médio de pagamento a fornecedores.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, medida através do índice de solvência, apresentou uma melhoria relativamente ao ano de 2012, ao passar de 10,3% para 11,5%.

## **7. Análise da Demonstração de Resultados**

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2013.

Q.32 – Demonstração dos resultados por natureza

Designação	2013		2012		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	12-13	
	€	%	€	%	€	%
<b>Custos e perdas</b>						
Custos merc.vend.e das mat. consumidas	1.858.724	1,1%	1.872.903	1,2%	-14.179	-0,8%
Fornecimentos e serviços externos	44.832.859	26,2%	41.866.218	26,0%	2.966.641	7,1%
Pessoal	57.075.647	33,3%	51.033.809	31,6%	6.041.838	11,8%
Transf. e subsídios correntes concedidos	9.748.486	5,7%	13.356.046	8,3%	-3.607.560	-27,0%
Amortizações do exercício	41.270.276	24,1%	36.069.834	22,4%	5.200.443	14,4%
Provisões do exercício	2.953.456	1,7%	4.930.794	3,1%	-1.977.338	-40,1%
Custos e perdas financeiros	3.871.933	2,3%	4.480.960	2,8%	-609.027	-13,6%
Outros custos	9.832.300	5,7%	7.635.842	4,7%	2.196.458	28,8%
<b>Total</b>	<b>171.443.681</b>	<b>100,0%</b>	<b>161.246.406</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.197.275</b>	<b>6,3%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>						
Vendas e prestações de serviços	15.276.766	8,8%	19.198.670	11,7%	-3.921.904	-20,4%
Impostos e taxas	103.578.717	59,7%	88.678.797	54,0%	14.899.920	16,8%
Variação da produção	-127.149	-0,1%	-255.802	-0,2%	128.653	-50,3%
Transferências e subsídios correntes	30.063.854	17,3%	30.145.957	18,4%	-82.102	-0,3%
Proveitos financeiros	7.375.305	4,3%	6.877.991	4,2%	497.314	7,2%
Outros	17.200.562	9,9%	19.570.986	11,9%	-2.370.424	-12,1%
<b>Total</b>	<b>173.368.056</b>	<b>100,0%</b>	<b>164.216.597</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.151.458</b>	<b>5,6%</b>
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	<b>1.924.374</b>		<b>2.970.191</b>		<b>-1.045.817</b>	<b>-35,2%</b>

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2013 apresentam, no seu conjunto, um crescimento de 10,2 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Os custos com pessoal representam 33,3% dos custos da autarquia e o seu acréscimo, que se deve fundamentalmente ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal e ao enorme aumento das contribuições para os subsistemas de segurança social, contribuiu com 6 milhões de euros para a variação positiva dos custos. Para o acréscimo dos fornecimentos e serviços externos concorreu a alteração de classificação da despesa afeta à Fundação Porto Social e à Porto Lazer, EM, o que justifica também a variação negativa das transferências e subsídios correntes concedidos.

Contribuem ainda para o aumento dos custos, as amortizações do exercício cujo acréscimo decorre essencialmente dos registos contabilísticos da avaliação dos bens de domínio público, nomeadamente de infra-estruturas viárias com cerca de 3 milhões de euros, e os custos extraordinários resultantes da alienação de immobilizações corpóreas e da cobertura de prejuízos da Porto Vivo,SRU, que apesar de ainda não terem sido pagos, por estarem por aprovar as contas de 2012 e 2013, foram contabilizados no respeito pelo princípio da especialização dos exercícios.

As provisões do exercício reduzem, relativamente ao ano transato, fundamentalmente por força da diminuição do valor das provisões para processos judiciais em curso.

O aumento dos proveitos e ganhos em 9,2 milhões de euros deve-se, essencialmente, à variação ocorrida em impostos e taxas, pelo aumento dos impostos diretos, nomeadamente do IMT e da derrama, conjugado com uma diminuição das vendas e prestações de serviços pelo efeito da transferência, para a DomusSocial, EM, de parte da receita das rendas dos bairros municipais, e dos proveitos e ganhos extraordinários pela redução de provisões.

Do balanceamento entre os custos e proveitos resulta um resultado líquido do exercício de 1,9 milhões de euros, inferior ao do ano transato em 1 milhão de euros.

## 8. Dívida

### 8.1. Dívida global

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor e forte controlo, por opção do Município, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais e pela Lei do Orçamento de Estado.

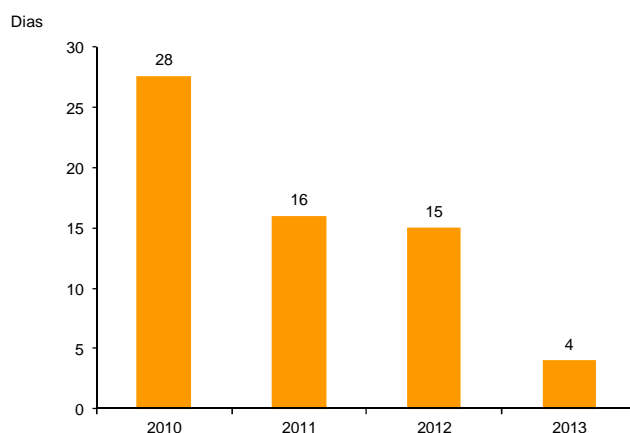
Q.33 – Evolução da dívida bancária

Dívida bancária	Capital em dívida 31/12/2013	Capital em dívida 31/12/2012	Variação 12-13	
			€	%
<b>Médio Longo Prazo*</b>	<b>97.093.323</b>	<b>102.242.963</b>	<b>-5.149.640</b>	<b>-5,0%</b>
Sem empréstimos Euro 2004	71.283.857	74.160.478	-2.876.621	-3,9%
Empréstimos Euro 2004	25.809.466	28.082.485	-2.273.018	-8,1%
<b>Total</b>	<b>97.093.323</b>	<b>102.242.963</b>	<b>-5.149.640</b>	<b>-5,0%</b>

(\*) Incluindo Leasing

A dívida bancária de médio e longo prazo integra toda a dívida do Município que releva para o limite de endividamento, a que não releva para este limite e a dívida de locação financeira. No final do ano de 2013 esta dívida ascendia a 97,1 milhões de euros, registando uma diminuição de 5,1 milhões de euros face a 2012.

F.17 – Prazo médio de pagamentos a fornecedores



A dívida a fornecedores, que tem sido reduzida drasticamente, foi de 2,1 milhões de euros em 2013. Este resultado permitiu uma redução do prazo médio de pagamento a fornecedores muito significativa sendo, em dezembro de 2013, de 4 dias, o que se revela um comportamento exemplar na regularização dos compromissos. Saliente-se que esta dívida diz exclusivamente respeito a dívida não vencida.

Desde a publicação da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa de redução de prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços, e uniformizou a metodologia de cálculo do prazo médio de pagamento a fornecedores, que este indicador é monitorizado e publicitado pela DGAL. A dívida a fornecedores, com identificação dos montantes por prazo, para além de comunicada à DGAL e IGF, é também divulgada na página eletrónica da Autarquia.

## 8.2. Serviço da dívida

Q.34 – Evolução do serviço da dívida

Serviço da dívida (MLP)*	2013 €	2012 €	Variação 12-13
Juros	3.351.356	3.714.976	-9,8%
Amortização	10.719.612	10.073.287	6,4%
<b>Total</b>	<b>14.070.968</b>	<b>13.788.263</b>	<b>2,1%</b>

(\*) - Incluindo Leasing

O total do serviço da dívida, no montante de 14,1 milhões de euros, aumentou, em 2013, cerca de 282 mil euros relativamente ao ano anterior, pelo efeito conjugado do decréscimo

dos juros com o aumento das amortizações.

O decréscimo do valor global dos juros, registado durante a presente gerência, resulta da descida gradual das taxas de juro de curto prazo e da redução do montante em dívida.

O aumento das amortizações decorre, entre outras variações, do início da amortização dos empréstimos de 7,8 milhões de euros e de 1 milhão de euros, contratualizados em 2010 e 2011, no âmbito da reabilitação dos bairros municipais e da recuperação de 200 fogos no Bairro do Lagarteiro, respetivamente.

### 8.3. Dívida Líquida

#### Q.35 - Dívida líquida de curto prazo

Designação	2013	2012
	Milhões de €	Milhões de €
(1) Despesa realizada	184,4	159,0
(2) Despesa paga	182,4	154,7
(3) Receita liquidada *	218,9	184,7
(4) Receita cobrada	206,0	171,1
<b>(5) Saldo bruto da dívida (1) – (2)</b>	<b>2,1</b>	<b>4,4</b>
(6) Receita por cobrar, afeta à despesa em dívida (3) - (4)	12,9	13,6
(7) Disponibilidades de tesouraria em 31.12	23,6	16,4
<b>(8) Dívida líquida (5) - (6) - (7)</b>	<b>-34,5</b>	<b>-25,7</b>

\* considerando os adiantamentos de vendas

A dívida líquida de curto prazo, analisada numa ótica orçamental, registou uma redução muito significativa. Em dezembro de 2013, os créditos do Município do Porto para com terceiros superam o valor da dívida bruta, o que, adicionado das disponibilidades, permite a verificação de uma dívida líquida negativa de 34,5 milhões de euros. O Município tem mais a receber (12,9 milhões de euros) do que a pagar (2,1 milhões de euros).

### 8.4. Capacidade de Endividamento

A Lei das Finanças Locais, Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, no seu art.º 39.º, fixa como limite do endividamento de médio e longo prazo a “soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior”.



Q.36 – Limites de endividamento

Descrição	2013	2012
	€	€
Limite endividamento empréstimos de médio e longo prazo	102.125.837	33.762.643
Empréstimos que contam para o limite de endividamento de médio e longo prazo	27.200.678	25.089.520
<b>Margem de endividamento para a contração de novos empréstimos</b>	<b>74.925.159</b>	<b>8.673.123</b>

Em 2013, o limite ascendeu a 102,1 milhões de euros, substancialmente diferente do valor verificado no ano de 2012, ano em que este limite de endividamento teve por base o valor de endividamento de médio e longo prazo registado no final de 2011 acrescido do valor de rateio.

Pese embora a margem de endividamento do Município, por força do nº 3 do artº 98º da Lei do Orçamento do Estado para 2013, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazo foi limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, ou seja, foi restringida a 16,5 milhões de euros.

Sem prejuízo da margem de endividamento de médio e longo prazo, que no final do ano de 2013 atingiu o montante de 74,9 milhões de euros, e da possibilidade de celebração de novos empréstimos até ao limite do rateio, neste ano apenas foi contratualizado um empréstimo, no valor de 3 milhões de euros.

Desta forma, a política financeira do Município do Porto continuou no sentido de uma redução programada e gradual do endividamento, independentemente dos empréstimos contarem ou não para o cálculo do limite do endividamento.

Com a entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais, Lei 73/2013, de 3 de setembro, os conceitos de endividamento municipal são alterados sendo que, no próximo ano, os municípios passarão a estar sujeitos a um limite para a dívida total que engloba a totalidade dos empréstimos, os contratos de locação financeira e qualquer outras formas de endividamento.

## 9. Proposta de aplicação de resultados

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido positivo de 1.924.374,18 euros tenha a seguinte aplicação:

- 96.218,71 euros para Reservas Legais
- 1.828.155,47 euros para Resultados Transitados



CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

-  
2013

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS E ANEXO

---





Município do Porto									
BALANÇO									
ANO: 2013									
( euros)									
Código das contas POCAL	ATIVO	Exercícios				Código das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012
		AB	AP	AL	AL				
	<b>Imobilizado</b>								
	<b>Bens de domínio público</b>								
451	Terrenos e recursos naturais	4.335.023,40	0,00	4.335.023,40	3.904.069,02	51	Fundos próprios		
452	Edifícios	12.613.325,97	4.976.396,96	7.637.928,91	8.258.222,31	55	Património	834.381.861,82	661.957.725,76
453	Outras construções e infraestruturas	482.368.229,12	171.644.856,63	310.723.370,49	234.238.967,55	56	Ajustamento de partes de capital em empresas	336.781,31	336.781,31
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	215.276,17	6.078,10	209.198,07	173.742,04		Reservas de reavaliação	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	65.034.970,55	26.000.544,56	39.034.425,99	42.285.422,67		Reservas		
445	Imobilizações em curso	17.644.363,35	0,00	17.644.363,35	11.738.267,81	571	Reservas legais	7.851.712,11	7.703.202,54
		582.211.788,46	202.627.878,25	379.583.910,21	300.598.591,40	572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	609.924,19	609.924,19	0,00	0,00	573	Reservas contratuais	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	3.838.925,75	3.443.509,11	395.416,64	467.196,55	574	Reservas livres	0,00	0,00
		4.448.849,94	4.053.433,30	395.416,64	467.196,55	575	Subsídios	101.455,96	101.455,96
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>					576	Doações	157.921,79	141.285,37
421	Terrenos e recursos naturais	312.597.818,91	0,00	312.597.818,91	288.687.690,88	577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	77.068.558,16	77.068.558,16
422	Edifícios e outras construções	547.872.922,94	186.695.564,63	361.177.358,31	375.552.437,43	578	Regularizações de entidades participadas	60.227.111,72	60.227.111,72
423	Equipamento básico	16.598.994,86	12.654.324,22	3.944.670,64	3.595.157,85	59	Resultados transitados	29.083.596,97	105.188.845,22
424	Equipamento de transporte	5.447.553,49	4.920.312,87	527.240,62	593.166,19	88	Resultado líquido do exercício	1.924.374,18	2.970.191,44
425	Ferramentas e utensílios	716.323,43	696.069,15	20.254,28	14.987,39		<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>1.011.133.373,98</b>	<b>915.695.157,48</b>
426	Equipamento administrativo	20.790.142,64	20.000.426,88	789.715,76	847.245,55				
427	Taras e vasilhame	2.031,52	2.031,52	0,00	0,00				
429	Outras imobilizações corpóreas	1.193.435,40	1.163.182,72	30.252,68	77.788,36				
442	Imobilizações em curso	117.340.287,23	0,00	117.340.287,23	116.001.317,14				
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	292	Provisões para riscos e encargos		
		1.022.559.510,42	226.131.911,99	796.427.598,43	785.369.790,72	2312	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
411	Investimentos Financeiros	91.635.354,98	479.678,50	91.155.676,48	103.641.242,48	26132	Dividas a instituições de crédito	79.514.208,38	84.196.591,24
415	Outras aplicações financeiras	12.046.014,19	529.333,57	11.516.680,62	11.880.947,67		Leasing de médio e longo prazo	6.237.876,37	6.858.372,46
		103.681.369,17	1.009.012,07	102.672.357,10	115.522.190,15			85.752.084,75	91.054.963,70
	<b>Circulante</b>					2311	Dividas a terceiros - Curto prazo		
	<b>Existências</b>					269	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
36	Matérias -primas, subsidiárias e de consumo	1.460.496,57	0,00	1.460.496,57	1.566.492,88	221	Adiantamentos por conta de vendas	2.451.028,23	1.911.500,00
33	Produto acabados e intermédios	12.320.400,87	0,00	12.320.400,87	12.447.549,52	228	Fornecedores, c/c	1.689.749,22	1.881.895,09
32	Mercadorias	6.694,65	0,00	6.694,65	6.694,65	252	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	0,00	0,00
		13.787.592,09	0,00	13.787.592,09	14.020.737,05	219	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
	<b>Dividas de terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>					2611	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2647	Administração autárquica	40.049,06	0,00	40.049,06	40.049,06	24	Fornecedores de imobilizado, c/c	184.607,54	2.296.696,70
		40.049,06	0,00	40.049,06	40.049,06	264	Estado e outros entes públicos	927.304,96	821.119,82
	<b>Dividas de terceiros - Curto prazo</b>					264	Administração autárquica	0,00	0,00
212	Contribuintes, c/c	659.985,46	0,00	659.985,46	519.756,52	262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	1.710.907,70	1.889.572,69
213	Utentes c/c	849.557,24	0,00	849.557,24	194.811,39	2661	Credores com plano de pagamento	0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	10.482.490,67	10.482.490,67	0,00	428.431,77	2618	Fornecedores de imobilizado c/c - Faturas em receção e conferência	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	206.286,57	0,00	206.286,57	229.158,21	26131	Leasing de curto prazo	595.000,00	550.000,00
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	2312111+23121121	Empréstimos bancários de ML c/exigibilidade a curto prazo	10.746.238,40	10.737.999,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	1.445.060,83	0,00	1.445.060,83	3.064.891,50	224	Fornecedores c/c - Factoring	0,00	0,00
		13.643.380,77	10.482.490,67	3.160.890,10	4.427.049,39	2614	Fornecedores de imobilizado - Factoring	0,00	5.899,08
	<b>Titulos negociáveis</b>							18.304.836,05	19.994.672,38
		0,00	0,00	0,00	0,00	273	Acréscimos e diferimentos		
	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>					274	Acréscimos de custos	12.156.725,30	9.729.730,14
12	Depósitos em instituições financeiras	25.948.089,76	0,00	25.948.089,76	18.698.660,06		Proveitos diferidos	181.310.231,95	178.568.672,02
11	Caixa	25.060,02	0,00	25.060,02	21.192,92		<b>Total do passivo</b>	<b>328.602.493,42</b>	<b>330.330.329,17</b>
		25.973.149,78	0,00	25.973.149,78	18.719.852,98				
	<b>Acrescimos e diferimentos</b>								
271	Acrescimos de proveitos	17.574.327,17	0,00	17.574.327,17	6.722.366,75				
272	Custos diferidos	120.576,82	0,00	120.576,82	137.662,52				
		17.694.903,99	0,00	17.694.903,99	6.860.029,27				
	<b>Total de amortizações</b>		432.813.223,54						
	<b>Total de provisões</b>		11.491.502,74						
	<b>Total do ativo</b>	<b>1.784.040.593,68</b>	<b>444.304.726,28</b>	<b>1.339.735.867,40</b>	<b>1.246.025.486,65</b>		<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>1.339.735.867,40</b>	<b>1.246.025.486,65</b>

AB = ativo Bruto  
AP = amortizações e provisões acumuladas  
AL = ativo líquido

(a) A desenvolver, segundo as rubricas existentes no «curto prazo», atendendo às previsões de cobrança ou exigibilidade da dívida ou de parte dela, a mais de um ano.

<b>ÓRGÃO EXECUTIVO</b> EM...de.....de..... .....
--

<b>ÓRGÃO DELIBERATIVO</b> EM...de.....de..... .....
---

<b>Município do Porto</b>					
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>				<b>ANO: 2013</b>	
( euros)					
Código das contas POCAL		Exercícios			
		2013		2012	
<b>Custos e Perdas</b>					
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.858.723,78	1.858.723,78	1.872.903,03	1.872.903,03
62	Fornecimentos e serviços externos	44.832.859,42		41.866.218,17	
Custos com o pessoal:					
641+642	Remunerações	43.537.070,85		39.953.298,49	
643 a 648	Encargos sociais	13.538.575,76	101.908.506,03	11.080.510,19	92.900.026,85
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	9.748.485,72	9.748.485,72	13.356.045,89	13.356.045,89
66	Amortizações do exercício	41.270.276,26		36.069.833,73	
67	Provisões do exercício	2.953.456,47	44.223.732,73	4.930.794,40	41.000.628,13
65	Outros custos e perdas operacionais	536.510,02	536.510,02	345.420,12	345.420,12
	<b>(A)</b> .....		158.275.958,28		149.475.024,02
68	Custos e perdas financeiras	3.871.933,02	3.871.933,02	4.480.960,03	4.480.960,03
	<b>(C)</b> .....		162.147.891,30		153.955.984,05
69	Custos e perdas extraordinárias	9.295.790,08	9.295.790,08	7.290.421,98	7.290.421,98
	<b>(E)</b> .....		171.443.681,38		161.246.406,03
88	Resultado líquido do exercício		1.924.374,18		2.970.191,44
			173.368.055,56		164.216.597,47
<b>Proveitos e Ganhos</b>					
Vendas e prestações de serviços:					
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	12.482.448,83		12.199.666,47	
713	Rendas e alugueres	2.794.317,54	15.276.766,37	6.999.003,79	19.198.670,26
72	Impostos e taxas	103.578.716,77		88.678.796,50	
	Variação da produção	-127.148,65		-255.802,11	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	260.603,20		356.725,58	
74	Transferências e subsídios obtidos	30.063.854,29		30.145.956,60	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.651.228,90	135.427.254,51	2.134.911,41	121.060.587,98
	<b>(B)</b> .....		150.704.020,88		140.259.258,24
78	Proveitos e ganhos financeiros	7.375.304,70	7.375.304,70	6.877.990,53	6.877.990,53
	<b>(D)</b> .....		158.079.325,58		147.137.248,77
79	Proveitos e ganhos extraordinários	15.288.729,98	15.288.729,98	17.079.348,70	17.079.348,70
	<b>(F)</b> .....		173.368.055,56		164.216.597,47

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A) .....	-7.571.937,40	-9.215.765,78
Resultados financeiros: (D)-(C-A) .....	3.503.371,68	2.397.030,50
Resultados correntes: (D)-(C) .....	-4.068.565,72	-6.818.735,28
Resultado líquido do exercício: (F)-(E) .....	1.924.374,18	2.970.191,44

ÓRGÃO EXECUTIVO  
EM.....de.....de.....  
.....

ÓRGÃO DELIBERATIVO  
EM.....de.....de.....  
.....

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **Introdução**

As Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados integram os documentos de prestação de contas exigidos no ponto 2.4 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas, e visam facultar informação para uma adequada compreensão das situações expressas nestes documentos que, não tendo reflexos nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação da situação financeira e económica das entidades que estão obrigadas à sua apresentação.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Nos termos do ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2012 e o Balanço Final de 2013.

Em consonância com o disposto no POCAL relativamente à Classe 4 - Imobilizações, aplicou-se o princípio da substância sobre a forma nas aquisições de bens em regime de contrato por locação financeira.

### **8.1 – Caracterização da entidade**

A informação de identificação e caracterização do Município do Porto consta de mapa síntese que acompanha a prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas.

### **8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados**

**8.2.1** – Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade pública que incorpore os três sistemas contabilísticos, nomeadamente a contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão.

Sendo obrigatória a contabilidade de custos, cuja implementação tem tido melhorias significativas, é também reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira, pois permite o apuramento dos custos por função, por bens e serviços, possibilitando

informação para um melhor controlo e gestão dos mesmos, nomeadamente no âmbito da fixação de tarifas e preços.

Através de critérios pré-estabelecidos (aquando da elaboração do Orçamento e Grandes Opções de Plano), foi possível identificar as despesas efetuadas através do classificador funcional definido no ponto 9.1 do POCAL. Apresenta-se no Relatório de Gestão uma breve análise à distribuição das despesas pelas diversas funções.

Acrescente-se ainda que não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da autarquia.

**8.2.2** – A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem estas duas demonstrações financeiras.

**8.2.3** – Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

#### **Bens de Domínio Público**

- a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000 foi usado na avaliação dos bens imóveis o método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação. Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado, ao seu valor atual. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação;
- b) Para o imobilizado adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

#### **Imobilizações Incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas (propriedade industrial e outros direitos) foram valorizadas ao custo de aquisição.



### **Imobilizações Corpóreas**

- a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000:
  - a.1) A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou do método de mercado (conforme o descrito na alínea a) para os Bens de Domínio Público);
  - a.2) Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor. Nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.
- b) Para o imobilizado corpóreo adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

### **Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final do período em análise, decorrente do valor de mercado, procederam-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão para o efeito.

### **Amortizações**

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série), pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2013 sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Em virtude do processo de implementação do sistema informático de inventário e cadastro patrimonial, o critério anteriormente exposto não pôde ser aplicado na sua plenitude às seguintes situações:

- a) Para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2000, as amortizações das rubricas Outras Construções e Infraestruturas e Edifícios e Outras Construções foram calculadas de acordo com o valor final à data do exercício de 2001;
- b) Para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2001, nas rubricas Outras Construções e Infraestruturas e Edifícios e Outras Construções, quando não foi

possível a análise individual de alguns bens não inventariados foi aplicada a taxa mínima de acordo com o classificador CIBE.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil esteja previamente estipulado, a taxa de amortização é calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

### **Existências**

- a) Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado;
- b) Nos produtos acabados e intermédios foram utilizados dois tipos de critérios na sua avaliação, designadamente:
  - b.1) Valor de mercado, obtido através do balanço inicial para as habitações sociais destinadas à venda;
  - b.2) O método do contrato terminado para a produção resultante da atividade dos viveiros municipais.

### **Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico utilizado nas operações de relações com terceiros, a rubrica da provisão para dívidas de cobrança duvidosa, corresponde aos encargos que eventualmente podem tornar-se efetivos no futuro, mas que ainda existe incerteza da ocorrência ou data, nomeadamente em função das idades dos saldos em dívida e dos processos em contencioso acionados judicialmente.

### **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

### **Provisões**

1. As provisões para cobrança duvidosas correspondem aos montantes anuais em dívida apurados pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações relativas a

dívidas de terceiros até 31/12/2012, pelo que, considerou-se, na sua totalidade, uma mora superior a um ano, assumindo-se assim um risco de cobrança devidamente justificado. Relativamente aos documentos emitidos em 2013 que os serviços emissores remeteram para instauração de processo em sede de execução fiscal, face aos constrangimentos associados ao sistema informático, não foram transferidos contabilisticamente para a rubrica de clientes de cobrança duvidosa, e, portanto, não foram considerados para cálculo das provisões para cobrança duvidosa.

De acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL as provisões são calculadas da seguinte forma:

- a) 50% para dívidas entre 6 a 12 meses
- b) 100% para dívidas superiores a 12 meses

2. As provisões para riscos e encargos compreendem, por um lado, a rubrica dos processos judiciais em curso, a qual, representa, o montante da indemnização ou encargo que o Município venha eventualmente a suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais esteja em curso.

### **Remunerações a liquidar**

A rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo compreende a estimativa dos encargos com férias e mês de férias.

### **Acréscimos e Diferimentos**

A autarquia regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

#### **8.2.6 – Despesas de Instalação, investigação e de desenvolvimento**

A rubrica associada às despesas de investigação e desenvolvimento registou, na sua totalidade, a aquisição de diversas licenças de software informático.

#### **8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado**

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço, podem ser resumidos como segue:

## Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo Final
	€	€	€	€	€	€
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	3.904.069	501.400	387.288		(457.734)	4.335.023
Edifícios	12.613.926					12.613.926
Outras construções e infra estruturas	316.804.499	164.197.593	91.008		1.275.129	482.368.229
Bens do património histórico artístico e cultural	177.718		27.581		9.977	215.276
Outros bens de domínio público	65.034.971					65.034.971
Imobilizações em curso	11.738.268		7.108.766		(1.202.670)	17.644.363
Adiantamentos por conta de bens de domínio público						
<b>Sub-total</b>	<b>410.273.450</b>	<b>164.698.993</b>	<b>7.614.642</b>	<b>-</b>	<b>(375.298)</b>	<b>582.211.788</b>
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento	609.924					609.924
Propriedade industrial e outros direitos	3.769.074		76.150		(6.298)	3.838.926
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						
<b>Sub-total</b>	<b>4.378.998</b>	<b>-</b>	<b>76.150</b>	<b>-</b>	<b>(6.298)</b>	<b>4.448.850</b>
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	288.687.691	5.427.398	28.023.170	9.305.493	(234.947)	312.597.819
Edifícios e outras construções	548.977.434	2.297.745	3.329.975	1.877.841	(4.854.390)	547.872.923
Equipamento básico	15.097.897		1.536.610	3.801	(31.711)	16.598.995
Equipamento de transporte	5.392.393		55.160			5.447.553
Ferramentas e utensílios	704.927		11.436		(39)	716.323
Equipamentos administrativo	20.670.182		403.828	2.826	(281.041)	20.790.143
Taras e vasilhame	2.032					2.032
Outras imobilizações corpóreas	1.193.621			6	(180)	1.193.435
Imobilizações em curso	116.001.317		7.301.710		(5.962.740)	117.340.287
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
<b>Sub-total</b>	<b>996.727.493</b>	<b>7.725.143</b>	<b>40.661.890</b>	<b>11.189.966</b>	<b>(11.365.048)</b>	<b>1.022.559.510</b>
De investimentos financeiros						
Partes de capital	104.129.344				(12.493.990)	91.635.355
Outras aplicações financeiras	12.046.014					12.046.014
<b>Sub-total</b>	<b>116.175.359</b>				<b>(12.493.990)</b>	<b>103.681.369</b>
<b>Total</b>	<b>1.527.555.299</b>	<b>172.424.136</b>	<b>48.352.682</b>	<b>11.189.966</b>	<b>(24.240.633)</b>	<b>1.712.901.518</b>

Durante o exercício de 2013, a rubrica relativa a outras construções e infraestruturas, registou avaliações no montante de 164.197.593 euros, resultantes da incorporação do valor patrimonial, devidamente autorizada, dos bens do domínio público, nomeadamente, das infra-estruturas da rede viária do Município do Porto que não foram contempladas na elaboração do balanço inicial, com exceção das que, posteriormente, foram construídas de raiz, e, cujo valor líquido, ascende a 89.419.881 euros.

No que respeita às imobilizações corpóreas, o acréscimo em terrenos inclui, entre outros, os terrenos do Parque da Cidade no valor de 24.500.000 euros. Por força do processo de reversão do património imobiliário da Fundação Ciência e Desenvolvimento verifica-se um acréscimo de 1.623.187 euros em terrenos e de 3.249.673 euros em edifícios, correspondentes ao Teatro do Campo Alegre.

No que respeita a rubrica de investimentos financeiros, os movimentos registados na coluna de transferências e abates correspondem por um lado: *i)* à redução de capital realizada pela empresa municipal Águas do Porto no montante de 10.000.000 euros, e ainda *ii)* à anulação da participação financeira na Fundação Ciência e Desenvolvimento no montante de 2.493.990 euros, associada ao processo de liquidação desta Fundação que se encontra a decorrer.

### Mapa das Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo inicial €	Reforço €	Regularizações €	Saldo Final €
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios	4.355.704	620.693		4.976.397
Outras construções e infra estruturas	82.565.631	89.079.227		171.644.859
Bens do património histórico artístico e cultural	3.976	2.102		6.078
Outros bens de domínio público	22.749.548	3.250.997		26.000.545
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
<b>Subtotal</b>	<b>109.674.859</b>	<b>92.953.020</b>	<b>-</b>	<b>202.627.878</b>
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	609.924			609.924
Propriedade industrial e outros direitos	3.301.877	147.947	(6.315)	3.443.509
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
<b>Subtotal</b>	<b>3.911.801</b>	<b>147.947</b>	<b>(6.315)</b>	<b>4.053.433</b>
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	173.424.996	18.111.358	(4.840.789)	186.695.565
Equipamento básico	11.502.739	1.225.350	(73.765)	12.654.324
Equipamento de transporte	4.799.227	121.086		4.920.313
Ferramentas e utensílios	689.939	6.169	(39)	696.069
Equipamentos administrativo	19.822.936	467.672	(290.182)	20.000.427
Taras e vasilhame	2.032			2.032
Outras imobilizações corpóreas	1.115.833	47.536	(186)	1.163.183
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
<b>Subtotal</b>	<b>211.357.702</b>	<b>19.979.171</b>	<b>(5.204.960)</b>	<b>226.131.912</b>
De investimentos financeiros				
Partes de capital	488.102		(8.424)	479.679
Obrigações e títulos de participação				
Outras aplicações financeiras:				
Outros títulos	165.067	459.027	(94.760)	529.334
<b>Subtotal</b>	<b>653.169</b>	<b>459.027</b>	<b>(103.183)</b>	<b>1.009.012</b>
<b>Total</b>	<b>325.597.530</b>	<b>113.539.164</b>	<b>(5.314.459)</b>	<b>433.822.236</b>

Importa registar que as regularizações efetuadas durante o exercício de 2013 estão relacionadas essencialmente com os abates e alienações associados aos bens do imobilizado corpóreo. A rubrica - Outras Construções e Infraestruturas, de bens de domínio público contempla um reforço relativo às amortizações associadas ao processo de inventariação das infra-estruturas da rede viária municipal, que não foram inscritas em sede de balanço inicial e cujo valor ascendeu a 74.777.711 euros.

### 8.2.8 – Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

O inventário do imobilizado não está concluído. Tendo em conta o volume da informação a tratar, têm sido analisadas contas específicas, trabalho este que permitiu encontrar o detalhe para os bens móveis, incorpóreos e bens de domínio público, no que respeita aos edifícios e outros bens, bem como para os terrenos e recursos naturais. Todavia, ainda não é possível apresentar a informação com o nível de descrição solicitado neste ponto. Nesta medida, a informação constante do mapa síntese dos bens inventariados a remeter ao Tribunal de Contas, inclui, por um lado, todos os bens inventariados até ao final do exercício de 2013, bem como, os restantes bens imóveis que constam, até esta data, das rubricas que ainda estão a ser objeto do processo de inventariação.

### 8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício.

A semelhança do referido anteriormente no ponto 8.2.8, ainda não é possível discriminar detalhadamente todos os bens do imobilizado corpóreo e em curso, que se encontram em qualquer uma destas situações, na medida em que ainda não foi possível concluir, patrimonialmente, o inventário municipal.

### 8.2.13 – Bens utilizados em regime de locação financeira

Data do Contrato de Locação	Finalidade	Entidade Credora	Capital		Encargos do Ano		Amortização Acumulada	Capital em dívida 31/12/2013
			Contratado	Utilizado	Amortização	Juros		
			€	€	€	€	€	€
29-07-99	Edifício dos CTT	Caixaleasing	12.755.435	12.746.705	575.496	46.850	5.913.829	6.832.876

#### 8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

Tipo de Bem	N.º Bens
Móveis	26
Terrenos e Recursos Naturais	175
Outras Infraestruturas	2
Outras Construções	1
Edifícios	9
<b>Total</b>	<b>213</b>

Durante o exercício de 2013, foram incorporados no inventário municipal diversos bens do imobilizado para os quais não foi possível proceder-se à sua valorização patrimonial. Em termos gerais, a sua incorporação deveu-se, fundamentalmente: *i)* ao registo cadastral dos bens cuja aquisição, por ser demasiada antiga, se desconhecia, *ii)* doações, *iii)* ofertas e, *iv)* cedências gratuitas (no âmbito de alvarás de loteamento). Todavia, depois de ocorrida a reconciliação patrimonial destes bens, os mesmos serão objeto de avaliação, se a mesma for exequível. O quadro supra reflete o número de bens registados nessas condições.

#### 8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Tipo de Bem	Valor	
	Aquisição	Atualizado
Outras Construções	63.038	84.067
Capital Arbóreo	301.353	302.550
Terrenos	4.272.655	4.335.023
Infraestruturas - Rede Águas	329.629	329.629
Outras Infraestruturas	7.925.284	8.406.906
<b>Total</b>	<b>12.891.959</b>	<b>13.458.175</b>

As razões que motivam a não amortização destes bens decorre da própria lei (CIBE - Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado Grupo Homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização, ou ainda, atendendo à lei que determina que os bens classificados como parcelas de terreno do domínio público não sofrem qualquer amortização.

## 8.2.16 – Entidades Participadas

Denominação Social	N.P.C.	Cod. Jur.	Capital Social		Resultado Líquido		Participação do Município		
			€ Quantidade	€	Ano	€ Quantidade	%		
Primus MGV - Promoção e Desenv.Regional, S.A.	504 558 161	SA	813.859	163.098	-2.905	2013	499	100	0,0%
PORTGAS - Soc.Prod.Distrib.Gas, S.A.	501 991 476	SA	7.909.150	1.585.000	19.909.331	2013	37.425	7.500	0,5%
Mercado Abastecedor Porto	501 958 630	SA	7.500.000	1.500.000	721.409	2013	1.912.500	382.500	25,5%
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	504 076 574	SA	75.000.000	15.000.000	20.032.505	2012/2013	247.154	49.550	0,3%
Régie Cooperativa Sinfonia - C.I.P.R.L.	502 035 609	SC	144.651				2.494		1,7%
APOR - Agência para Modernização Porto, S.A.	504 136 267	SA	1.064.825	212.965	-45.855	2013	368.215	73.643	34,6%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503 537 624	SA	20.902.500	4.180.500	2.280.683	2013	2.781.220	556.244	13,3%
Metro do Porto SA	503 278 602	SA	7.500.000	1.500.000	-491.356.515	2012	5	1	0,0%
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	505 111 780	SA	11.000.000	2.200.000	-1.481.167	2007/2008	249.350	49.870	2,3%
Gestão de Obras Públicas da CMP, EM	505 037 238	EM	500.000	500.000	12.119	2013	500.000	500.000	100,0%
CMPH - DomusSocial - Emp. Hab. Man. Município Porto, EM	505 037 700	EM	500.000	500.000	53.407	2013	500.000	500.000	100,0%
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana Baixa Portuense, S.A.	506 866 432	SA	6.000.000	6.000	-2.174.634	2011	2.400.000	2.400	40,0%
CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM	507 718 666	EM	80.000.000	80.000.000	3.607.978	2013	80.000.000	80.000.000	100,0%
CMPL - Emp. Desp.e Lazer do Município do Porto, EM	507 718 640	EM	2.200.000	2.200.000	27.295	2013	2.200.000	2.200.000	100,0%
ADEPORTO - Agência de Energia do Porto	507 886 550	ASU	213.625	1.704	15.216	2013	70.625	565	33,1%
Fundação Casa da Música	507 636 295	FSU	5.700.000		-1.673.005	2013	200.000		3,5%
INEGI - Instituto Engenharia Mecânica Gestão Industrial	501 814 957	NS	1.478.580		101.285	2013	11.830		0,8%
Fundação Ciência e Desenvolvimento *	503 646 598	FSU							50,0%
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	503 619 752	FSU	364.122		-135.016	2013	364.122		100,0%
Fundação da Juventude	502 263 342	FSU	1.666.106		3.716	2012	24.940		1,5%
Fundação Portugal África	503 530 409	FCU	11.323.200		414.029	2012	299.279		2,6%
Fundação de Serralves	502 266 643	FSU	13.207.226		81.246	2012	49.880		0,4%

\* Entidade em processo de liquidação

Em virtude do POCAL não contemplar o método de equivalência patrimonial, não é possível refletir o valor dos aumentos de capital por incorporação de reservas no montante de 765.000 euros no Mercado Abastecedor do Porto, pelo que, o valor contabilístico da participação está registado na rubrica de investimentos financeiros ao custo de aquisição que ascende a 1.147.500 euros.

Na sociedade Metro do Porto, SA, incorporaram-se 180.817 euros relativos a prestações acessórias de capital.

Por outro lado, no que respeita à Fundação Ciência e Desenvolvimento, importa referir que por esta se encontrar em processo de liquidação, optou-se por não se apresentar informação sobre esta entidade.

## 8.2.18 – Outras aplicações financeiras

Natureza	Entidades	Quantidade	Participação	
			Valor Nominal	Valor Mercado
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo	BANIF	22.029	2.076.067	1.938.896
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto D'Ouro	C.G.D	8.400	8.400.000	8.044.892
Fundo de Investimento Imobiliário - Invesurb	BES	1.621	1.569.947	1.536.857
	<b>Total</b>		<b>12.046.014</b>	<b>11.520.645</b>



## 8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
	€	€	€	€
<b>Cobranças em litígio</b>				
Impostos Indiretos	3.281.785	142.668	158.437	3.266.016
Taxas	170.188	15.266	12.653	172.801
Rendas e Alugueres	1.263.058	1.406	177.301	1.087.163
Prestação de Serviços	5.322.155	425.948	168.875	5.579.229
Outras cobranças duvidosas	357.886	56.856	37.460	377.282
<b>Total</b>	<b>10.395.072</b>	<b>642.145</b>	<b>554.726</b>	<b>10.482.491</b>

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada transferida para execução fiscal. Durante o exercício de 2013 foram considerados aumentos no valor de 610.552,66 euros de dívidas cuja cobrança se apresentava duvidosa. Por outro lado, a autarquia recuperou 489.935,78 euros de dívidas já consideradas nos exercícios anteriores. Estão ainda refletidos nos aumentos e diminuições os valores de 31.592,00 euros e 64.790,40 euros respetivamente, resultantes da atualização do saldo das dívidas.

Acresce ainda referir que nesta rubrica encontram-se registadas as dívidas relativas aos montantes que, nos termos do art. 272º do CPPT código do Processo e Procedimento Tributário, foram declarados em falhas, nos termos do artigo 272º do CPPT e cujo valor global ascende a 1.722.033,25 euros.

## 8.2.26 – Contas de Ordem

Código e Designação das Contas	Saldo da Gerência Anterior	Movimento Anual		Saldo p/ Gerência Seguinte
		Devedor	Credor	
	€	€	€	€
<b>0932 Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas</b>	<b>48.370.275</b>	<b>7.892.206</b>	<b>96.297</b>	<b>51.135.566</b>
09321 Prestadas por Fornecedores de c/c	47.736.636	7.744.593	96.297	50.359.257
09322 Prestadas por Fornecedores de imobilizado	173.160	98.348		268.464
09323 Prestadas por outros credores	460.480	49.265		507.845
<b>0933 Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas</b>			<b>4.846.371</b>	
09331 Devolvidas a Fornecedores de c/c			4.841.428	
09332 Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado			3.043	
09333 Devolvidas a Outros Credores			1.900	
<b>0934 Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas</b>			<b>184.247</b>	
09341 Acionadas a Fornecedores de c/c			184.247	
<b>Total</b>	<b>48.370.275</b>	<b>7.892.206</b>	<b>5.126.915</b>	<b>51.135.566</b>

### 8.2.27 – Provisões Acumuladas

Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
		€	€	€	€
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0	0	0	0
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	9.966.641	942.510	426.661	10.482.491
292	Provisões para Riscos e Encargos	30.982.291	2.129.338	2.033.014	31.078.615
39	Provisões para Depreciação de Existências	0	0	0	0
49	Provisões para Investimentos Financeiros	653.169	459.026	103.183	1.009.012
<b>Total</b>		<b>41.602.101</b>	<b>3.530.875</b>	<b>2.562.858</b>	<b>42.570.118</b>

Ao nível das provisões para riscos e encargos, mantém-se o montante de 8.617.474 euros relativo ao processo judicial com a Soares da Costa, pese embora, a existência de um acordo extrajudicial realizado entre o Município do Porto e o Grupo Soares da Costa.

### 8.2.28 – Fundo Patrimonial

Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
		€	€	€	€
51	<b>Património</b>	<b>661.957.726</b>	<b>172.424.136</b>		<b>834.381.862</b>
55	<b>Ajustamentos de partes de capital em empresas</b>	<b>336.781</b>			<b>336.781</b>
553	Outras variações nos capitais em empresas	458.117			458.117
554	Depreciações	-121.336			-121.336
57	<b>Reservas</b>	<b>145.241.614</b>	<b>165.146</b>		<b>145.406.760</b>
571	Reservas legais	7.703.202	148.510		7.851.712
575	Subsídios	101.456			101.456
576	Doações	141.286	16.636		157.922
577	Reservas decorrentes da transferência de ativos	77.068.558			77.068.558
578	Regularizações Entidades Participadas	60.227.112			60.227.112
59	<b>Resultados transitados</b>	<b>105.188.845</b>	<b>2.970.191</b>	<b>79.075.440</b>	<b>29.083.597</b>
<b>Total</b>		<b>912.724.966</b>	<b>175.559.473</b>	<b>79.075.440</b>	<b>1.009.209.000</b>

Relativamente aos movimentos incorridos no exercício de 2013 em cada uma das contas da classe 5 temos:

#### Património

A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

Neste particular, registou-se um aumento de 172.424.136 euros, que na sua grande maioria se justificam pelos 164.197.593 euros provenientes do processo de avaliação e determinação do valor patrimonial dos bens de domínio público, nomeadamente das infraestruturas da rede viárias municipais realizada pelo próprio Município, bem como pelos

8,2 milhões de euros provenientes do registo de bens, de diversas parcelas de terrenos e prédios municipais, no momento da sua avaliação, cedência ou venda, que não tinham sido objeto de inventariação ao nível do balanço inicial. Destaca-se, neste contexto, o valor de 1,7 milhões de euros decorrente da escritura de permuta de terrenos, de compra e venda de um prédio urbano, realizada com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, o valor de 1,3 milhões de euros inerentes a inventariação dos prédios urbanos sitos no Muros dos Bacalhoeiros e rua Fonte Taurina alienados à sociedade Porto Carlton, e ainda, o montante de 1,1 milhões de euros associados a dação e pagamento à Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto decorrente do processo de liquidação desta fundação que ainda se encontra em curso.

### **Ajustamentos em partes de capital e empresas**

Nesta classe deverão ser registadas as diferenças de ajustamentos de partes de capital associada à conta 411 – Investimentos Financeiros.

### **Reservas**

Estas contas encontram-se desagregadas ao nível do balanço, consoante a natureza das mesmas, designadamente:

571- Reservas legais - O aumento diz respeito à distribuição dos resultados líquidos de 2012, aprovados em assembleia municipal conforme proposta apresentada pelo executivo.

### **Resultados transitados**

Esta conta recebeu os resultados líquidos provenientes do exercício anterior, no valor de 2.970.191,44 euros, e, excecionalmente, deverá registar as regularizações não frequentes e de grande significado.

Relativamente às restantes regularizações não frequentes efetuadas durante o exercício, destacam-se as seguintes diminuições:

- Pela constituição de reservas legais no valor de 148.509,57 euros;
- Incorporação do montante de 71.786.603,59 euros relativo ao valor das amortizações acumuladas decorrentes do processo de avaliação e determinação do valor patrimonial das infraestruturas da rede viárias municipais;
- Pelo abate, no decurso da demolição do Bairro do São João de Deus no valor de 4.890.772,93 euros;

- Regularização do valor da estimativa dos encargos com férias e subsídios de férias de 2012 que ascendeu a 2.249.553,60 euros, correspondente à necessidade de pagamento destas mesmas remunerações que naquela data não se previu o seu pagamento, mas que o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional.

### 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
	€	€
Existências iniciais	6.695	1.566.493
Compras	0	1.834.600
Regularização de existências	0	-81.872
Existências finais	6.695	1.460.497
<b>Custos no exercício</b>	<b>0</b>	<b>1.858.724</b>

O saldo das existências foi obtido através do sistema de inventário permanente implementado desde 2009. Atendendo às especificidades inerentes à implementação deste sistema, e, como complemento do trabalho final de Inventário Geral Anual de 2013, procederam-se a movimentos de regularizações de existências.

### 8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
	€	€	€
Existências finais	12.320.401	0	0
Regularização de existências	0	0	0
Existências iniciais	12.447.550	0	0
<b>Aumento/redução no exercício</b>	<b>-127.149</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2013	2012			2013	2012
		€	€			€	€
681	Juros suportados	3.302.827	4.168.440	781	Juros obtidos	225.971	382.858
684	Provisões para aplicações financeiras	459.027	177.950	782	Ganhos em entidades participadas	355.204	83.598
688	Outros custos e perdas financeiros	110.079	134.571	783	Rendimentos de imóveis	6.794.129	6.411.535
	Resultados Financeiros	3.503.372	2.397.031	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	-	-
<b>Total</b>		<b>7.375.305</b>	<b>6.877.991</b>			<b>7.375.305</b>	<b>6.877.991</b>

### 8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2013	2012			2013	2012
		€	€			€	€
691	Transferências de capital concedidas	1.841.833	2.733.180	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em Existências	206.250	259.543	793	Ganhos em existências	124.378	58.086
694	Perdas em imobilizações	2.214.507	27.319	794	Ganhos em imobilizações	1.376.393	7.978
695	Multas e Penalidades	4.683	1.818	795	Benefícios de penalidades contratuais	1.818.733	858.466
696	Aumentos de amortizações e de provisões	118.392		796	Reduções de amortizações e de provisões	2.562.858	5.958.747
697	Correções relativas a exercícios anteriores	2.140.947	2.279.571	797	Correções relativas a exercícios anteriores	1.227.919	2.244.523
698	Outros custos e perdas extraordinários	2.769.178	1.988.992	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	8.178.450	7.951.549
	Resultados extraordinários	5.992.940	9.788.927	799	Reembolsos e Restituições		
	<b>Total</b>	<b>15.288.730</b>	<b>17.079.349</b>		<b>Total</b>	<b>15.288.730</b>	<b>17.079.349</b>

### 8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes

1. De acordo com o disposto na alínea c) do n.º2 do art.º 63º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, o Município do Porto passou a ser responsáveis pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pelo que, face à responsabilidade do pagamento das pensões dos seus funcionários, reteve, como contrapartida, os respetivos descontos. Com a entrada em vigor do art.º 56º da Lei n.º 114/88 de 30 de dezembro, a responsabilidade do pagamento das pensões dos funcionários que se aposentassem a partir de 1 de janeiro de 1989 passou a pertencer àquela entidade.

Por este motivo, subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

No exercício de 2013, os custos com o pessoal incorporam cerca de 2,2 milhões de euros respeitantes ao pagamento à Caixa Geral de Aposentações de pensões, associadas ao regime anteriormente descrito.

Dado que o controlo efetivo destes descontos está a ser realizado unicamente pela Caixa Geral de Aposentações, não nos é possível ainda concretizar uma estimativa do valor presente das pensões a pagar no futuro, assente num grau de fiabilidade aceitável, que seja passível de ser relevado contabilisticamente.

2. O Município do Porto e as sociedades Médio e Longo Prazo – Sociedade de Investimento Imobiliário, Lda; Jardins de França – Empreendimentos Imobiliários, S.A.; e Préstimo – Prestígio Imobiliário, Lda., estabeleceram, em 15 de julho de 2009, um protocolo aprovado em reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, o qual foi posteriormente visado pelo

Tribunal de Contas, tendo em vista a solução consensual para os diferendos existentes, emergentes da expropriação para a implementação do denominado “Parque da Cidade – 2.<sup>a</sup> Fase”, concretamente “as parcelas 1 e 24”, e que ficou concluído em 2013 com o pagamento da última tranche, no valor de 24.500.000,00 euros.

3. A Metro do Porto S.A., no âmbito de uma Nota Técnica emitida em 30 de setembro de 2010, reclama ao Município do Porto o pagamento do montante de 1.749.692,73 euros relativo a Inserções Urbanas no âmbito da construção do sistema de metro ligeiro. Em contraposição, o Município reclamou, em 9 de novembro de 2010, o pagamento de 3.557.424,56 euros relativos a licenças emitidas, cedências de terrenos e indemnizações.

Na impossibilidade de regularizar esta situação no ano anterior, continuarão a ser tomadas as diligências necessárias à regularização desta divergência em 2014.

### **8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução**

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

-  
**2013**

CERTIFICAÇÃO LEGAL  
DE CONTAS

---









## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Município do Porto (adiante também designado por Município), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1 339 735 867 euros e um total de fundos próprios de 1 011 133 374 euros, incluindo um resultado líquido de 1 924 374 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 182 352 337 euros de despesa paga e um total de 206 000 230 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Reservas

7. O processo de inventariação dos terrenos do imobilizado corpóreo do Município não constitui uma garantia da sua plenitude, uma vez que aquando do seu reconhecimento inicial este processo não contemplou a sua confrontação com outras fontes de informação, nomeadamente do cadastro municipal. Desta forma não nos foi possível validar a plenitude do saldo da rubrica Terrenos e Recursos Naturais, de 312 597 819 euros. Por sua vez, o processo de conciliação dos saldos contabilísticos do imobilizado face aos correspondentes registos das listagens do inventário encontra-se em curso, sendo que para as rubricas do ativo Bens de Domínio Público e Imobilizações Corpóreas, os valores contabilísticos ainda não discriminados ascendem, em termos líquidos e com referência a 31 de dezembro de 2013, a 68 985 812 euros e 63 935 747 euros, respetivamente.

8. Relativamente a uma parte dos Proveitos Diferidos associados a Subsídios ao Investimento, que em 31 de dezembro de 2013 ascende a 115 051 717 euros, não obtivemos listagens detalhadas com a decomposição dos bens participados. Decorrente desta situação e da limitação descrita no parágrafo 7 anterior, mais precisamente no que respeita à conciliação em curso dos valores contabilísticos dos bens imobilizados do Município, não nos foi possível validar a adequação dos proveitos imputados pelo Município, sendo de realçar que, de acordo com o previsto no POCAL, os proveitos de subsídios ao investimento deverão ser reconhecidos numa base sistemática, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

## Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 anteriores, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município do Porto em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

## Ênfases

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior é de referir o seguinte:

10.1 De acordo com o disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de dezembro, em conjugação com o disposto no artigo 56º da Lei nº 114/88, de 30 de dezembro, constitui obrigação do Município do Porto o pagamento de parte das pensões dos ex-funcionários subscritores da Caixa Geral de Aposentações, na correspondência do período de serviço compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988. No exercício de 2013 o saldo da rubrica Custos com o Pessoal incorpora aproximadamente 2 200 000 euros de valores pagos à Caixa Geral de Aposentações, no âmbito do referido regime. Dado que o controlo destes pagamentos é da responsabilidade da referida entidade, não é possível ao Município do Porto concretizar uma estimativa do valor presente das pensões a pagar no futuro, assente num grau de fiabilidade aceitável, que seja passível de ser relevado contabilisticamente.

10.2 No exercício de 2013 o Município contabilizou 2 249 554 euros na rubrica Resultados Transitados, na sequência do efeito negativo da revisão da estimativa dos subsídios de férias a incorrer em 2013 mas respeitantes ao trabalho executado no exercício de 2012. Esta revisão decorreu do veto do Tribunal Constitucional de 5 de abril de 2013 sobre esta matéria, o que implicou a revisão do acréscimo de custo que poderia existir em 31 de dezembro de 2012 caso tivesse sido acautelada essa responsabilidade.

10.3 Decorrente do processo em curso de inventariação e de conciliação dos bens associados às rubricas Bens de Domínio Público e Imobilizações Corpóreas, no exercício de 2013 o Município: (i) reconheceu no seu ativo por contrapartida de fundos próprios várias infraestruturas viárias do domínio público, que em termos líquidos ascendem a 92 410 990 euros; e (ii) contabilizou em Resultados Transitados um efeito devedor de 4 890 773 euros, no âmbito do abate contabilístico de imobilizações corpóreas, por construções demolidas em exercícios anteriores.

Porto, 11 de abril de 2014



---

Paulo Jorge de Sousa Ferreira, em representação de  
BDO & Associados, SROC, Lda.



CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

-  
2013

ANEXOS

---





## A.1 - Proveitos diferidos

Ano: 2013

Cód.	Rubricas	Financiamento	Valor de Aquisição	Valor do subsídio recebido			Transferência para Proveitos			Saldo da conta 2745
				Anos anteriores	Exercício	Total	Anos anteriores	Exercício	Total	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4)+(5)	(7)	(8)	(9) = (7) + (8)	(10) = (6) - (9)
<b>1.</b>	<b>Imobilizações corpóreas</b>									
<b>1.1</b>	<b>Edifício e outras construções</b>									
1.1.1	Bairro de Santa Luzia	IORU	18.376.507	751.083	0	751.083	207.592	12.981	224.900	526.183
1.1.2	Bairro do Aleixo	IORU	6.107.279	422.320	0	422.320	235.005	54.432	291.766	130.553
1.1.3	Bairro do Lagarteiro	IORU	7.403.656	199.285	0	199.285	88.437	5.534	95.816	103.469
1.1.4	Centro Comunitário de Condomínhas	IORU	2.964.689	201.115	0	201.115	53.982	3.155	58.188	142.927
1.1.5	Jovens Espaço Vivo - São Tomé	IORU	612.274	378.779	0	378.779	47.347	4.735	52.082	326.697
1.1.6	Bairro Rainha D. <sup>a</sup> Leonor	IORU	981.582	470.925	0	470.925	372.973	27.690	400.663	70.262
1.1.7	Bairro da Pasteleira - 1. <sup>o</sup> Projecto	IORU	7.058.862	3.021.718	0	3.021.718	1.450.425	120.869	1.571.294	1.450.424
1.1.8	Equip. Desportivo do Vale de Campanhã	IORU	6.957.732	583.594	0	583.594	137.364	7.475	144.840	438.754
1.1.9	Bairro do Aldoar	IORU	5.189.491	132.870	0	132.870	58.995	4.916	63.911	68.959
1.1.10	Bairro da Pasteleira - 2. <sup>o</sup> Projecto	IORU	7.058.862	482.594	0	482.594	231.645	19.304	250.949	231.645
1.1.11	Bairro do Bom Sucesso	IORU	1.261.459	152.708	0	152.708	83.378	6.948	90.326	62.382
1.1.12	Projecto Piloto Urbano Bairro da Sé - 2. <sup>a</sup> Fase	IORU	1.535.204	1.170.170	0	1.170.170	464.256	38.688	502.944	667.227
1.1.14	Arquivo Histórico - Casa do Infante	PRONorte QCA II	3.713.052	173.717	0	173.717	49.743	4.145	53.889	119.829
1.1.15	Casa do Infante (Torre do tombo)	PARAM	3.713.052	748.197	0	748.197	214.243	17.854	232.097	516.100
1.1.16	Casa do Infante (IFT)	IFAT	3.713.052	2.551.396	0	2.551.396	696.780	60.882	757.662	1.793.734
1.1.17	Museu do Vinho do Porto	IFAT	854.379	553.562	0	553.562	191.809	21.312	213.121	340.441
1.1.18	Casa Infante	Euromint	3.713.052	34.056	0	34.056	9.752	813	10.564	23.492
1.1.19	Casa Infante	PRONorte QCA II	3.713.052	2.960.771	0	2.960.771	779.308	70.650	849.958	2.110.813
1.1.20	Núcleo Rural de Aldoar	PRONorte QCA III	1.129.389	694.194	0	694.194	95.452	8.677	104.129	590.065
1.1.21	Requalificação e Valor. Urbana do Palácio de Cristal	PRONorte QCA III	6.935.286	2.402.669	0	2.402.669	526.958	48.053	575.012	1.827.657
1.1.22	Dinam. Req. Bairro Cerco do Porto - Piscina de Aprendizagem	PRONorte QCA III	4.949.192	390.427	0	390.427	94.951	8.916	103.867	286.560
1.1.23	Casa museu Guerra Junqueiro	PRONorte QCA II	971.160	38.455	0	38.455	10.403	867	11.269	27.185
1.1.24	Complexo Desportivo Monte Aventino	PRONorte QCA II		1.234.525	0	1.234.525	296.286	24.691	320.977	913.548
1.1.25	Teatro Rivoli	PRONorte QCA II	10.422.110	198.272	0	198.272	72.408	8.673	81.087	117.191
1.1.26	Teatro Rivoli - 1 e 2ª fase	PRONorte QCA II	10.330.791	3.740.984	0	3.740.984	985.266	81.087	1.066.353	2.674.631
1.1.27	Teatro Rivoli - 3ª, 4ª e 5ª fase	PRONorte QCA II	10.330.791	2.057.541	0	2.057.541	539.019	44.598	583.617	1.473.925
1.1.28	Nó Ciriaco Cardoso - obras complementares	PRONorte QCA II	1.396.634	1.047.476	0	1.047.476	628.485	52.374	680.859	366.616
1.1.29	Nó Faria Guimarães - obras complementares	PRONorte QCA II	1.012.560	759.420	0	759.420	455.652	37.971	493.623	265.797
1.1.30	Túnel de Ligação da Zona Oriental à VCI	PRONorte QCA II	15.215.190	1.732.076	0	1.732.076	952.642	86.604	1.039.245	692.830
1.1.31	Inventário Património Cultural	PRONorte QCA II	311.048	311.048	0	311.048	311.048	0	311.048	0
1.1.32	Museu Virtual da Memória Palácio de Cristal	PRONorte QCA II	28.244	28.244	0	28.244	28.244	0	28.244	0
1.1.33	SITE Internet / CD ROM Interactivo	PRONorte QCA II	18.655	18.655	0	18.655	18.655	0	18.655	0
1.1.34	Formatação de novas intervenções regeneração urbana	PRONorte QCA II	17.957	17.957	0	17.957	17.957	0	17.957	0
1.1.35	Tuneis Urbanos do Porto-Túnel 1	PRONorte QCA III		15.386.209	0	15.386.209	3.239.202	809.800	4.049.002	11.337.206
1.1.36	Remate Poente Parque Cidade	PRONorte QCA III		641.851	0	641.851	0	0	0	641.851
1.1.37	Construção e instalação de redes de águas pluviais - 1ª fase	PRONorte QCA III	1.864.633	597.215	0	597.215	0	0	0	597.215
1.1.38	Rede Viária Estruturante Bairro S. João de Deus	URBAN II	828.446	898.407	0	898.407	99.456	11.230	110.686	787.721
1.1.39	Ligação Rot. Bairro S. João Deus à Rua Nau Vitória	URBAN II		466.133	0	466.133	40.788	5.827	46.615	419.518
1.1.40	Arranjo Urb. dos Espaços Ext. do Bairro Hab. Soc. Pio XII	URBAN II		827.287	0	827.287	0	0	0	827.287
1.1.41	Arranjo Urb. dos Espaços Ext. do Bairro Hab. Soc. Contumil	URBAN II		1.052.858	0	1.052.858	0	0	0	1.052.858
1.1.42	Equipamento informático nas escolas EB1	PRODEP III	201.235	337.495	0	337.495	337.495	0	337.495	0
1.1.43	Biblioteca Almeida Garrett - Obra	DGLB	6.958.307	1.368.701	0	1.368.701	301.012	27.354	328.365	1.040.336
1.1.44	Biblioteca Almeida Garrett - Equip. Informática	DGLB	20.000	63.335	0	63.335	0	16.460	16.460	46.875
1.1.45	Biblioteca Almeida Garrett	Porto 2001	6.958.307	997.596	0	997.596	219.396	19.937	239.333	758.263
1.1.46	Escolas - equipamentos (computadores)	DREN	164.137	181.137	0	181.137	161.423	0	161.423	19.715
1.1.47	Conjunto Habitacional das Condomínhas	IHRU	2.964.689	1.379.550	0	1.379.550	352.614	29.385	381.999	997.551
1.1.48	Conjunto Habitacional dos Choupous	IHRU	698.317	390.409	0	390.409	99.789	8.316	108.104	282.305
1.1.49	Conjunto Habitacional do Falcão	IHRU	5.608.483	3.134.975	0	3.134.975	801.300	66.775	868.075	2.266.899
1.1.50	Conjunto Habitacional do Viso	IHRU	9.290.108	4.733.360	0	4.733.360	969.280	81.144	1.050.424	3.682.936
1.1.51	Conjunto Habitacional das Antas	IHRU	6.945.993	3.432.907	0	3.432.907	727.323	60.773	788.096	2.644.810
1.1.52	Conjunto Habitacional do Ilhéu	IHRU	5.321.673	2.738.558	0	2.738.558	562.599	46.947	609.546	2.129.012
1.1.53	Conjunto Habitacional da Fontinha	IHRU	1.103.839	549.985	0	549.985	113.513	9.485	122.998	426.986
1.1.54	Conjunto Habitacional da Travessa de Salgueiros	IHRU	3.039.961	1.029.288	0	1.029.288	84.658	17.189	101.848	927.441
1.1.55	Conjunto Habitacional do Monte S. João	IHRU	3.754.657	1.062.454	0	1.062.454	64.065	7.118	71.184	991.270
1.1.56	Conjunto Habitacional das Fontainhas I, II e III	IHRU	3.322.789	529.002	0	529.002	44.172	8.834	53.006	475.996
1.1.57	Bairro Parceria Antunes	Ministério Saúde/IHRU	2.929.136	976.269	0	976.269	54.285	6.541	60.826	915.443
1.1.58	PROHABITA - Recuperação de 1109 fogos	IHRU	0	13.599.033	0	13.599.033	0	0	0	13.599.033
1.1.59	Bairro Parceria Antunes	Ministério Saúde/IHRU	2.929.136	2.898.512	0	2.898.512	168.418	19.420	187.838	2.710.674
1.1.60	CACE-Centro Apoio à Criação de Empresas	IEFP	614.212	562.069	0	562.069	70.259	7.026	77.284	484.784
1.1.61	Terminal Rodoviário do Bom Sucesso	DGTT	808.274	763.138	0	763.138	381.569	38.157	419.726	343.412
1.1.62	Requalificação da Frente Ribeira entre Ponte D.Luís I e o Cais de Estiva	DGOTDU	0	3.253.595	0	3.253.595	0	0	0	3.253.595
1.1.63	Requalificação e reabilitação da Avenida da Boavista	Metro do Porto	4.968.452	4.215.779	0	4.215.779	421.592	34.291	455.884	3.759.895
1.1.64	Grande Prémio do Porto - Circuito da Boavista	PIQTUR	0	2.459.088	0	2.459.088	0	0	0	2.459.088
1.1.65	Sistema de Controlo de Trafego na VCI	IEP	580.665	1.034.941	0	1.034.941	203.233	0	203.233	831.708
1.1.66	Acessibilidades - Antas	IEP	52.576.981	33.740.182	0	33.740.182	8.505.956	1.701.191	10.207.147	23.533.035
1.1.67	Acessibilidades - Bessa	IEP	23.249.147	13.957.197	0	13.957.197	4.135.029	689.171	4.824.200	9.132.997
1.1.68	Espaço Internet do Porto	POS CONHECIMENTO	0	286.056	0	286.056	0	0	0	286.056
1.1.69	Porto Digital	POS CONHECIMENTO	0	615.852	0	615.852	0	0	0	615.852



## A.1 - Proveitos diferidos

Ano: 2013

Cód.	Rubricas	Financiamento	Valor de Aquisição	Valor do subsídio recebido			Transferência para Proveitos			Saldo da conta 2745
				Anos anteriores	Exercício	Total	Anos anteriores	Exercício	Total	
				(4)	(5)	(6) = (4)+(5)	(7)	(8)	(9) = (7) + (8)	
1.1.70	Noé " Acções de Consertação"	Interreg III	0	136.309	0	136.309	0	0	0	136.309
1.1.71	Noé " Cartodata"	Interreg III	0	15.221	0	15.221	0	0	0	15.221
1.1.72	Noé " Georisk"	Interreg III	0	47.058	0	47.058	0	0	0	47.058
1.1.73	IDEA-STCC	Interreg III	141.207	63.568	0	63.568	0	0	0	63.568
1.1.74	Recuperação de Fogos	IHRU	0	6.139	0	6.139	0	0	0	6.139
1.1.75	Recuperação Imóveis (RECRIA)	IHRU	0	19.637	0	19.637	0	0	0	19.637
1.1.76	Revitalização do Comércio e Serviços da Baixa Portuguesa	Prime/URBCOM	0	1.189.253	0	1.189.253	0	0	0	1.189.253
1.1.77	Escolas Básicas 1º Ciclo com Jardins de Infância de Campanhã e João Deus	PRONorte QCA III	0	679.272	0	679.272	0	0	0	679.272
1.1.78	Requalificação Ambiental Jardim Parque Habitacional Prelada	PRONorte QCA III	0	81.863	0	81.863	0	0	0	81.863
1.1.79	Requalificação Ambiental Bairro do Regado	PRONorte QCA III	0	27.930	0	27.930	0	0	0	27.930
1.1.80	Requalificação Ambiental Jardins da Cidade	PRONorte QCA III	0	332.816	0	332.816	0	0	0	332.816
1.1.82	Museu da Cidade	PRONorte QCA III	0	689.457	0	689.457	0	0	0	689.457
1.1.83	Via Estruturante do POLO II	PRONorte QCA III	1.236.687	12.970	0	12.970	2.731	683	3.413	9.557
1.1.84	Projecto Integrado do Porto	IFAT	0	1.066.182	0	1.066.182	0	0	0	1.066.182
1.1.85	PROHABITA - Recuperação 1076 Fogos	IHRU	0	5.365.640	0	5.365.640	0	0	0	5.365.640
1.1.86	PROHABITA - Recuperação 42 Fogos	IHRU	0	720.638	0	720.638	0	0	0	720.638
1.1.87	PROHABITA - Recuperação de 362 Fogos	IHRU	0	1.365.586	0	1.365.586	0	0	0	1.365.586
1.1.88	PROHABITA - Recuperação 846 Fogos	IHRU	0	5.098.794	0	5.098.794	0	0	0	5.098.794
1.1.89	PER - Construção 408 Fogos	IHRU	0	2.346.991	0	2.346.991	0	0	0	2.346.991
1.1.90	Centro Escolar das Antas	POR Norte - ON2	0	1.698.325	0	1.698.325	3.465	1.733	5.198	1.693.127
1.1.91	Ampliação/Requalificação da Escola EB1 Bom Sucesso	POR Norte - ON2	506.769	506.769	0	506.769	52.100	14.633	71.610	435.159
1.1.92	Requalificação da Escola EB1 JI Campo 24 Agosto	POR Norte - ON2	318.406	262.088	0	262.088	26.132	11.401	37.533	224.555
1.1.93	Escola EB1 Costa Cabral	POR Norte - ON2	34	32.205	0	32.205	9	3	13	32.191
1.1.94	Modernizar, Dinamizar, Qualificar os Museus da CMP	POR Norte - ON2	49.206	64.843	0	64.843	10.605	5.235	17.585	47.257
1.1.95	Centro Escolar S.Miguel Nevogilde	POR Norte - ON2	2.284.188	2.284.188	0	2.284.188	32.260	21.416	60.815	2.223.373
1.1.96	PROHABITA - Recuperação 200 Fogos Bairro Lagarteiro	IHRU	0	1.152.155	0	1.152.155	0	0	0	1.152.155
1.1.97	Iniciativa Bairros Críticos - Projecto Lagarteiro	Mercado Financ. Espaço Económico Europeu (EEE)	900.171	1.187.048	0	1.187.048	10.315	8.439	21.569	1.165.479
1.1.98	Bairro do Lagarteiro - Novos Espaços Públicos	POR Norte - ON2	2.135.230	2.135.230	74.506	2.209.736	109.838	79.256	215.513	1.994.223
1.1.99	Qualificação do Espaço Público - Morro da Sé	POR Norte - ON2	848.887	993.023	104.352	1.097.375	45.978	31.831	88.419	1.008.956
1.1.100	Intervenções de Promoção da Mobilidade Urbana Sustentável	POR Norte - ON2	1.764.000	1.764.000	13.681	1.777.681	90.334	66.150	178.534	1.599.147
1.1.101	PROHABITA - Recuperação 365 Fogos	POR Norte - ON2	0	1.261.940	276.323	1.538.263	0	0	0	1.538.263
1.1.102	Ampliação da Residência de 3.º Idade - Morro da Sé	POR Norte - ON2	492.575	497.600	25.925	523.525	6.157	4.618	12.314	511.211
1.1.103	Bairro do Pereiró (CTT)	CTT - Correios Portugal	0	300.000	0	300.000	0	0	0	300.000
1.1.104	Requalificação do Espaço Público	POR Norte - ON2	0	433.387	4.078.832	4.512.219	0	0	0	4.512.219
1.1.105	Centro Escolar EB1/J1 Costa Cabral	POR Norte - ON2	15.202	661.569	49.264	710.834	0	6.043	4.196	706.637
1.1.106	Centro Escolar EB1/J1 Miosóts	POR Norte - ON2	0	702.660	0	702.660	0	0	0	702.660
1.1.107	Qualificação Circuito da Boavista para Grau 2 da FIA	PIT	0	150.786	0	150.786	0	0	0	150.786
1.1.108	Centro Escolar EB1/J1 Bom Pastor	POR Norte - ON2	884.155	0	884.155	884.155	0	3.603	19.247	864.907
1.1.109	Centro Escolar EB1/J1 Campinas	POR Norte - ON2	966.595	0	966.595	966.595	0	13.397	23.477	943.118
1.1.110	Expropriações para a Ponte do Infante	Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0
			<b>308.241.129</b>	<b>185.174.366</b>	<b>6.473.632</b>	<b>191.647.997</b>	<b>32.971.273</b>	<b>4.859.244</b>	<b>37.941.143</b>	<b>153.706.855</b>
<b>1.2</b>	<b>Equipamento Básico</b>									
1.2.1	Museu da Cidade do Porto e Qualificação das Reservas	ProMuseus	15.521	9.907	0	9.907	8.490	1.871	9.907	0
1.2.3	SAMA (Simplex Autárquico)	POR Norte - ON2	650.528	732.734	0	732.734	275.832	72.605	369.526	363.208
1.2.4	Aquisição de Equipamentos Individuais BSB	POR Norte - ON2	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.5	Crescer Interativo	POR Norte - ON2	125.522	73.053	53.854	126.907	10.656	12.614	27.475	99.432
1.2.6	Plano de Promoção de Acessibilidade para todos na Cidade do Porto	POPH	23.369	10.386	12.983	23.369	3.086	5.832	10.558	12.810
1.2.7	Portal do Turismo	POR Norte - ON2	146.319	115.353	30.966	146.319	32.376	35.362	76.431	69.888
1.2.8	Aquisição de uma Viatura Urbana de Combate a Incêndios	POVT	178.112	0	178.112	178.112	0	0	12.717	165.394
			<b>1.139.370</b>	<b>941.433</b>	<b>275.914</b>	<b>1.217.347</b>	<b>330.441</b>	<b>128.284</b>	<b>506.614</b>	<b>710.732</b>
<b>1.3</b>	<b>Equipamento Transporte</b>									
<b>1.4</b>	<b>Ferramentas e utensilios</b>									
<b>1.5</b>	<b>Equipamento Administrativo</b>									
1.5.1	SUDOE WAT - "WATER and TERRITORIES"	INTERREG IV	2.190	2.190	0	2.190	2.189	0	2.189	0
			<b>2.190</b>	<b>2.190</b>	<b>0</b>	<b>2.190</b>	<b>2.189</b>	<b>0</b>	<b>2.189</b>	<b>0</b>
<b>1.6</b>	<b>Outras imobilizações corpóreas</b>									
1.6.1	Cívitas	Fundo Social Europeu	2.635	20.559	0	20.559	3.142	0	3.142	17.418
			<b>2.635</b>	<b>20.559</b>	<b>0</b>	<b>20.559</b>	<b>3.142</b>	<b>0</b>	<b>3.142</b>	<b>17.418</b>
<b>2</b>	<b>Bens de Domínio Público</b>									
<b>2.1</b>	<b>Edifício e outras construções</b>									
2.1.1	Projecto Urban Rehabilitation Porto	Mercado Financ. Espaço Económico Europeu (EEE)	50.403.106	41.404.496	0	41.404.496	15.667.326	1.740.814	17.408.140	23.996.356
<b>2.2</b>	<b>Património histórico artístico e cultural</b>									
<b>2.3</b>	<b>Outros bens de domínio público</b>									
			<b>50.403.106</b>	<b>41.404.496</b>	<b>0</b>	<b>41.404.496</b>	<b>15.667.326</b>	<b>1.740.814</b>	<b>17.408.140</b>	<b>23.996.356</b>



## A.1 - Proveitos diferidos

Ano: 2013

Cód.	Rubricas	Financiamento	Valor de Aquisição	Valor do subsídio recebido			Transferência para Proveitos			Saldo da conta 2745
				Anos anteriores	Exercício	Total	Anos anteriores	Exercício	Total	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4)+(5)	(7)	(8)	(9) = (7) + (8)	(10) = (6) - (9)
3	Investimentos Financeiros									
3.1	Habitação social									
4	Imobilizado Incorpóreo									
4.1	Despesas de instalação									
4.2	Despesas de invest. e desenvolvimento									
4.2.1	Estudo caract. sócio-econ. população residente hab.municipal	IORU	60.423	60.423	0	60.423	60.423	0	60.423	0
			<b>60.423</b>	<b>60.423</b>	<b>0</b>	<b>60.423</b>	<b>60.423</b>	<b>0</b>	<b>60.423</b>	<b>0</b>
	<b>Total dos subsídios para investimento</b>		<b>359.848.852</b>	<b>227.603.467</b>	<b>6.749.546</b>	<b>234.353.012</b>	<b>49.034.795</b>	<b>6.728.342</b>	<b>55.921.651</b>	<b>178.431.361</b>

A.2 - Dívida a médio e longo prazo para 2013

Data do Contrato	Finalidade	Entidade Credora	Capital		Capital em dívida em 31/12/2012	Utilização	Ano 2013			Capital em dívida a 31-12-2013		
			Contratado	Utilizado até 2012			Amortização	Juros	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	
			€	€	€	€	€	€	€	€	€	€
18-12-95	Projeto Porto Estradas	B.E.I	11.222.952,68	11.222.952,68	2.589.912,08	0,00	863.304,06	8.791,86	1.726.608,02	863.305,00	863.303,02	
10-04-00	Financ. Diversos Investimentos	B.P.I	24.939.894,85	24.939.894,85	4.987.978,84	0,00	1.662.659,66	24.828,14	3.325.319,18	1.663.000,00	1.662.319,18	
19-12-06	PROHABITA - 1109 fogos	BPI	4.827.187,77	4.827.187,77	3.629.405,52	0,00	249.116,56	2.512,32	3.380.288,96	255.000,00	3.125.288,96	
23-02-09	PROHABITA - 846 fogos	BPI	4.832.091,15	4.722.306,43	4.472.036,01	0,00	261.411,16	20.507,63	4.210.624,85	260.000,00	3.950.624,85	
02-08-10	Reabilitação de Bairros Municipais	Caixavigo	7.800.000,00	7.273.266,60	7.273.266,60	0,00	404.070,38	186.816,04	6.869.196,22	405.000,00	6.464.196,22	
02-06-11	Recuperação 200 fogos Prohabita	IHRU	1.028.329,00	958.461,44	958.461,44	0,00	18.252,66	7.597,58	940.208,78	40.000,00	900.208,78	
17-11-11	Recuperação 4700 fogos Prohabita	IHRU	5.997.172,00	1.178.459,79	1.178.459,79	3.253.150,39	0,00	26.179,49	4.431.610,18	405.000,00	4.026.610,18	
07-06-13	Proj. EB Paulo Gama; Consolid. Fontainhas; Requal. Av. Boavista-Fases I e II	Santander Totta	3.000.000,00	0,00	0,00	2.316.821,79	0,00	0,00	2.316.821,79	0,00	2.316.821,79	
<b>Empréstimos que absorvem o Limite de Endividamento de Médio Longo Prazo</b>			<b>63.647.627,45</b>	<b>55.122.529,56</b>	<b>25.089.520,28</b>	<b>5.569.972,18</b>	<b>3.458.814,48</b>	<b>277.233,06</b>	<b>27.200.677,98</b>	<b>3.891.305,00</b>	<b>23.309.372,98</b>	
06-12-01	EURO 2004 - 1	Dexia	15.000.000,00	15.000.000,00	9.302.181,45	0,00	841.446,63	322.705,27	8.460.734,82	885.000,00	7.575.734,82	
03-12-02	EURO 2004 - 2	Dexia	15.000.000,00	15.000.000,00	10.309.714,98	0,00	725.689,40	363.395,12	9.584.025,58	762.000,00	8.822.025,58	
<b>Empréstimos contraídos em 2002 para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004</b>			<b>30.000.000,00</b>	<b>30.000.000,00</b>	<b>19.611.896,43</b>	<b>0,00</b>	<b>1.567.136,03</b>	<b>686.100,39</b>	<b>18.044.760,40</b>	<b>1.647.000,00</b>	<b>16.397.760,40</b>	
30-12-99	Fin. Projetos QCA II	C.G.D	4.337.945,55	4.337.945,55	762.851,94	0,00	377.440,98	14.079,30	385.410,96	385.410,96	0,00	
<b>Empréstimos contraídos até 2001 para execução de projetos participados por fundos comunitários</b>			<b>4.337.945,55</b>	<b>4.337.945,55</b>	<b>762.851,94</b>	<b>0,00</b>	<b>377.440,98</b>	<b>14.079,30</b>	<b>385.410,96</b>	<b>385.410,96</b>	<b>0,00</b>	
13-07-04	EURO 2004 - 3	BBVA	12.000.000,00	12.000.000,00	8.470.588,20	0,00	705.882,36	1.017.274,71	7.764.705,84	706.000,00	7.058.705,84	
14-12-04	TÚNEL I	BBVA	9.700.000,00	9.700.000,00	7.132.352,92	0,00	570.588,24	857.581,99	6.561.764,68	571.000,00	5.990.764,68	
<b>Empréstimos contraídos em 2004 para execução de projetos participados por fundos comunitários</b>			<b>21.700.000,00</b>	<b>21.700.000,00</b>	<b>15.602.941,12</b>	<b>0,00</b>	<b>1.276.470,60</b>	<b>1.874.856,70</b>	<b>14.326.470,52</b>	<b>1.277.000,00</b>	<b>13.049.470,52</b>	
03-09-98	Const. 24 Fogos Choupos	B.E.S.	390.409,11	390.409,11	200.958,12	0,00	15.742,01	2.195,73	185.216,11	20.000,00	165.216,11	
08-09-98	Const. 84 Fogos Condominhas	C.G.D	1.379.550,28	1.379.550,28	426.154,73	0,00	33.373,66	1.550,39	392.781,07	36.000,00	356.781,07	
03-05-99	Const.174 Fogos Falcão	B.P.I.	3.154.896,70	3.135.170,13	1.309.859,19	0,00	162.966,07	1.705,37	1.146.893,12	166.000,00	980.893,12	
30-12-99	Const. 254 Fogos - Viso	B.P.I.	4.849.727,16	4.733.360,08	2.433.889,04	0,00	243.064,62	703,06	2.190.824,42	250.000,00	1.940.824,42	
10-04-00	Const. 156 Fogos - Antas	B.P.I.	2.541.380,27	2.503.307,03	1.306.293,01	0,00	130.369,69	562,72	1.175.923,32	135.000,00	1.040.923,32	
20-09-00	Const. 128 Fogos - Ilhéu	C.G.D	2.753.923,05	2.738.557,58	1.370.379,49	0,00	151.445,96	1.826,65	1.218.933,53	160.000,00	1.058.933,53	
04-06-87	Const. 48 Fogos - Mouteira	I.N.H.	662.737,80	655.500,24	100.462,37	0,00	66.830,93	749,88	33.631,44	33.631,44	0,00	
02-01-89	Const. 88 Fogos - Cerco Porto	I.N.H.	1.182.220,85	1.121.407,41	448.585,53	0,00	98.020,68	4.145,85	350.564,85	110.000,00	240.564,85	
08-10-93	Const. 400 Fogos - Sta. Luzia	C.G.D	9.608.984,06	9.608.984,06	4.180.345,96	0,00	508.712,74	30.990,22	3.671.633,22	520.000,00	3.151.633,22	
16-08-95	Const. 250 Fogos Sta. Luzia	C.G.D	7.370.080,07	7.370.080,07	3.553.369,46	0,00	361.555,81	27.571,78	3.191.813,65	375.000,00	2.816.813,65	
16-10-01	Const. 28 Fogos Fontinha	C.G.D	549.984,54	549.984,54	332.698,95	0,00	22.314,82	1.354,81	310.384,13	25.000,00	285.384,13	
29-10-01	Const. 40 fogos na Trav. de Salgueiros	C.G.D	827.121,64	109.979,66	78.081,07	0,00	5.232,62	327,54	72.848,45	7.000,00	65.848,45	
26-11-01	Const. 53 fogos no Monte S. João	C.G.D	1.062.454,48	1.062.454,48	707.552,68	0,00	47.416,78	2.968,10	660.135,90	50.000,00	610.135,90	
26-11-01	Const. 21 fogos nas Fontainhas	C.G.D	957.407,65	198.045,18	140.604,02	0,00	9.422,60	589,82	131.181,42	12.000,00	119.181,42	
<b>Empréstimos contraídos até 2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento</b>			<b>37.290.877,66</b>	<b>35.556.789,85</b>	<b>16.589.233,62</b>	<b>0,00</b>	<b>1.856.468,99</b>	<b>77.241,92</b>	<b>14.732.764,63</b>	<b>1.899.631,44</b>	<b>12.833.133,19</b>	
03-12-02	Habitação Social	Dexia	14.900.000,00	14.900.000,00	9.520.132,10	0,00	756.894,04	336.921,72	8.763.238,06	795.000,00	7.968.238,06	
<b>Empréstimos contraídos até 2002, para aquisição, construção ou recuperação de imóveis destinados à Habitação Social</b>			<b>14.900.000,00</b>	<b>14.900.000,00</b>	<b>9.520.132,10</b>	<b>0,00</b>	<b>756.894,04</b>	<b>336.921,72</b>	<b>8.763.238,06</b>	<b>795.000,00</b>	<b>7.968.238,06</b>	
20-09-01	Prejuízos resultantes das Intempéries	Caixavigo	14.465.139,01	14.465.139,01	7.658.014,75	0,00	850.890,52	38.073,17	6.807.124,23	850.891,00	5.956.233,23	
<b>Empréstimos contraídos até 2002, no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas Intempéries no Inverno 2000/2001</b>			<b>14.465.139,01</b>	<b>14.465.139,01</b>	<b>7.658.014,75</b>	<b>0,00</b>	<b>850.890,52</b>	<b>38.073,17</b>	<b>6.807.124,23</b>	<b>850.891,00</b>	<b>5.956.233,23</b>	
<b>Total da Dívida de médio longo prazo sem Leasing</b>			<b>186.341.589,67</b>	<b>176.082.403,97</b>	<b>94.834.590,24</b>	<b>5.569.972,18</b>	<b>10.144.115,64</b>	<b>3.304.506,26</b>	<b>90.260.446,78</b>	<b>10.746.238,40</b>	<b>79.514.208,38</b>	
29-07-99	Aquisição do edifício dos CTT	Caixaleasing	12.755.435,00	12.746.705,00	7.408.372,46	0,00	575.496,09	46.849,77	6.832.876,37	595.000,00	6.237.876,37	
<b>Contratos de Locação Financeira</b>			<b>12.755.435,00</b>	<b>12.746.705,00</b>	<b>7.408.372,46</b>	<b>0,00</b>	<b>575.496,09</b>	<b>46.849,77</b>	<b>6.832.876,37</b>	<b>595.000,00</b>	<b>6.237.876,37</b>	
<b>Total da Dívida de médio longo prazo com Leasing</b>			<b>199.097.024,67</b>	<b>188.829.108,97</b>	<b>102.242.962,70</b>	<b>5.569.972,18</b>	<b>10.719.611,73</b>	<b>3.351.356,03</b>	<b>97.093.323,15</b>	<b>11.341.238,40</b>	<b>85.752.084,75</b>	

A.3 - Investimentos executados pela GOP, EM

Designação das Empreitadas	Faturado 2013
	€
<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	
<b>SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	
<b>Administração Geral</b>	
Sala da Assembleia Municipal	142.594
<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	
<b>EDUCAÇÃO</b>	
<b>Ensino Não Superior</b>	
EB do Bom Pastor	8.734
EB das Campinas	849
EB Paulo da Gama	828.024
C. Ed. Nevogilde e fecho de outras escolas	118.930
<b>SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL</b>	
<b>Ação Social</b>	
Centro Municipal de Ope. Emerg. Proteção Civil no Porto	9.967
<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	
<b>TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</b>	
<b>Transportes Rodoviários</b>	
Requalificação da Rua de Mousinho da Silveira e Rua das Flores	3.100.971
Rua de S. João	395.741
Túnel da Ribeira	-11.034
Requalificação da Avenida da Boavista - Fase I e II	1.117.436
Arranjo Urbanístico junto à Sé do Porto	84.482
Rua Almirante Leote do Rego	121.850
Proteção e Segurança Rodoviária	900.427
Loteamento das Areias	65.909
Rua Costibela	4.982
Requalificação da Rua Chã	90.126
Avenida AEP - sentido Matosinhos/Porto	239.320
Obras de Manu. nos Viadutos de Tangêr, Domingos Sequeira, Pedro Hispano, e Paula Vicente	42.164
Beneficiação, arrumação e estética do Espaço Público	97.816
Rua Hernani Monteiro	113.969
Rua Lugarinho	60.424
Rua S. Ildefonso	31.088
Rua Luís de Aguiar	66.715
Avenida Antunes Guimarães	3.191
Rua de S. Tomé	149.850
Prolongamento do Túnel I	16.692
Viaduto das Fontainhas	1.379
Concret. da requalificação do troço poente da Avenida da Boavista	9.341
Morro da Sé	7.515
Consolidação das Fontainhas	483.868
<b>COMÉRCIO E TURISMO</b>	
<b>Mercados e Feiras</b>	
Mercado do Bolhão (projeto)	171.297
Mercado do Bom Sucesso	203.742
<b>Outros</b>	378.753
<b>Total</b>	<b>9.057.110</b>

**A.4 - Investimentos executados pela DomusSocial, EM**

<b>Ações</b>	<b>Faturado 2013</b>
Habitação Social	510.209
Habitação Social - Candidatura Prohabita	4.081.809
Educação	775.857
Capacitação/Envolvimento da População	195.096
Reabilitação da Baixa	939.211
Funcionamento Interno	892.803
<b>Total</b>	<b>7.394.985</b>